

Revista

E-ISSN: 2526-3552

IDEALOGANDO

REVISTA CIENTÍFICA / REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPE

V. 6, n.1 (2022)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



I D E A L O G A N D O

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Imagem da capa

Bruno Lucas Azevedo Amorim Pinangé

Revista Idealogando: Revista de Ciências Sociais da UFPE. V. 6, N. 1 (2022)

Anual

Resumos em Português e Inglês.

Editora Chefe: Mayara de Lima Montenegro Correia de Melo

Comissão Editorial: Allyson Roberto da Silva Melo, Bruno Vinícius Moreno Formiga, Gutierrez Jorge do Nascimento Silva, Marina Regueira Cardoso.

Inclui bibliografia

ISSN 2526-3552

1.Ciências Sociais – Periódicos. 2. Antropologia. 3. Sociologia. 4. Ciência Política I. de Melo, Mayara de Lima Montenegro Correia
Universidade Federal de Pernambuco. CFCH

CDU 3 (81) UFPE

INDEXADA EM

Academia.edu

BASE - Bielefeld Academic Search Engine

Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral

Google Acadêmico

Latindex

LivRe - Periódico de Livre Acesso

LUX Leuphana

Nelson Mandela University

PKP - Index

REDIB - Portal de revistas Científicas Latinoamericanas

Sindex- Scientific Indexing Services

Social Science Research Center Berlin

SSOAR - Social Science Open Access Repository

Sumários.org - Sumários de Revistas Brasileiras

CONTATOS

E-mail: revistaidealogando@gmail.com

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/index>

APOIO

Coordenação dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais – UFPE

IDEALOGANDO

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Ano 6, v. 6 (1): 2022

A Revista Idealogando é uma revista eletrônica, com publicação anual, de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Tem como objetivos principais divulgar e estimular a publicação de trabalhos científicos, dentro das três grandes áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Dessa forma, a revista tem como foco, promover a troca de experiências dentro de um ambiente interdisciplinar, além de servir como instrumento de divulgação de estudos científicos, dentro da pesquisa, ensino e extensão.

COMISSÃO EDITORIAL – 2022

Editora Chefe

Mayara de Lima Montenegro Correia de Melo

Comissão Editorial

Allyson Roberto da Silva Melo

Bruno Vinícius Moreno Formiga

Gutierrez Jorge do Nascimento Silva

Marina Regueira Cardoso

Fundadores

Clayton Rodrigues da Silva

Wenderson Luan dos Santos Lima

Projeto Gráfico e Diagramação

Bruno Vinícius Moreno Formiga

Mayara de Lima Montenegro Correia de Melo

Revisão

Mayara de Lima Montenegro Correia de Melo

Tradução

Rauan Rodrigues Gomes

Conselho Editorial

Dr. Alex Giuliano Vailati - UFPE

Dr. Carlos Cirino - UFRR

Dr. Cristiano das Neves Bodart - UFAL

Dr. Cristiano de França Lima - FACOL

Dr. Erinaldo Carmo - UFPE

Dr. Marcelo Miranda - UFPE

Dr. Paulo Marcondes - UFPE

Dr. Raimundo Nonato Silva - UFAM

Dr. Reginaldo Prandi - USP

Dr. Renato Athias - UFPE

Dr. Ricardo Mariano - USP

Dr. Sérgio Neves Dantas - UFPE

Dra. Ana Claudia Rodrigues - UFPE

Dra. Carmem Lúcia Silva Lima - UFPI

Dra. Conceição Lafayette - UFPE

Dra. Daniela Manica - Unicamp

Dra. Debora Messenberg - UnB

Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte-UFPE

Dra. Lilia Moritz Schwarcz - USP

Dra. Paula Monteiro - USP

Dra. Roberta Bivar Campos - UFPE

Dra. Rosane Alencar - UFPE

Dra. Silke Weber - UFPE

A G R A D E C I M E N T O S
AOS COLABORADORES E PARECERISTAS AD HOC

Ana Paula de Holanda Silva — **Universidade Federal de Pernambuco**

Carolina Barbosa de Albuquerque — **Universidade Federal de Pernambuco**

Igor Holanda Vaz Arcoverde — **Universidade Federal de Pernambuco**

Karla Danielle Santos de Oliveira — **Universidade Federal de Pernambuco**

Maurício Sousa Júnior — **Universidade Federal de Pernambuco**

Micheline Dayse Gomes Batista — **Universidade Federal de Pernambuco**

Priscila da Silva Santos — **Universidade Federal de Foz do Iguaçu**

Ricardo Bandeira de Melo — **Universidade Federal da Paraíba**

Taynah Alves Soares — **Universidade Federal de Santa Catarina**

Tiago Macedo Bezerra Maia — **Universidade Federal de Pernambuco**

I D E A L O G A N D O

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Ano 6, v. 6 (1): 2022

SUMÁRIO | CONTENTS

ARTIGOS | ARTICLES

APRESENTAÇÃO

Comissão Editorial.....01

CRIAR CRIANÇAS, CRIAR VÍNCULOS: por uma maternidade manifesto feminista | CREATE CHILDREN, CREATE BONDS: for a manifest feminist motherhood

Flora Rodrigues Gonçalves.....03

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES NO MERCADO INFORMAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO PAÍS | PARTICIPATION OF GUINEAN WOMEN IN THE INFORMAL MARKET AND THEIR CONTRIBUTIONS TO THE GROWTH OF THE COUNTRY'S ECONOMY

Rosiani Sanca Martins.....17

POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO COLETIVO: trilhando os caminhos da emancipação feminina no campo | PUBLIC POLICIES AND COLLECTIVE WORK: traveling the paths of female emancipation in the field

Adrielly Ferreira Moraes, Adriana Carneiro da Silva, Jose Raimundo Oliveira Lima....41

UM ENSAIO SOBRE O DISCURSO FILOSÓFICO DA PÓS-MODERNIDADE | AN ESSAY ON THE PHILOSOPHICAL DISCOURSE OF POSTMODERNITY

José Dantas Sousa Júnior.....61

DIÁLOGOS ESTRUTURAIS: o conceito de estrutura em Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss | STRUCTURAL DIALOGUES: the concept of structure in Radcliffe-Brown and Lévi-Strauss

João Gabriel Ramos Mendes da Cunha, Diego da Silva Tavares.....75

COMUNIDADE CATU/RN: o diálogo político e etnicidade | CATU/RN COMMUNITY: the political dialogue and ethnicity

José Alberto da Silva, Karlla Christine Araújo Souza.....94

RESENHAS | REVIEWS

LIMULJA, HANNA. UMA ETNOGRAFIA DOS SONHOS YANOMAMI: O DESEJO DOS OUTROS. SÃO PAULO: UBU EDITORA, 2022, 192 PP.

Lunara Caroline Nascimento Gomes.....111

APRESENTAÇÃO | FOREWORD

A presente edição lança o volume 6 (2022) da revista Idealogando, atualmente vinculada ao grupo PET Ciências Sociais da UFPE. Este volume conta com seis artigos e uma resenha, reunindo reflexões críticas e pesquisas acadêmicas que abordam temas contemporâneos e clássicos da Sociologia, Antropologia, Filosofia e Ciência Política. A atual publicação destaca discussões sobre desigualdade social, política, cultura, maternidade, feminismo, teoria social e os desafios das sociedades modernas. Os autores dos artigos submetidos são estudantes, egressos e pesquisadores de diversas instituições de ensino brasileiras: UFPE, UFPB, UFMG, UFF, UNILAB, UFES, UFBA, UERN, UFRN.

Iniciamos a edição com o artigo intitulado “Criar Crianças, Criar Vínculos: por uma maternidade manifesto feminista”, de autoria da doutora em Antropologia Social e mãe de duas crianças, Flora Rodrigues Gonçalves. O texto apresenta a importância da inclusão de discussões acerca das experiências maternas dentro dos estudos de gênero e reflete a respeito dos desafios e acolhimentos na trajetória de mães em formação.

O próximo trabalho é de autoria da mestra em Sociologia Rosiani Sanca Martins, nomeado “Participação das Mulheres Guineenses no Mercado Informal e suas Contribuições para o Crescimento da Economia do País”. O artigo expõe os desafios que as mulheres guineenses enfrentam no mercado informal, sendo as principais responsáveis pela renda familiar e contribuindo massivamente para o crescimento da economia e desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Na sequência, temos o artigo “Políticas Públicas e Trabalho Coletivo: trilhando os caminhos da emancipação feminina no campo”, escrito pelos professores e pesquisadores: Adrielly Ferreira Moraes (mestra em Planejamento Territorial), Adriana Carneiro da Silva (mestra em Geografia) e José Raimundo Oliveira Lima (doutor em Educação e Contemporaneidade). O texto aborda como a política pública de financiamento contribui para a emancipação e autonomia de mulheres rurais a partir do trabalho coletivo.

A seguir, o doutor em Ciências Sociais José Dantas Sousa Júnior, com seu trabalho intitulado “Um Ensaio sobre o Discurso Filosófico da Pós-Modernidade”, lança reflexões a respeito da pós-modernidade e sua influência na vida dos indivíduos e nas formas de sociabilidade, partindo, principalmente, de uma discussão sobre consumo e internet.

Adiante, temos o artigo “Diálogos Estruturais: o conceito de estrutura em Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss”, de autoria dos mestres em Antropologia João Gabriel Ramos Mendes da Cunha, Diego da Silva Tavares. O texto propõe auxiliar os novos estudantes das Ciências Sociais e Antropologia, bem como, as pessoas curiosas no assunto, a partir de uma contextualização sobre o estruturalismo e uma

discussão sobre as diferenças conceituais de estrutura para dois autores clássicos da Antropologia.

Logo mais, o mestre em Ciências Sociais e Humanas José Alberto da Silva, juntamente com a professora e doutora em Sociologia Karlla Christine Araújo Souza, trazem em seu artigo “Comunidade Catu/RN: o diálogo político e etnicidade” uma análise a respeito dos processos políticos gerados a partir de relações culturais, apoiada no conceito de “etnogênese”.

Finalizando a edição, temos uma resenha escrita pela doutoranda em Estudos Literários Lunara Caroline Nascimento Gomes. O livro resenhado se intitula “Uma Etnografia dos Sonhos Yanomami: o desejo dos outros”, de autoria da doutora em Antropologia Hanna Limulja. O texto discute a importância dos sonhos para a sociedade Yanomami, que os vê como meio de aprendizagem do mundo ao redor, previsão de perigo e indicativo de sabedoria, além de possuir um importante papel no senso de coletividade.

Comissão Editorial

Recife, Outubro de 2024.



CRIAR CRIANÇAS, CRIAR VÍNCULOS: por uma maternidade manifesto feminista

CREATE CHILDREN, CREATE BONDS: for a manifest feminist motherhood

Flora Rodrigues Gonçalves*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância da experiência da maternidade dentro dos estudos de gênero a partir da construção e desconstrução de vínculos criados por mim, mãe e antropóloga. Nesse sentido, este texto é um artigo-manifesto, que versa sobre trajetórias maternas feministas em construção. Se, em um primeiro momento, a maternidade ocidental foi caracterizada pelo lugar central da mulher na família monogâmica e patriarcal, em um segundo momento a maternidade passa a ser vista, por algumas feministas, como sinônimo de escolha e recusa. Hoje, quais os desafios e o acolhimento que a maternidade recebe dentro desse universo?

Palavras-chave: maternidade feminista; antropologia do gênero; trajetórias feministas acadêmicas.

ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of the experience of motherhood within gender studies from the construction and deconstruction of bonds created by me, mother and anthropologist. In this sense, it is a manifest article, which deals with feminist maternal trajectories under construction. If, in the first instance, occidental motherhood was characterized by the central place of women in the monogamous and patriarchal family, in a second moment, motherhood comes to be seen by some feminists as a synonym of choice and refusal. Today, what are the challenges and the welcome that motherhood receives within this universe?

Keywords: feminist motherhood; gender anthropology; academic feminist trajectories.

* Pós-doutoranda em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou - Fiocruz Minas Gerais. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), mestrado (2010) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). É pesquisadora vinculada do Grupo de pesquisa GESEX - Grupo de Pesquisa Gênero e Sexualidade/UFMG e do LACS - Laboratório de Antropologia das Controvérsias Sócio Técnicas/UFMG. Contato: florargoncalves@gmail.com

Artigo Recebido em: 01/11/2019. Aceito em 02/06/2023.

“Um útero é do tamanho de um punho
Num útero cabem cadeiras
Todos os médicos couberam num útero
Não cabe num punho,
Quer dizer, cabe
Se a mão estiver aberta”

Trecho do poema “Um útero é do tamanho de um punho”, de Angélica Freitas

A MATERNIDADE COMO CONJUGALIDADES: ACADEMIA-MANIFESTO

“Primeira sugestão: Seja uma pessoa completa. A maternidade é uma dádiva maravilhosa, mas não seja definida apenas pela maternidade. Seja uma pessoa completa.”

Chimamanda Ngozi Adichie

Em outubro de 2017 fui convidada para participar de uma mesa sobre maternidade no Fórum de Diálogos, uma iniciativa dos alunos, professores e técnicos administrativos do curso de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A mesa intitulada “Maternidades em Debates” discutia a permanência e os desafios da maternidade dentro do universo acadêmico, a partir dos pontos de vista de alunas e professoras que, de alguma maneira, vivenciavam a maternidade.

Em minha exposição, pontuei que a importância em se discutir a maternidade em espaços como as universidades e faculdades se passava pela necessidade de considerar a maternidade enquanto questão pública, estrutural e de desigualdade de gênero. A partir da minha experiência enquanto mãe feminista, narrei como foi extremamente difícil lidar com o mito do amor materno ao mesmo tempo que tinha que lidar, também, com um puerpério interrompido pelas aulas da pós-graduação.

Quando meu primeiro filho nasceu, a portaria da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) 248 de 2011 que concede a licença maternidade para suas bolsistas ainda não existia. Aos 9 meses de

gestação, insegura e no fluxo da escrita da dissertação, lembro de mandar para meu orientador um arquivo chamado “Capítulo 2”, mas que na verdade era um pequeno texto que se chamava “contrações nada rizomáticas”. Nele eu escrevi que:

Ontem tive minha primeira contração, conhecida como contrações de Braxton Hicks ou ainda como falsas contrações. Como uma antropóloga que (me) valha, em uma fórmula bastante conhecida da simetria generalizada, não me cabe dizer se as contrações são falsas ou verdadeiras: devo apenas acompanhar o desenvolvimento dessa embaraçosa (por que não?) rede sociotécnica. Mas eu digo de antemão, mesmo que o princípio não seja dizer nada de antemão até que se prove o contrário: elas não são nada rizomáticas. Tudo bem que elas têm uma dinâmica bem peculiar, elas estão mas não estão, porém sabe-se que elas uma hora vão e ai, olha que curioso, nasce uma controvérsia - perdão – um bebê. Enquanto nem o meu bebê e nem o meu famigerado estudo de controvérsias não nasce, eu fico aqui tirando sarro da minha própria cara. E as contrações, essas máquinas de guerra de um corpo com muitos e muitos órgãos achatados, são um feliz sinal de que a vida segue sim um percurso muito belo, que eu por um acaso acho mais belo por que está acontecendo comigo. Linha de fuga ou não, Deleuze que me desculpe minhas apropriações indevidas – mas divertidas – acho que toda contração é digna de uma etnografia. Até que a dor lhe permita.

Já em meu diário particular de 2010, escrevi que:

Quando B. nasceu, eu sentia que desconhecia o amor. A obrigação de amá-lo era repetida por mim e me sujeitava aos caprichos e construções sociais de que existia uma maternidade ideal que deveria ser seguida. Enquanto meu leite empedrava, meu amor não atravessava todo esse infinito, eu pensava que na próxima semana eu teria que apresentar um capítulo da minha pesquisa. Eles disseram: nasce um bebê, nasce uma mãe. O medo de que a mãe não nascesse, pois o bebê já estava lá, posto, congelava um amor que sequer tinha chegado.

Desde muito tempo sabemos qual o papel destinado às mulheres, pelo menos àquele escrito na história ocidental. Também sabemos que esse papel vem mudando lentamente com o tempo – principalmente a desmistificação do “amor materno incondicional”. Esse tipo de representação tradicional, junto com outros “mitos”, é responsável pelo isolamento materno e sua subjugação no trabalho, na sociedade, na família e, pasme, até em alguns movimentos feministas. Mas falemos dessa subjugação mais adiante.

Em meu percurso acadêmico, todos os meus colegas homens que se graduaram comigo já completaram seus doutorados, alguns são professores de instituições federais. Em retrospecto, penso se minha carreira científica foi boicotada por eu ser mãe ou por ser mulher. Ambas, pois são indissociáveis – nesse sentido. Recentemente, a física Márcia Barbosa¹ esteve em um evento na UFMG sobre Mulheres na Ciência e explicou como as mulheres são “tesouradas” à medida em que suas carreiras científicas avançam. A partir de um gráfico, chamado “efeito tesoura”, é possível mostrar a evolução da carreira científica das mulheres e dos homens, porém, em determinado momento, o gráfico começa a subir apenas para os homens, que seguem tranquilamente o mestrado, doutorado e etc. A linha de gráfico das mulheres faz o movimento inverso. A partir do mestrado, por volta dos 30 anos, o gráfico começa a mostrar um declínio importante, formando o que Márcia Barbosa (2018) chamou de efeito tesoura² na pós-graduação.

Porque o efeito tesoura acontece? Possivelmente, pela “escolha” da maternidade pelas estudantes. Mas não é só isso, significa também que a paternidade não interferiu em nada na vida daqueles homens. Os países que tentaram resolver essa sub-representação das mulheres na ciência concederam a opção da licença parental, onde ambos - pai e mãe - poderiam compartilhar o tempo com a criança da mesma forma. A licença parental apresenta ser um caminho possível, mas está longe de ser a opção que irá acabar com o assédio moral das mães nas instituições de pesquisa, visto que as mudanças precisam partir de políticas públicas estruturantes e construídas, sobretudo, por mulheres e mães.

Se aqui narro um pouco da minha exposição feita nessa mesa (e outras considerações posteriores feitas de forma informal), faço pela seguinte causa: a maternidade é atravessada por técnicas de repressão e subjugação o tempo inteiro e - mesmo assim - quando eu estive esgotada pelas escolhas de ser mãe e acadêmica, os feminismos que eu tinha me apoiado não me acolheram. Ao

¹ Palestra ocorrida na UFMG, na inauguração da formação Transversal em Direitos Humanos, em agosto de 2018. Um breve resumo sobre essa palestra, intitulada: “Mulheres na Ciência: uma verdade inconveniente”, pode ser consultado em: <https://www2.ufmg.br/prograd/prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Noticias/Mulheres-na-Ciencia-cade-elas>. Acesso em 06/09/2019

² O efeito tesoura para as mulheres, na ciência, indicam que a presença feminina está, ainda, sub-representada nos postos mais elevados de pesquisa nas instituições de ensino.

colocar o termo feminismo no plural, justifico que essa escolha parte das diversas correntes feministas às quais eu já me vinculei, desde o feminismo interseccional; que mobiliza as opressões de gênero, raça e classe em suas análises, até o feminismo radical; que, por sua vez, mobiliza o entendimento de que as opressões sofridas pelas mulheres partem do patriarcado³.

Ao cursar o doutorado, aparentemente inebriada, eu já sabia o que a maternidade exigiria de mim. Eu já era mãe. Pela primeira vez, tive licença maternidade. Deixei um bebê de 5 meses com minha rede de apoio. E achava que, enfim, tinha uma escolha. Eu escolhi voltar. Eu escolhi continuar o doutorado. Quando conversava nos meus grupos feministas sobre voltar e as reticências que essa escolha me causava, grande parte se referia à minha culpa como resultante de um machismo estruturante. “Se meu marido não sentia culpa, por que eu deveria sentir?” – Elas me diziam. Ao mesmo tempo, quando eu tentava encaixar qualquer tema nas pautas de discussão sobre maternidade, parto, amamentação e creche (principalmente), a pouca ou nenhuma atenção dada a tais demandas eram visíveis.

Recentemente, grupos sobre apoio materno têm sido criados com bastante frequência⁴, funcionando como espaços onde se discutem violência obstétrica, aleitamento materno e outras demandas referentes ao universo da maternagem. Geralmente, são rodas de conversa onde dividimos aflições, contamos sobre os desafios que surgem ao criar crianças para um mundo extremamente machista, e nos compreendemos, afinal. Creio que esses espaços funcionam como uma linha de fuga da subjugação materna, ao mesmo tempo em que poderiam se encaixar na pauta feminista ao pensar como as mulheres agenciam (e enfrentam) todo um inconsciente coletivo de representações maternas “ideais”.

Eu, enquanto mãe, feminista e antropóloga, sempre ocupei um espaço dual e relativo dentro dos grupos sobre maternagem. Enquanto eu tentava relacionar o feminismo com as pautas maternas, também tentava relativizar os movimentos feministas e a sua recusa à maternidade, principalmente no que diz respeito aos movimentos mais radicais. Um discurso tão polifônico jamais poderia

³ Ainda sobre os (vários) feminismos, essa discussão não existe sem controvérsias e, embora seja uma discussão urgente, ela não participa e nem se esgota nesse texto.

⁴ Em Minas Gerais temos diversos grupos de apoio materno, dentre eles o Ishtar, as Rodas do Bem Nascer e os encontros do Instituto Nascer.

ser resumido em uma unidade, e, nesse sentido, é a multiplicidade que responde pelo feminismo. Também pelo fato de ser antropóloga, tentava me distanciar dos olhares outros ao mesmo tempo em que os olhares outros eram amigos ou inimigos. Dessa forma, eu mesma já apontava – e aponto – o meu lugar incerto e ambíguo dentro do meu próprio feminismo.

Para não ser injusta, as discussões sobre maternidade compulsória sempre foram presentes nos movimentos feministas. A maternidade compulsória, que abriga senão todas, a maioria de nós em algum momento de nossas vidas, significa pensar a maternidade “subjetivamente” como obrigatória, ou seja, a ideia de que todas as mulheres sonham em ser mães e que, segundo esse imaginário, elas só serão “completas” quando gestar uma criança.

A discussão sobre maternidade compulsória também não acontece sem controvérsias. Ao mesmo tempo que mulheres se sentem pressionadas pela opção de não serem mães, as mulheres mães tendem a diminuir essa pressão sob o argumento de que escolher ter um filho – e as demais pressões que surgem dessa escolha – é um debate muito mais importante do que a “autonomia” na recusa da maternidade. Porém, a conquista da autonomia da mulher e a maternidade não deveriam ser disputadas como dois campos conflitivos. Ao que parece, a posição dual acompanha os pensamentos feministas há anos – e não seria novidade se ele, todavia, permanecesse.

Sobre essa dualidade, Marilyn Strathern (2006) analisa o lugar da antropologia no debate feminista, ponderando que o saber feminista (que são vários) e a antropologia social compartilham uma estrutura bastante similar: a competição. A autora chega a dizer que ambas são “vizinhas em conflito” (STRATHERN, 1997), pois experimentam uma relação incômoda uma em relação à outra ao se perceberem enquanto teorias dissonantes, mas que se convergem.

Para Strathern (2006), enquanto a antropologia se sustenta na construção de mundo a partir de inúmeros pontos de vista, o saber feminista tem pouco interesse na relatividade do olhar antropológico, visto que a antropologia não consegue promover, em específico, os interesses das mulheres. Isso significa que não vale, nesse sentido, o relativismo a qualquer custo. Ao mesmo tempo, ela também diz que o constrangimento no relacionamento entre o feminismo e a

antropologia reside em suas diferentes estruturas epistemológicas e nas formas de classificar o mundo.

Ambas, no entanto, compartilham a interpretação da experiência, sem que, contudo, este seja “o ponto de encontro” que parece ser. Nos estudos feministas, a experiência só pode ser vivenciada com pessoas semelhantes, onde a experiência ocupa um lugar central como instrumento de conhecimento: a experiência é única e pessoal: Seria o meu caso, enquanto feminista e mãe e a falta de acolhimento dentro de grupos feministas que não tem participantes mães? Já na antropologia, a experiência do outro vem a partir do olhar antropológico, e esse exercício de experimentação é sempre reinventado e relacional: Seria o meu caso, enquanto antropóloga e pesquisadora das relações entre pessoas, propriedades e conhecimento?

Para Strathern, esse difícil encontro é vivenciado criticamente pelas antropólogas feministas, ou a quem se dedica a estudar a antropologia feminista. Segundo a autora:

Estas pessoas estão capturadas entre as estruturas: o (a) estudioso (a) se confronta com duas maneiras distintas para se relacionar com seus objetos de pesquisa. A tensão deve ter continuidade; não pode haver nenhum alívio em substituir uma pela outra. (STRATHERN, 1987, pag.96)

As discussões feministas recebem respostas imediatas da antropologia, pois, a partir do interesse crescente do feminismo a partir da década de 1970, os debates sobre o papel das mulheres foram incorporados dentro da teoria antropológica. Para Alinne Bonetti (2009) a origem de uma antropologia feminista (chamada, na ocasião, de Antropologia da Mulher) surgiu a partir dos crescentes questionamentos das antropólogas sobre a construção de um conhecimento etnográfico sem as mulheres. Segundo Bonetti, o lugar das mulheres nas produções etnográficas era de “sub-representação, silenciamento e invisibilidade” (BONETTI, 2009, pag.170). De toda forma, olhar a partir de uma antropologia feminista é compor um mundo deslocado, de visões compartilhadas – porém, nunca sem conflito.

E, nesse sentido, enquanto antropólogas feministas, estamos comprometidas tanto com a alteridade (pensada) enquanto diferença, quanto com a vulnerabilidade das mulheres na vida social. Ao mesmo tempo, é preciso

incluir o olhar antropológico na crítica feminista, assim como incorporar os feminismos como forma de desafio crítico à própria produção antropológica.

Ao final, enquanto mãe, antropóloga, estudante e feminista, tem dias que produzo algumas linhas, outros consigo produzir até algumas páginas. Retomo Audre Lorde (2021) ao compartilhar essa tentativa de analisar partes dessa história que pertencem a mim e aos meus filhos. Para Lorde: *“Tenho minhas próprias maneiras de reformular essa questão (ser mãe, negra e lésbica –destaque meu), na esperança de que todas nós falemos delas e de partes de nossas vidas que precisamos compartilhar (...). A diretriz mais verdadeira vem de dentro.”* (LORDE, 2021, pag. 91). Embora clichê, tenho certeza de que, continuamente, produzo duas crianças, e, simultaneamente, produzimos um mundo.

MATERNIDADES E GÊNERO: ALGUNS DESAFIOS

A experiência da maternidade já foi vista pelo movimento feminista de diversas maneiras. Assim como o contexto social do qual as ideias surgem, é importante lembrar que, enquanto agência, a maternidade não é um conceito limitado e fixo no tempo. Tal como as mudanças ocorridas após as Revoluções Industriais, a maternidade passou de um exercício confinando aos meios domésticos para uma pauta relativa à vida das mulheres. Mas a luta política (e de sobrevivência) das mulheres começou muito antes. Vale a pena fazer um breve resgate histórico e político.

Silvia Federici (2017) é uma historiadora italiana que se dedica a compreender a história do capitalismo a partir de uma perspectiva de gênero. A tese de Federici é de que a exploração das mulheres cumpriu uma função essencial no processo de acumulação capitalista, porém, suas histórias foram solapadas da historiografia eurocêntrica. Ao mesmo tempo, a historiadora posiciona a bruxa - “enquanto encarnação de um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião” (FEDERICI, 2017, pag.24) -

como figura central de uma análise sobre os cercamentos e a origem da propriedade privada.

A caça às bruxas, segundo a autora, funcionou para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressivo que o regime experimentado pelas mulheres na Idade Média. Nessa época, prevalecia a autoridade dos senhores feudais, que controlavam a comunidade servil e as propriedades dos servos. Com o argumento de que tudo era posse do senhor, em algumas regiões esses senhores das terras chegavam a reivindicar o *jus primae noctis*, ou seja, o direito a deitar com a esposa do servo em sua primeira noite de núpcias.

A partir dos séculos XII e XIII, com o crescente número de camponeses empobrecidos e as repetidas revoltas anti-feudalistas, os movimentos heréticos surgiram como uma proposta de se criar um outro tipo de sociedade baseada em uma reinterpretação religiosa. Os hereges denunciavam a acumulação de riquezas e a propriedade privada, além de preconizar uma renovação espiritual contra o Clero da época. Para Federici:

Os hereges eram queimados aos milhares na fogueira e, para erradicar sua presença, o papa criou uma das instituições mais perversas jamais conhecidas na história da repressão estatal: a Santa Inquisição. (FEDERICI, 2017, pág. 69)

Porém, com a contínua privatização das terras, os métodos disciplinares voltados às mulheres passaram a fazer parte do aparato “governamental” – ou daquilo que o representasse, controlando suas funções reprodutivas e todos os métodos contraceptivos desenvolvidos por curandeiras e parteiras locais. O resultado desse rígido controle sobre o corpo das mulheres foi a punição em massa para qualquer uma que burlasse as normas reprodutivas em voga, sob a acusação de serem bruxas e assassinas de crianças. É interessante notar que, com a marginalização das parteiras, o papel ativo no trabalho de parto passou a fazer parte do domínio masculino, e em lugares como a França e a Alemanha, as parteiras tiveram que se tornar espãs do Estado para poderem continuar com suas práticas (FEDERICI, 2017, pág. 177).

Apesar da caça às bruxas ser uma derrota histórica para as mulheres, segundo Federici, não foi sem luta. A partir do movimento feminista, a

perseguição das bruxas tem sido devidamente contextualizado e saiu de sua clandestinidade, reconfigurando os ideais feministas sobre o corpo, a moral e a degradação feminina com o advento do capitalismo.

O corpo das mulheres e suas formas de controle reprodutivo sempre estiveram sob vigilância, se não fosse pelos homens, eram pelo Estado. A partir do disciplinamento ocorrido após a caça às bruxas, a construção social de que as mulheres se resumiam à maternidade e que seu lugar era no seio da família foi o grande alicerce da era pré-capitalista. É de se esperar que, após longos séculos de confinamento e dominação masculina sobre os corpos femininos, a contra resposta pós Revolução Industrial fosse a recusa da maternidade como forma de lutar contra o patriarcado e também como forma de ocuparem o espaço que lhes foi negado.

Esse tipo de questionamento sobre a função da maternidade é assegurado por Simone de Beauvoir, em “o Segundo Sexo” (1949), e endossado por muitas mulheres que viam a maternidade como um direito de livre escolha. Para Lucila Scavone (2001):

A luta política das mulheres francesas, nos anos 1970, para obter a pílula contraceptiva e o aborto como direito político, possibilitou a efetivação desta recusa. A máxima deste movimento era “un enfant, si je veux, quand je veux” [“uma criança se eu quiser, quando eu quiser”], que reivindicava o direito à livre escolha da maternidade. (SCAVONE, 2001, pág. 139)

Passadas as problematizações sobre a maternidade – e a sua livre recusa, as reflexões feministas começaram a pensar no lugar da maternidade enquanto “poder feminino”. Essa perspectiva é chamada por Scavone (fazendo alusão à FERRAND e LANGEVIN, 1990) como o “segundo momento”, onde a maternidade é vista enquanto forma de recuperar o saber feminino que lhe foi destituído desde a Idade Média. Apesar de Scavone não datar tal momento, penso que ele surgiu logo após as discussões sobre a livre escolha da maternidade, em meados da década de 60 e 70. Ainda no final da década de 70, a discussão sobre maternidade abrange outro tipo de posição: não é o fator biológico da mulher enquanto reprodutora que determinará seu lugar da maternidade, mas sim as relações de dominação masculinas que atribuem um padrão de conduta e um significado social à maternidade.

Pensando a questão da maternidade enquanto gênero, há avanços importantes. Henrietta Moore (1997) pontua que o surgimento do gênero enquanto pauta veio como forma de combater o determinismo biológico vigente naquela época. Segundo a autora:

A distinção entre sexo biológico e gênero mostrou ser absolutamente crucial para o desenvolvimento da análise feminista nas ciências sociais, porque possibilitou aos eruditos demonstrar que as relações entre “mulheres” e “homens” são socialmente construídos e não podem ser considerados naturais, fixos ou predeterminados. (MOORE, 1997, pag.2)

Certamente, a introdução do conceito de gênero nas ciências sociais foi um grande desenvolvimento na explicação sobre as desigualdades entre homens e mulheres, além de introduzir a discussão da maternidade enquanto algo relacional, ou seja, um lugar onde a maternidade é compreendida também a partir da paternidade e em toda a sua dimensão social.

Porém, a construção do gênero não acontece sem maiores problematizações. Muito se tem discutido sobre a ambiguidade sobre o conceito de gênero, assim como seu confinamento teórico a um arcabouço predominantemente machista. Teresa de Lauretis (1994) afirma que o conceito de gênero como diferença sexual tem servido, desde a década de 1960, como base teórica e sustentação para a política feminista. Porém, ela afirma, que o gênero enquanto diferença sexual traz consigo uma limitação:

A primeira limitação do conceito de “diferença(s) sexual(ais) (...) é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (...) o que torna muito difícil, senão impossível, articular as diferenças entre mulher e Mulheres, isto é, as diferenças entre as mulheres, ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres. (DE LAURETIS, 1994, pág. 207)

A outra limitação apontada por Lauretis, já criticada também por Strathern (1997), é o potencial epistemológico do conceito de gênero, que ao se referir ao “Outro” sempre como o sistema patriarcal, acaba acomodando seus conceitos sem de fato sair dos mesmos referenciais teóricos da sociedade eurocêntrica.

Creio que tais perspectivas sobre gênero ainda estejam vigentes dentre as diversas críticas feministas, funcionando também como “concepções em conflitos”. Ao abordarmos qualquer diferença entre nós, mulheres, partimos da premissa que antes de sermos mães, somos mulheres. Sem reconhecer que isso nos torna parcialmente diferentes, nunca conseguiremos articular pautas em conjunto que consigam abarcar tanto mães quanto não mães. Outro ponto, que articula tanto a antropologia quanto o feminismo, é como vamos relacionar esse “Outro” sempre articulado enquanto patriarcado, de forma que ele não seja apenas uma diferença de gênero, mas se configure enquanto uma mudança efetiva nas relações de gênero.

Ao mesmo tempo, foi a partir da perspectiva de gênero que a maternidade pôde ser abordada em suas diferentes perspectivas: como realização feminina, como resgate ao “empoderamento” feminino, mas também como opressão sobre as mulheres e um rígido controle do corpo feminino pelo patriarcado. Existem diferentes formas de compreender o gênero: em todas elas cabe a maternidade.

CRIANDO VÍNCULOS [Experimentando Relações]

O processo de matinar precisa de ser colocado em questão. Já longe (nem tanto) das esferas domésticas, a maternidade ainda enfrenta uma série de processos que oscilam entre sua supervalorização e sua desvalorização. A ocupação das mães nas atividades acadêmicas, no trabalho, em teatros, cinemas e demais lugares frequentados, sobretudo por adultos, precisa ser feita na medida em que as pesadas cargas de trabalho/emocional continuam a nos assolar diariamente. Também é importante que as relações de gênero continuem a se transformar: o universo de emoções e de solidão enfrentado por diferentes mães precisa ser compartilhado, seja por novas parentalidades, seja pela maternidade ampliada.

Enquanto antropóloga feminista, penso que ampliar os exercícios da maternagem é o caminho para diminuir nossos esforços e compreender que a criação de uma criança exige um mundo de pessoas, sejam humanas, sejam não-humanas: de fato, ela em si compõe mundos encantados sem os quais seria impossível ver um horizonte menos embrutecido. Segundo Lorde, “todos os

nossos filhos são a vanguarda de um reinado de mulheres que ainda não foi estabelecido” (LORDE, 2021, pag. 93).

Pela maternidade ampliada não sugiro a terceirização da criação dos filhos – jamais. Penso, certamente, nas crianças como uma aldeia – uma relação dialógica que, enquanto cuidamos de nossas crianças, elas cuidam da gente. Um exemplo desse tipo de exercício que sugiro ocorreu recentemente em um encontro de antropologia, onde montamos um “espaço brincante” dentro da Universidade. Enquanto algumas mães apresentavam seus trabalhos ou organizavam minicursos, outras mães, não mães e homens se responsabilizavam por acolher seus filhos. Foi maravilhoso, conseguimos não só ocupar um espaço na universidade, mas fazê-lo colorido, imagético e cheio de crianças. Ali, com Tetê, Dandara e Raul, pudemos encantar e criar vínculos. Um pouco de ar necessário.

Por fim, não pretendo romantizar nem a maternidade, nem as crianças. Isso significa não essencializar essas relações, que são múltiplas e contraditórias. Compreender a maternidade, seu letramento social e político, é uma forma de nos libertar e de pautar políticas públicas inclusivas. Meu interesse é criar vínculos. Dentro desses vínculos, aposto em uma mudança radical, no qual, ao experimentar a vida daquela mãe e daquela criança, experimentamos também um outro tipo de afeto. O afeto que tanto nos falta: seja nos feminismos, seja nas antropologias.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BONETTI, A. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. **Mediações**. v. 14, n.2, p. 105-122, Jul/Dez. 2009, pp. 105-122

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: Heloisa Buarque de Hollanda (org.). **Tendências e Impasses: o Feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. **Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Companhia das Letras: 2017.

LORDE, Audre. O filho homem: reflexões de uma lésbica negra e feminista. In: **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOORE, Henrietta Moore. Compreendendo Sexo e Gênero. In: INGOLD, T. (org.) **Companion Encyclopedia of Anthropology**, London, Routledge, 1997. Tradução de Júlio Assis Simões.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise (org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp.137-150.

STRATHERN, Marilyn. Entre uma melanesianista e uma feminista. **Cadernos Pagu** (8/9),1997: pp. 7-49.

_____. Um lugar no debate feminista. In: **O Gênero da Dádiva**. Campinas: Ed. Unicamp. 2006. Campinas: Ed. Unicamp. 2006, p. 53-80.

_____. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 83-104, jul/dez. 2009.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES NO MERCADO INFORMAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO PAÍS

PARTICIPATION OF GUINEAN WOMEN IN THE INFORMAL MARKET AND THEIR CONTRIBUTIONS TO THE GROWTH OF THE COUNTRY'S ECONOMY

Rosiani Sanca Martins*

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

RESUMO

O presente artigo propõe analisar as contribuições das mulheres guineenses no mercado informal. O trabalho informal realizado pelas mulheres tem auxiliado para o crescimento da economia e o desenvolvimento do país nos últimos anos, e tem colaborado massivamente na sobrevivência e manutenção das famílias no que diz respeito à educação, alimentação e saúde. Diante disso, os desafios enfrentados pelas mulheres do comércio informal no cotidiano guineense serão explanados no decorrer do trabalho. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se assenta numa abordagem qualitativa interpretativa, tendo como técnica a entrevista e coleta de dados, que permite analisar as colaborações das mulheres guineenses no mercado informal, no que diz respeito à economia e ao desenvolvimento do país. Os estudos de gênero (OYERONKE, 2004) e a bibliografia mais recente sobre trabalho informal (MENDES, 2016; SILVA, 2010) serão apresentados e comentados ao longo da pesquisa. A permissão hipotética que guia este artigo é de que com a renda proveniente do trabalho informal, milhares de mulheres guineenses têm cooperado para o equilíbrio financeiro das famílias.

Palavras-chave: mulheres guineenses; trabalho informal; economia.

ABSTRACT

This article proposes to analyze the contributions of Guinean women in the informal market. The informal work carried out by women has contributed to the growth of the economy and the development of the country in recent years, and has contributed massively to the survival and maintenance of families with regard to education, food and health. In view of this, the challenges faced by women in the informal trade in Guinean daily life will be explained in the course of the work. From a methodological point of view, the research is based on an interpretive qualitative approach, using the interview and data collection technique, which allows analyzing the contributions of Guinean women in the informal market, with regard to the economy and development of the country. Gender studies (OYERONKE, 2004) and the most recent bibliography on informal work (MENDES, 2016; SILVA, 2010) will be presented and commented on throughout the research. The hypothetical permission that guides this article is that with income from informal work, thousands of Guinean women have cooperated for the financial balance of families.

Keywords: guinean women; informal work; economy.

*Possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), graduação em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (2022) e graduação em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (2018). Contato: rosabelasanca@gmail.com

Artigo Recebido em: 06/02/2022. Aceito em 27/07/2023.

INTRODUÇÃO

O trabalho pode ser definido como uma atividade realizada de forma individual ou coletiva, ou ainda, como um esforço para se obter uma meta (SAINT-JEAN; THERRIAULT, 2007). Ele pode se apresentar de diversas maneiras e com enfoque em várias áreas, tais quais, economia, física, filosofia, história, entre outras. Para Coutinho (2009) o trabalho compreende em uma atividade humana, individual ou coletiva, de caráter social, dinâmica, variável e que se difere de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, estratégica, instrumental e moral.

O trabalho em Guiné-Bissau não possui somente a dimensão produtiva concebida a partir do modelo de produção capitalista, é visto também como um modo de vida. O trabalho ajuda no fortalecimento de vínculo entre os sujeitos da mesma comunidade ou aldeia, por isso que possui este significado simbólico. A partir do início dos tempos, o homem sempre almejava o desenvolvimento de tarefas para que as suas necessidades fossem alcançadas, principalmente anterior à evolução da agricultura. Historicamente, os indivíduos constantemente vêm criando os seus modos ou modelos de acordo com a evolução da sociedade, a exemplo dos modos de produção existentes no passado.

O modo de produção tribal é o modelo de produção mais antigo, e era feito por família ou um determinado grupo étnico, no qual todos trabalhavam juntos e recebiam a mesma parte dos bens produzidos. Não havia classe social ou Estado e nem havia exploração de uns sobre os outros, as trocas de bens eram feitas de maneira simples, de caráter celebrativo e solidário.

Dentro das realidades do mercado de trabalho brasileiro, encontra-se o trabalho formal e informal. O primeiro, formal, também denominado de assalariado, prevê conforme a legislação do país, contratos em tempo parcial, contratos específicos para pequenas empresas, contratos temporários, ou outros tipos de contrato, que configuram uma relação de vínculo entre empregador e empregado. O trabalho informal, por sua vez, é aquele realizado sem formalidade, no qual os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada ou nenhum tipo de contrato firmado (NORONHA, 2003).

O que é totalmente diferente na Guiné-Bissau, as leis trabalhistas são muito frágeis e não abrange toda a camada da população que trabalha formalmente, já que o estado maior empregador do país acaba não seguindo as leis que foi criado por ele mesmo. O funcionário, estando dentro desse conceito de formalidade, acaba por não encaixar-se no próprio conceito no sentido literal de formal. Diferenciar o formal e informal no contexto guineense ainda é um pouco difícil já que o próprio funcionário com carteira assinada, ou seja, assalariado, ainda tem muita dificuldade de saber quais são os seus direitos e quais são os benefícios que são assegurados pela lei trabalhista.

O trabalho informal configura-se em uma das principais maneiras de sobrevivência da população devido à sua capacidade de gerar emprego e uma renda para aqueles que ainda vivem dentro do contexto da informalidade (SANTOS, 2021). Autores destacam que apesar da recuperação do emprego com carteira assinada no início dos anos 2000, a informalidade, que constitui um traço histórico do mercado de trabalho brasileiro, continua sendo a marca do contexto de trabalho de uma considerável parte de trabalhadores, em especial de mulheres (KREIN; PRONI, 2010; LEONE, 2010; LOMBARDI, 2010).

Ao longo das últimas décadas, as mulheres vêm conquistando espaços sociais, profissionais, culturais e políticos que exclusivamente eram reservados apenas aos homens. Contudo, as assimetrias ainda são consideráveis no mundo profissional, visto que, há diferenças sistemáticas entre oportunidades, ganhos salariais de mulheres em cargos similares aos homens (GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; CAMBOTA; PONTES, 2007) e o número de mulheres em posições de gestão executiva ainda é restrito (CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010).

Semelhante ao que ocorre na sociedade brasileira, os direitos entre homens e mulheres são ainda totalmente desiguais na Guiné-Bissau. Às mulheres guineenses ainda é outorgado, são, de forma consciente ou inconsciente, o papel único de cuidadora do lar. Como resultado sua entrada em espaços públicos, como o mercado de trabalho, ainda é repleta de obstáculos de dificuldades (PEREIRA, 2022).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Guiné-Bissau é um país que se encontra localizado geograficamente na costa ocidental da África, fazendo fronteira ao norte com o Senegal, ao sul com a Guiné-Conacri e ao oeste é banhado pelo oceano Atlântico. O país tem uma superfície total de 36.125km² e aproximadamente 1.852.284 habitantes (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil e duzentas e oitenta e quatro), conforme dados do relatório da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), atualizado em 2018. O país é composto por oito regiões e um setor autónomo, nomeadamente, região de Cacheu, Oio, Biombo, Quinara, Tombali, Bolama, Bafatá, Gabú e sector autónomo de Bissau (GUINÉ BISSAU, 2011).

Esta nação africana é constituída por diversos grupos etnolinguísticos, com destaque para os balantas, fulas, mandingas, papéis, mancanhes, manjacos, biafadas, felupes, mansoncas e nalus. Para além das regiões e do setor autónomo, existe o arquipélago dos Bijagós, formado por mais de 80 ilhas onde somente 33 são habitadas. A Guiné-Bissau tem clima tropical (quente e úmido), com duas estações do ano: seca e chuvosa. É um país da língua oficial portuguesa, integrando em várias organizações internacionais entre os quais destacam-se: os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), dentre outras organizações que congregam países africanos (GUINÉ BISSAU, 2019).

O referido artigo¹ teve como objetivo investigar a participação das mulheres guineenses no mercado informal e as suas contribuições para o crescimento da economia do país. Trata-se de uma pesquisa com mulheres guineenses, inseridas no trabalho informal. As ideias expressas neste artigo são resultantes da pesquisa realizada entre os anos de 2020 e 2021, com diferentes mulheres inseridas nesse meio.

Para a realização da presente pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa e os métodos escolhidos foram o levantamento bibliográfico e a entrevista semiestruturada. De início, foi feito um levantamento bibliográfico das

¹ Trabalho em formato de artigo para conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sob a orientação da Prof.^a Dr^a. Juliana Dourado Bueno.

referências sobre os temas: gênero e trabalho. Em seguida, a partir das leituras sobre a temática e o contexto sociocultural, foi desenvolvido um roteiro de entrevista. As entrevistas não puderam ser realizadas pela autora em razão de força maior, então um assistente de pesquisa auxiliou na etapa de realização das entrevistas.

Para a escolha dos participantes das entrevistas foi realizada uma etapa preliminar para conhecer o perfil das mulheres guineenses. A partir disso, foi percebido que não seria possível atingir todas as áreas pretendidas inicialmente, devido a indisponibilidade das entrevistadas e a dificuldade de acesso. O roteiro da entrevista foi elaborado em duas versões, uma em língua portuguesa e outra em crioulo guineense e, valendo aqui ressaltar, as entrevistas foram realizadas na língua crioulo, enquanto suas traduções encontram-se na língua portuguesa.

Foram entrevistadas um total de nove mulheres que trabalham com comércio informal, da faixa etária entre 19 a 52 anos, de diferentes culturas e grupos etnolinguísticos, tais como balanta, manchanche, mandinga, fula, papel e mansônica. As entrevistas foram realizadas nos seus respectivos espaços de trabalho e na língua crioulo, a língua a qual elas se sentem mais à vontade em falar. Ainda vale enfatizar que as entrevistas ocorreram em diferentes regiões que compõem o país, entre elas destacam-se: Bafatá, Gabu, setor de Bambadinca e setor autônomo de Bissau, sendo desenvolvidas no período de abril a dezembro de 2021.

Com exceção da introdução, localização geográfica e considerações finais, o presente artigo encontra-se estruturado em quatro tópicos centrais. O primeiro traz os principais fatores que influenciaram a desvalorização do trabalho. No segundo foram apresentados os conceitos de trabalho informal a partir da perspectiva de diferentes autores, enquanto o terceiro, apresenta as discussões relativas à questão sobre a desigualdade de gênero e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Por fim, procurou-se no último tópico, a partir dos resultados das entrevistas, detalhar os aspectos relacionados à inserção das mulheres guineenses no mercado informal e suas lutas diárias, bem como os papéis desenvolvidos por elas na educação dos filhos.

FATORES QUE INFLUENCIARAM NA DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO

Desde o início o capitalismo trouxe as diferentes formas de estruturação de trabalho e isto resultou em destruição do meio ambiente, guerras, a luta pela posse, luta entre as classes e a substituição do trabalho manual pelo automatizado em busca da sucessiva busca pelo acúmulo de bens e de riqueza. Nota-se que existe dentro das sociedades capitalistas uma pequena parcela da população que é detentora de todo meio de produção, por outro lado, existe grande número da população que são proletários que vendem as suas forças de trabalhos para conseguir satisfazer suas necessidades, são esses elementos que podemos ver até nos dias atuais (MARTINS, 2015).

Segundo Antunes (2011) pode-se adicionar que, em plena eclosão da mais recente crise global, este quadro se amplia ainda mais e se faz presenciar uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que foi dominante ao longo do século XX, de matriz taylorista-fordista:

Pautado pela *subsunção real do trabalho* (Marx, 1978) ao mundo maquínico, seja pela vigência da máquina-ferramenta autômata ou informacional-digital, esse trabalho relativamente mais formalizado vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade e precarização, de que são exemplo o *trabalho atípico* (Vasapollo, 2005), os trabalhos terceirizados (com sua enorme gama e variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” etc. Estas modalidades de trabalho configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade — vêm ampliando as formas geradoras do *valor*, ainda que sob a *aparência do não valor*, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de *autoexploração* do trabalho). (ANTUNES, 2011, p. 406-407).

Todo esse processo da precarização do trabalho e baixa remuneração acabou por afetar mais as mulheres, já que o trabalho desenvolvido por elas sempre foi invisibilizado, com a substituição de trabalho manual por máquinas, muitas mulheres acabaram por ficar desempregadas. Mesmo sem trabalho remunerado nunca deixaram de exercer o papel que foi atribuído a elas devido ao sistema patriarcal, predominante ao longo dos anos, que é cuidar das tarefas domésticas e dos filhos.

As mulheres têm tido um papel de destaque no âmbito do trabalho informal nas sociedades africanas desde a época pré-colonial. Este fato parece confirmar a existência de um modo de produção africano pré-colonial, em que a presença de mulheres comerciantes constituiu uma especificidade de gênero que não estava presente nas sociedades pré-industriais europeias, por exemplo. Além disso, esta perspectiva remete para a provável existência de dinâmicas culturais que parecem ter sobrevivido ao período colonial (SILVA, 2010, p.2).

O estudo sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho vem sendo objeto de grande produção teórica, como por exemplo, a pesquisa conduzida por Druck (2011) "*Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?*" e a Araújo (2007) *Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva*. Esses estudos são importantes para explicar a crise socioeconômica que as mulheres viveram nas últimas décadas. Frente a essa crise econômica global, a participação feminina no mercado de trabalho em muitos países, como é o caso da Guiné-Bissau, é o único setor de produção que aumentou as suas atividades durante a crise.

De acordo com Carrasco (1999, p.15), o debate sobre o patriarcado/capitalismo já tinha criado as primeiras discussões em torno do trabalho feminino assalariado, confrontando a lógica patriarcal à lógica capitalista. Esses dois aspectos destacados da discussão têm a ver com a caracterização das mulheres como exército industrial de reserva nos termos definidos pelo Marx, com o chamado "salário familiar".

A desvalorização do trabalho na Guiné-Bissau teve o seu marco com o golpe de Estado em novembro de 1980, com essa crise política veio a desvalorização do funcionário público e a falta de pagamento dos salários. Por essa razão, nota-se que a instabilidade política que se instalou no país, provocou o aumento do desemprego e, ao mesmo tempo, trouxe a desvalorização do trabalho, razão pela qual as mulheres guineenses passaram a assumir as despesas das suas moradas e dos seus filhos.

A desvalorização do trabalho na Guiné-Bissau continua sendo motivo de grande preocupação. Essa desvalorização não afeta somente o setor público, mas também o setor privado, porque o Estado não foi capaz de criar leis que estabelecessem um salário-mínimo para o funcionário. Sendo assim, cada

empregador paga de acordo com as leis criadas pela própria instituição ou empresa.

RELAÇÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO GUINEENSE

Difícilmente podemos falar de gênero sem entender a sua essência, tem-se gênero como uma construção social, sobre o que é ser mulher ou homem num determinado espaço ou tempo, e se manifesta de diversas formas, muitas das vezes como discriminação baseadas no fato de ser mulher ou homem, independentemente da sua faixa etária, classe, orientação sexual ou de ser pessoa com deficiência ou não.

Segundo Impanta (2017) apesar do aumento crescente do estudo de gênero nas ciências humanas e dentro das Relações Internacionais, o estudo referente a participação feminina africana vem sendo aplicado a entender como a entrada de um ator com crescente peso no cenário internacional tem afetado nas relações africanas das pesquisas sobre gênero e feminismo.

Falar de relação de gênero na Guiné-Bissau traz à tona as diversas ondas de colonialismo. O país é uma parte da África ocupada, ou seja, invadida pelos colonizadores, seja colonos árabes, assim como a colonização europeia. A colonização árabe que foi o primeiro acabou por introduzir as suas ideologias e as suas formas de relação e cultura dentro do povo africano, o mesmo se deu com a cultura europeia que acabou introduzindo as suas crenças.

Essas duas culturas, tanto a europeia quanto os árabes, são povos patriarcados e trouxeram para o continente africano a concepção sobre o patriarcalismo, não que no continente africano não a existisse, mas era de uma maneira equilibrada, mas equilibrada como? Equilibrada no sentido que existiam reinos no qual o matriarcado predominava e o poder feminino era muito forte. Temos exemplos da Rainha Okinka Pampa, da ilha dos Bijagos, Rainha Nzinga Mbande do Ndongo e Matamba, que é a atual Angola hoje, entre outras. Nesse sentido, era um continente equilibrado a respeito do patriarcalismo.

Nessa questão, o país africano atual Guiné-Bissau vem do mesmo histórico de um território híbrido e não de um patriarcado de alta intensidade, pois, como citado anteriormente, certas regiões eram comandadas por mulheres.

Segundo o que a pesquisadora feminista nigeriana Oyonronke explica sobre a intensidade do patriarcado na era pré-colonial e pós-colonial.

É neste sentido que a invasão, tanto árabe quanto europeia, faz com que as sociedades africanas, hoje, passem a ser dominadas por dois grupos, os islâmicos que tem o pensamento e ideologia baseada no islão, enquanto o outro grupo, que faz parte do cristianismo, tem ideologias e vivências culturais baseadas na estrutura judaica cristã que também é extremamente liderada pelo patriarcado. (OYÈRÓNKÉ, 2004)

Atualmente, a maior parte das convivências, principalmente nas esferas públicas guineense e em todas as relações, são vistas a partir da perspectiva cultural árabe islâmica e judaica cristã, que sempre demonstra que chefe da família tem de ser homem, ele quem tem que liderar a casa e tudo mais.

Passou a ser um hábito, se assim pode dizer, adotada a partir dessas duas perspectivas, que hoje tornou uma sociedade altamente patriarcal e "machista" na qual o homem se sente no direito de mandar na mulher, e em um certo ponto a mulher é a sua propriedade, o que ele fala tem de ser feito e obedecido.

Para Beauvoir (1970), as distinções entre homens e mulheres são apenas questões de anatomia e fisiologia, assim é algo muito supérfluo para ser definido uma hierarquia de gênero. O masculino e o feminino é uma construção vinda dos aspectos históricos e socioculturais que devem ser compreendidos com as especificidades na qual estes são inseridos. Para a autora, não nascem homens ou mulheres, as identidades de gênero são construídas a partir do processo de socialização e aprendizado onde aprende-se a ser homens e mulheres e a aceitação ocorre de forma natural essa natureza assim como a subordinação da relação de poder entre sexos.

Já na perspectiva de Oyeronke (2004, p. 1-9), gênero é uma construção sociocultural, é sociocultural porque depende de cada sociedade e na socialização de um ser humano através do lugar onde esse indivíduo nasceu e onde vive, porque desde infância a criança é ensinada a se comportar de maneiras diferentes, a depender do seu gênero, isto é, se no caso, é menino ou menina.

São esses comportamentos que regem a discriminação pelas mulheres, e, ao mesmo tempo, acaba por diferenciar em certos padrões comportamentais. O

homem foi ensinado a não chorar, a não demonstrar a fraqueza e ser chefe de família e líder, enquanto a mulher ela foi ensinada de outra forma, sempre quando senta tem que fechar as pernas, tem que saber tarefas domésticas e ser obediente ao seu marido, portanto é ali que assenta a desigualdade, isto é, a diferença no papel desempenhado entre o homem e mulher, bem como, nos lugares que são ocupados pelas mulheres na sociedade. Isso acaba trazendo enormes consequências, como no caso das entradas das mulheres nas escolas, assim como no emprego.

Nesse sentido, faz-se necessário questionar o seguinte: as mulheres, em sua maioria, quais são os lugares que elas ocupam? Podemos ver as mulheres como faxineira, empregada doméstica entre outras, iremos encontrar um número menor do que os homens nos cargos de grande prestígio, ou seja, nos lugares de tomada de decisão, tais como: diretor de instituições, ministras entre outras funções. De acordo com Biroli (2016), a posição das mulheres nas relações de trabalho situa-se nas formas de exploração que lhe caracterizam, sob a dominação de gênero (ou patriarcado). Trata-se de “[...] um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas” (p.725).

Isso se deve ao fato de que os conceitos associados ao gênero que foi criado ao longo tempo sobre as mulheres, e de que as mulheres não servem para esses papéis de grande prestígio, mas sim, para os papéis ligados a afeto e cuidado. Podemos ver isso nas creches e no ensino da educação infantil, onde a maioria dos funcionários ou professores da escola são mulheres, enquanto nas outras áreas institucionais, ou seja, no aparelho do Estado, os homens ocupam a maior parte desse espaço.

O que cria essa desigualdade é o gênero, essa socialização que vem desde criança quais são os comportamentos, hábitos para homens e quais são para as mulheres. As mulheres sempre são restringidas ao espaço privado, enquanto o homem está inserido no público, segundo Biague (2019) o histórico limitador das mulheres nos espaços públicos está atrelado na cultura hegemônica e na desigualdade de gênero, que tem restringido as mulheres sempre aos

espaços privados como sendo o único espaço que ela deve ocupar na sociedade.

O que difere a Guiné-Bissau em relação aos outros países na questão do gênero é que a sociedade guineense é permeada pelas diferentes culturas e etnias, cada etnia tem a sua própria cultura. Na Guiné-Bissau, cada etnia tem o seu conceito do que é ser mulher. Por exemplo, na etnia bijagós, que é uma etnia matrilineal, a mulher tem um papel importante nas tomadas de decisões, elas são as líderes. Já na etnia mandinga, ser mulher tem outro significado, uma vez que permite a circuncisão das mulheres e, sobretudo, a mulher circuncidada tem papel diferente em relação aos que não passaram pelo mesmo rito.

Na sociedade guineense, a mulher não é vista como alguém que é capaz de liderar por causa da “sensibilidade” que elas apresentam, já que são vistas como incapazes, e não têm capacidade suficiente ou habilidades intelectuais. Por mais que uma mulher seja formada e demonstre a sua capacidade para assumir um determinado cargo, o sistema não lhe permite assumir esse lugar, uma vez que a sua condição de ser mulher é associada à ideia de uma fragilidade maior que a colocasse em uma situação de total dependência, o fator que lhe impuseram a limitação desses cargos (GOMES; FURTADO, 2017).

Hoje fala-se muito sobre igualdade de direito e, na constituição da república de Guiné-Bissau está muito bem explícito no artigo 25 “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”, mas infelizmente, verifica-se uma tremenda desigualdade que afeta as mulheres no cotidiano guineense, as próprias leis que zelam pela igualdade acabam por não serem cumpridas na prática (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2012).

INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO INFORMAL, AS LUTAS DIÁRIAS PARA SE MANTEREM E O SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

A inserção das mulheres no ensino superior apresenta número menor em relação aos homens, devido ao patriarcado e machismo, o que leva poucas mulheres a se sentirem incapazes de enfrentar o sistema, visto que a religião, a cultura e a tradição são também fatores que influenciam negativamente nesse

ingresso nas universidades. Por isso, estudar passou a ser algo longínquo para as mulheres e não foi diferente com as mulheres que trabalham no mercado informal.

A entrada no ensino superior passou a ser colocado em segundo plano, já que o próprio estado não se empenha em criar políticas públicas que visam incluir as mulheres guineenses no ensino superior. Segundo o relatório da CPLP, os homens correspondem 49,5% da população guineense (895.836 em números absolutos) e as mulheres ocupam 50,5% que corresponde a 911.588 pessoas. E no que diz respeito ao processo de escolarização das mulheres, tanto no ensino secundário como no ensino superior, ocupam 33,8%, enquanto os homens ocupam 65,9% (DENARP, 2011).

Com a fraca inserção das mulheres no ensino superior, a limitação imposta pelo machismo e a desvalorização do funcionário público, muitos recorrem ao trabalho informal já que ali não se exige o currículo e ensino superior. Para aquelas que conseguiram estudar e conseguem entrar nas universidades, muitas delas cursam enfermagem, serviço social, sociologia, por serem associados aos “cursos de mulher”, e as áreas de exatas são pouco procurados pelas mulheres, porque a própria sociedade já os colocou no lugar ou curso de mulher.

Com isso, a aposta na formação dos filhos tornou-se importante, uma vez que elas acreditam que a educação dos filhos será mais benéfica e poderão vê-los a contribuírem no desenvolvimento econômico, político e sociocultural do país. Com a renda proveniente do trabalho informal, milhares de mulheres guineenses têm contribuído para o equilíbrio financeiro das famílias e educação dos filhos e, para essas mulheres, este trabalho garante a autonomia e bem-estar das suas famílias, sendo tão importante quanto o emprego formal.

Na entrevista concedida com a Ivone (2021)² consta a seguinte declaração: “No início comecei a vender era para ajudar a minha mãe, mas hoje é para sustentar a minha família e comercializo porque tenho filhos, eu mesmo preciso das minhas coisas sem contar com a minha mãe que ainda está de vida e precisa de mim”.

O sistema patriarcal acabou colocando o trabalho de cuidar de casa, filhos e marido como a função da mulher e quando ela se rebela contra o sistema (que

² Entrevista concedida em Bissau no dia 7 de abril de 2021. Vale ressaltar que todos os nomes das pessoas entrevistadas são fictícios.

no caso luta pelos seus direitos de acesso à escola, a recusa em ter filhos ou casamento precoce), acaba sendo mal interpretada pela sociedade. De acordo com Sanca (2014, p.15), “apesar do baixo nível de escolaridade, as mulheres bideiras³ deram uma contribuição para o crescimento e desenvolvimento econômico do país através da produção agrícola, pecuária e pesca, desenvolvendo o sector informal”.

É importante salientar que apesar delas contribuírem para o crescimento socioeconômico do país, o trabalho continua a ser desvalorizado, devido ao machismo que coloca a mulher sempre inferior ao homem e por ser um trabalho onde não precisa de nível acadêmico no qual, sobretudo, é ocupado majoritariamente pelas mulheres, assim passa a ser desvalorizado ainda mais.

Como expressou uma das entrevistadas:

Vender é um trabalho importante, mas poucas pessoas dão valor ao nosso trabalho e a esse trabalho que não tem férias, mas as pessoas que trabalham com venda sempre sabem como lidar com dinheiro, como gerir o seu dinheiro e através desse trabalho pago meus impostos porque pago a câmara e toda vez que compro algo para vender estou movimentando a economia e isso ajuda o país⁴.

Minha família vê normal por sabem que aqui é onde eu tiro dinheiro para o nosso sustento, agora as pessoas de rua não veem assim bem, porque acabei o liceu (ensino médio) ficam falando que não quero ir para universidade me formar e fico atrás do dinheiro e a vender sanduíche, mas sempre falo que não tenho quem pagar a minha formação não posso sair daqui ir para Bissau e deixar a minha família, sabemos bem com Bissau é difícil só tenho que pegar nessa venda⁵.

Segundo Gomes (sine die, p.2), na Guiné-Bissau, por conta da instabilidade política e econômica, muitas famílias têm se sustentado graças ao papel das mulheres bideiras, vendendo diferentes produtos: roupas, calçados e alimentos. Uma das entrevistadas afirmou que:

Comecei a vender laranja, mas vi que não tem muito rendimento, depois que dei a luz me casei e o meu marido não tem emprego virei lavadeira pego roupas de outras pessoas e lavo depois de lavar elas me pagam com esse dinheiro tiro uma parte para casa

³ *Mulheres Bideiras* significa as mulheres que vendem no mercado informal.

⁴ Entrevista concedida com a sr^a Biocsan, em Gabu no dia 24 de maio de 2021.

⁵ Entrevista concedida com a sr^a Maimuna em Bafatá no dia 25 de maio de 2021.

e guardo outro e quando juntei o necessário fui ao lumo⁶ Comprei grande quantidade de legumes e cesta de tomate, mas quando não consigo vender os produtos apodrecem e estraga então decidi mudar de rumo comecei a ir lumo comprar carvão e lenha já que estes não estragam, estou nisso até hoje.⁷

Com o rendimento proveniente desse trabalho das mulheres no setor informal, tem contribuído para sua autonomia econômico-financeira, sua emancipação e uma maior participação na sociedade guineense.

A economia informal contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau nos últimos vinte anos, num contexto marcado por instabilidades militares, político-econômicas, crises e atrasos no pagamento dos salários no setor formal.

Um fator importante que precisa ser ressaltado é o desemprego, e o que se pode constatar na Guiné-Bissau é que o mercado informal ganha mais destaque, ou seja, quanto maior for o número do desemprego no país, mais pessoas procuram o mercado informal. Existe no país carência das empresas e o Estado não consegue dar conta de empregar o maior número das pessoas, dessa forma, o mercado informal ganhou mais destaque.

No entanto, mesmo com pessoas empregadas ainda existe a questão da falta de salário por parte do governo, que muitas das vezes demora ou não chega, o governo guineense tem grande dificuldade em sanar dívidas deixadas pelo governo passado e cumprir com acordos feitos com sindicatos, gerando uma instabilidade, não só para pessoas que trabalham formalmente, mas para todo o país, afetando seu desenvolvimento.

O trabalho das mulheres no mercado informal consiste numa resistência diária desde acordar cedo em busca dos produtos até o momento para comercializar. A outra resistência trata-se da briga com os agentes da câmara municipal de Bissau (CMB) sobre os seus respectivos lugares de trabalho, ou seja, na procura do espaço que dá mais visibilidade aos seus clientes. A outra questão trata-se de irem para outros países com intuito de procurar os produtos para vender ou de até acordar muito mais cedo para irem ao *lumo* e às vezes não

⁶ Lugar onde vendem variedades de produtos e nesse espaço também pode encontrar pessoas de diferentes regiões e até de países vizinhos da Guiné-Bissau.

⁷ Entrevista concedida a Mariana em Bafatá no dia 24 de maio de 2021.

conseguem voltar para casa no mesmo dia, aliás, levam até uma semana para regressarem, como bem aponta uma das entrevistadas.

Muita dificuldade para encontrar os produtos, muitas vezes quando vou ao lumo não consigo carro para voltar tenho que ficar e dormir dois dias ou mais. Às vezes durmo na varanda de pessoas que nem conheço ou buscar árvores próximas da estrada e se sentar e cochilar.⁸

Tenho muita dificuldade pra achar os produtos, porque antes eu ia para outros países e no início não conhecia ninguém, tenho que pagar hotel para ficar duas ou três semanas, pior de tudo é que não falo ollouf⁹, francês nem inglês fico meio perdido, mas com o tempo as pessoas onde compro mercadoria meus clientes já me conheciam então ficou mais fácil.¹⁰

Todo esse processo se agravou ainda mais com a pandemia de Covid-19 onde as mulheres que comercializam os seus produtos na rua foram mudadas dos seus lugares de ganhar o pão de cada dia, os mercados foram fechados quase um mês, sob a ordem do governo, e sem a criação de um plano que vai dar suporte a essas mulheres e os seus filhos, com intuito de reduzir a pobreza, como vimos nos outros países, inclusive no Brasil e Estados Unidos. Esse dilema acaba por gerar outra situação ainda mais complicada para as mulheres, com a chegada dos produtos vindos do Marrocos. Que acabam vindo mais baratos e faz com que os produtos nacionais tenham menos procura, bem como explica Mariana (2021)¹¹.

Os marroquinos vieram no início da pandemia, como mandaram todo mundo para quarentena eles voltaram para o Marrocos, mas vieram agora para ficar trouxeram freezer para conservar os produtos, só ficamos sabendo disso recentemente, como bem sabes aqui ninguém nos passam informação de nada, antes nos colocaram no espaço verde onde estamos há mais de 1 ano já, disseram que é por causa da pandemia, fecharam tudo, antes de nos mandarem para espaço verde perdemos todo o nosso produto até hoje não consigo me reerguer. Aqui no espaço verde é só sofrimento minha filha, tem dias que não vendo nem um tostão, porque aqui não vendem peixe nem carne só legumes, então, os clientes não vêm aqui vão direto para feira de Bande porque lá tem tudo.

⁸ Entrevista concedida em Bambadinca, no dia 22 de maio de 2021, com a Sra. Nhima, uma das mulheres que vendem no mercado informal.

⁹ Língua falada no Senegal, ou seja, a língua nacional.

¹⁰ Aqui trata-se de uma conversa feita no mesmo local, com a Sra. Tereza, no dia 07 de abril de 2021.

¹¹ Entrevista realizada em Bissau no dia 08 de janeiro de 2022.

As mulheres do setor informal enfrentam uma luta diária nos seus respectivos locais de trabalho, ora com o pessoal da câmara municipal, outra hora é na busca pelos produtos comercializados, e é importante mostrar como o setor informal carece de atenção por parte do Estado guineense, e se percebe que existe a falta do diálogo entre o Estado e essas mulheres, por isso, a situação se agrava cada vez mais. Assim abordou outra entrevistada:

O papel câmara é varrer, limpar e medir o lugar que as pessoas vão colocar as mesas, mas no meu caso eu fico fora não dentro da feira o espaço que eu coloco as minhas coisas dentro da feira é da minha amiga, pagamos 150f¹²c, mas até o banheiro da feira temos que pagar 25fc para fazer xixi e 100fc para fazer e eles nem lavam o banheiro sempre por isso eu não uso esse banheiro peço sempre na casa da vizinha e também ofereço legumes para eles não deixo eles pagarem porque você tem que ajudar quem te ajuda. Aqui o governo nem se lembra das pessoas que estão no interior e eu não conheço e nem sei quem é o governador eu não sei de nada desse presidente, mas é melhor não falar sobre isso porque agora a pessoa não pode falar mandão bater.¹³

Tudo isso faz com que as mulheres do mercado informal não se sintam representadas pelo estado, caracterizando suas lutas diárias como pessoal e não da sociedade, já que o estado é ausente, pois foca apenas em recolher o dinheiro, mas não se preocupa em saber quais são as suas dificuldades enfrentadas no cotidiano e tentar amenizá-las. Ainda existe esse silenciamento da população quando estes se sentem incomodados e querem manifestar suas indignações, existe um medo instalado no país. Atualmente na Guiné-Bissau, reivindicar tornou-se um ato desrespeitoso que vai contra os princípios do governo.

¹² 1,42 centavos na cotação do dia 26 de janeiro de 2022.

¹³ Entrevista concedida com a sr^a Fatu em Bambadinca no dia 20 de abril de 2021.

Figura 1- Espaço verde, lugar adaptado pelo governo na pandemia para as mulheres do mercado informal comercializarem os seus produtos.



Fonte: David Fernandes, data: 21 de janeiro de 2022.

Figura 2 - Produtos comercializados no espaço verde.



Fonte: David Fernandes. Data: 21 de janeiro de 2020.

Ao longo das análises das entrevistas, percebe-se que a maioria das mulheres que atuam no setor formal, tem preocupações que estão diretamente ligadas com a educação dos filhos ou na formação acadêmica de membros da

família, sobretudo para aquelas que não têm formação acadêmica completa. Uma vez que o maior desejo dessas mulheres é ver os filhos formados no ensino superior e não passar aquilo que haviam passado ao longo do tempo. Uma entrevistada afirma que:

Comecei porque o meu pai faleceu e vi a minha mãe sozinha a enfrentar a dificuldade e vi os meus irmãos a sofrerem por não ter quem pagar a escola para eles e nem eu tive que pagar as minhas mensalidades, por isso comecei a vender para pagar a mensalidade escolar, dos meus irmãos mais novos e meus sobrinhos e poder ter dinheiro para comprar algo para comermos, por isso estou a vender¹⁴.

O trabalho das mulheres no setor informal serve também como ferramenta para a redução do analfabetismo no país. Com o dinheiro vindo do comércio informal, muitas mulheres conseguem pagar mensalidade dos filhos ou membros da família, e isso permite a permanência destes nas escolas e universidades.

A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA

Apesar de o setor informal ter tido pouca atenção pelo Estado, é perceptível que o setor apresenta um fluxo de rendimento muito alto e contribui bastante no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Vale salientar que o setor informal também movimenta muito a economia e ajuda na manutenção de diferentes áreas desse setor.

Segundo Mendes (2016, p.67), o comércio informal tem tido um papel importante e crucial no abrandamento da insegurança alimentar na sub-região da África ocidental, sobretudo dos países vizinhos da Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia e Guiné Conakry concomitantemente. O que se nota nas últimas duas décadas é que o comércio informal caracteriza a forma de ocupação de inúmeras pessoas.

Na Guiné-Bissau o setor informal é sustentado graças à política de livre comércio entre países da Comunidade Econômica de Estado da África Ocidental (CEDEAO). Os produtos importados de outros países também servem como a

¹⁴ Entrevista concedida pela sr^a Cadi, em Gabú, no dia 22 de maio de 2021.

base para abastecer o comércio informal no país, lembrando que este não tem nenhuma empresa de produção própria, ou seja, as máquinas para produção de roupas, calçados, ou máquinas para as transformações dos produtos nacionais.

Um dos setores que faz parte do comércio informal que ajuda muito na economia são os *lumos* realizados em diferentes regiões e setores dos países. Os *lumus* permitem a circulação de bens e serviços e isso traz rendimento benéfico para o país.

Para Camara (2010, p.45), as transações comerciais realizadas no quadro dos lumos ultrapassam, hoje em dia, a dimensão local e atingem o nível mais alargado nacional e sub-regional. Para este autor, o expoente máximo do *lumo* é a transação comercial, apesar de outras funções que desempenha na área social e política, como elo entre a população da zona com as autoridades locais, regionais ou a nível nacional (Figura 3).

Figura 3 - Lumo de Cacheu



Fonte: <<https://www.facebook.com/RESSANGB/photos/lumo-mercado-de-cacheu-no-zona-norte-da-guin%C3%A9-bissau-pequena-vendedora-de-produt/1080738671997620/>>.

Vale ressaltar que nos *lumus* pode-se encontrar variedades de produtos como roupas, produtos alimentícios, produtos de beleza, animais, móveis, produtos escolares e entre outros. E ainda nessas feiras de *lumos* encontram-se pessoas de diferentes países, que por muitas vezes se fazem presentes com o intuito de comprar diversos produtos, e em seguida revendê-los.

As mulheres guineenses ocupam grande parte do setor informal, garantindo assim um grande fluxo desse espaço, sendo elas a maioria da população. Segundo Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (ERI-ESI, 2021. p. 62-70), em geral, as mulheres participam em todas as atividades econômicas e são majoritárias no ramo de Agropecuárias, de Caça e Apoio (51,1%), Silvicultura, Extração de Madeira e Atividades de Apoio (55,8%), comércio a grosso (54,1%), comércio retalhista (68,5%) e alojamento e restauração (81,4%). No entanto, existem regiões em que elas não são majoritárias, mas acabam dominando o ramo em questão.

Portanto, as unidades de produção informais criaram 216.379 postos de trabalho, dos quais 48,7% são mulheres e 44,5% são jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos, com rendimento mensal de 84.044 FCFA¹⁵. (ERI-ESI, 2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado das entrevistas realizadas, é notório que as mulheres guineenses têm sido um grande pilar para o desenvolvimento não só da economia, mas também para as diferentes áreas do país. Tornando assim uma base para manutenção das suas famílias e ainda lutando contra o analfabetismo e a pobreza. O Estado, como órgão superior, tem que dar atenção a essa área tão invisibilizada que é o comércio informal, criando melhores condições de trabalho e idealizando políticas para o microcrédito que serve de manutenção para essas mulheres. Além disso, investir nos pequenos negócios que possam gerar o desenvolvimento no setor econômico.

Como pode-se perceber, o trabalho informal abrange as diferentes áreas do comércio e é ocupado principalmente pelas mulheres, devido a falta de acesso à educação e de política pública voltada para essas áreas das populações mais vulneráveis, e a falta da valorização do funcionário e o não cumprimento por parte do Estado em arcar com as suas responsabilidades em pagar os salários.

¹⁵ Corresponde a aproximadamente 836,23 reais na cotação de 10 de janeiro 2021.

Contudo, o trabalho informal realizado pelas mulheres tem contribuído para o crescimento do país e para a sobrevivência e manutenção das famílias no que diz respeito à educação, alimentação, saúde, vestuário dos filhos, assim como no próprio crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, constantemente, esse comércio informal feito por mulheres não é reconhecido pela sociedade como trabalho que gera uma fonte de renda. Uma vez que o trabalho formal é considerado mais benéfico e superior em relação ao informal. Também é válido ressaltar que a maioria dessas mulheres que trabalham no mercado informal apresentam, em média, um nível de escolaridade inferior, sendo esse um dos motivos principais que as levam a aderirem ao comércio informal.

O trabalho das mulheres no setor informal tem colaborado para sua autonomia econômico-financeira, sua emancipação e uma maior participação na sociedade guineense. As mulheres no mercado informal têm garantido a sobrevivência de milhares de mulheres e reprodução das famílias, muito embora suas visibilidades não foram reconhecidas como algo importante na sociedade guineense, já que o machismo acaba limitando-as, por essa razão dificilmente são incluídas nos lugares de grandes prestígios e nas tomadas de decisões.

Em suma, o trabalho informal tem suas vantagens e desvantagens, mas, isso só pode ser percebido e melhorado pelo próprio Estado. As mulheres guineenses contribuem para alcançar o objetivo de aumentar as produções econômicas para o bem comum e o desenvolvimento do país, tornando assim, esse espaço um lugar melhor para toda a sua população.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, n.107, p. 405-419, 2011.

ARAÚJO, M, C. Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia Recife – PE – 29/05 a 01/06 de 2007**. GT 29: Trabalho, Precarização e Políticas Públicas.

BIAGUE. A. G. **DA INVISIBILIDADE À REPRESENTATIVIDADE: breve discussão sobre a mulher na esfera pública de Guiné-Bissau**. 2019. Disponível

em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_700_7005cb64089ef224.pdf>. Acesso em: 17 de jan. 2022.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**, v.59, n.3, 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**. (S. Millet, Trad.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CAMARA, S. T. **Lumo – Estatuto, funcionamento e organização dos Mercados Periódicos na Guiné-Bissau – estudo de caso no lumo de Mafanco**. 2010. 151p. Dissertação (Mestre em Estudos Africanos: Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Económico). Instituto universitário de Lisboa. 2010.

CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. Desigualdade de rendimentos por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**, v.11, n.2, p.331-350, 2007.

CARRASCO, C. **Introdução para uma economia feminista**. 1999. Disponível em:
<<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/INTRODUCAO-para-uma-economia-feminista-Carrasco.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CAVAZOTTE, F. S. C. N.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L. C. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração**, v.45, n.1, p.70-83, 2010.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.12, n.2, p.189-202, 2009.

CPLP. Comunidade de Países da Língua Portuguesa. **Relatório Final-Guiné-Bissau**. Agosto de 2017. Revisado em abril de 2018.

DENARDP: versão corrigida em outubro de 2005 na base do DENARP adaptado em agosto de 2004. 2011. Disponível em: <www.stat-guineebissau.com/denarp/denarp.pdf>. Acesso em: 9 de ago. 2021.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, v.24. n.01, p.37-57, 2011.

GOMES, P. G.; FURTADO, C. A. (Ed.). **Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectivas de gênero**. SciELO-EDUFBA, 2017.

GUINÉ BISSAU. **Documento de Estratégia nacional de Redução da Pobreza**. Relatório do FMI, 2011.

GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, v.9, n.3, p.369-384, 2005.

GOMES. P. G. **As mulheres do sector informal Experiência na Guiné-Bissau**. Disponível em: <http://www.academia.edu/5130097/As_mulheres_do_sector_informal._Experi%C3%AAncias_da_Guin%C3%A9-Bissau>. Acesso em: 8 de dez. 2021.

IMPANTA, A. I. **Mulheres Guineenses Na Tomada De Decisões Políticas**. 2014. Universidade da integração internacional da lusofonia afrobrasileira (UNILAB). INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA. REDENÇÃO, 2017.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT- Brasil, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227055.pdf. Acesso em: 11 ago 2023.

LEONE, E. T. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Brasília: OIT-Brasil, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227068.pdf. Acesso em: 11 ago 2023.

LOMBARDI, M. R. **A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho**. In: COSTA, Albertina et al. (Org.). Divisão sexual do trabalho: Estado e crise do capitalismo. Recife: SOS Corpo, 2010. p. 35-56.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo Editorial, 2015.

MENDES. H. **Mindjeris Di Guiné-Bissau Tené Balur**. 2016. 83p. Dissertação (Bacharel em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde-BA. 2016.

NORONHA, E G. " Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, p.111-129, 2003.

OYEWUMÍ, O. **Conceituando O Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos Dos Conceitos Feministas E O Desafio Das Epistemologias Africanas**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p.1-9.

PEREIRA, M. P. A. **Mulheres guineenses no mercado de trabalho: constrangimentos, desafios e possíveis soluções**. 2022. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Humanidade). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB). São Francisco do Conde. 2023.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU Assembleia Nacional Popular. **Constituição da República**. Reimpressão- INACEP. Janeiro de 2012.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU Ministério da Economia e Finanças Instituto Nacional de Estatística (INE). **Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (ERI-ESI)** Guiné-Bissau, 2017-2018, outubro 2019.

SAINT-JEAN, M.; THERRIAULT, P. Trabalho, estudo e produtividade: da confusão à definição. **Rev Ocup Univ São Paulo**, v.18, n.1, p.11-16, 2007.

SANCA, I. **A Inserção das mulheres das mulheres no mercado de trabalho na Guiné-Bissau**. 2014. 70p. Dissertação (Bacharel em Administração). Universidade Federal de Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2014.

SANTOS, D. A. dos. **Mulheres e trabalho informal: reflexões a partir da realidade brasileira**. 2020. 81p. Monografia (Bacharel em Serviço Social). Universidade Federal do Tocantins. Miracema do Tocantins, Tocantins. 2020.

SILVA, R. R. T. Relações de gênero em África: as rabidantes e o comércio informal em Cabo Verde 7.º In: **CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS**. Lisboa. 2010.

POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO COLETIVO: trilhando os caminhos da emancipação feminina no campo

PUBLIC POLICIES AND COLLECTIVE WORK: traveling the paths of female emancipation in the field

Adrielly Ferreira Morais*

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Adriana Carneiro da Silva*

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

José Raimundo Oliveira Lima***

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

RESUMO

Este artigo apresenta resultados da avaliação de políticas públicas como agente transformador da realidade do trabalho feminino pensado sob a ótica da coletividade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa apoiada em entrevistas realizadas com mulheres rurais participantes do projeto da Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS), revelando por meio da análise de conteúdo das entrevistas uma visão dos sujeitos sobre a contribuição das políticas de financiamento para as trabalhadoras rurais no seu processo de emancipação e construção da autonomia feminina a partir do trabalho coletivo. Os resultados demonstram um prisma de vivência no acesso a políticas de financiamento e as dificuldades encontradas pelas mulheres rurais para progredir enfatizando o papel do Estado como principal provedor da igualdade e do bem-estar social.

Palavras-chave: políticas públicas; mulheres rurais; trabalho coletivo.

ABSTRACT

This article presents the results of the evaluation of public policies as a transformative agent of the reality of women's work, viewed from the perspective of collectivity. It is a qualitative research supported by interviews conducted with rural women participating in the project of the Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS), revealing through content analysis of the interviews a vision of the subjects about the contribution of financing policies for rural workers in their process of emancipation and construction of female autonomy through collective work. The results demonstrate a prism of experience in accessing financing policies and the difficulties encountered by rural women to progress, emphasizing the role of the State as the main provider of equality and social welfare.

Keywords: public policies; rural women; collective work.

*Mestra em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Professora Substituta na UEFS e coordenadora da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS/UEFS). Contato: adry_moraais@hotmail.com

**Mestra em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do Centro Universitário Estácio da Bahia. Coordenadora do Laboratório de Práticas em Gestão (PROJETE/Estácio Bahia). Contato: adriana.dsilva@estacio.br

***Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB) e Mestre em Gestão Integrada de Organizações (UNEB). Professor da Universidade Estadual da Feira de Santana (UEFS). Contato: zeraimundo@uefs.br



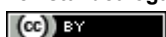
INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa trata-se da percepção de mulheres de duas comunidades rurais de Feira de Santana, interior da Bahia, sobre a contribuição e os desafios enfrentados ao acessar políticas públicas no contexto do trabalho coletivo feminino que permeia a realidade das mesmas em diversas formas de organização, associativismo, grupos de autogestão, cooperativas de mulheres, cozinhas comunitárias, entre outros.

O primeiro aspecto que caracteriza o interesse pelo tema proposto se insere no contexto histórico da formação social e econômica da zona rural considerando a perspectiva do investimento público para a progressão do trabalho feminino no campo. A discussão acerca dos problemas sociais e técnicas de aplicação de políticas públicas eficientes ganhou uma abordagem entusiasta em torno do século XX, concomitantemente ao novo olhar para a gestão dessas políticas, o cenário do trabalho rural vem se movimentando a partir da crescente atuação das mulheres rurais na economia, na representatividade social e na política.

Destaca-se que as mulheres rurais engajaram-se no processo de organização para reivindicar direitos, ações públicas mais efetivas e valorização do trabalho, havendo um esforço para tornar suas necessidades uma prioridade na elaboração de políticas públicas. Atualmente, essa organização coletiva se dá principalmente através do associativismo rural e grupos cooperativos de mulheres.

Já em relação a efetividade de políticas públicas voltadas ao público das mulheres ativas na agricultura familiar, esta depende de diversos fatores, inclusive, a informação da existência dessas políticas precisa chegar ao interessado, assim como as condições de aplicação necessitam estar adequadas à realidade que o público alvo está inserido. Nesse sentido, o trabalho busca identificar se essas mulheres têm acesso e conhecimento das políticas públicas de fomento e valorização, apresentar as dificuldades enfrentadas por elas e obter, por meio dos dados, uma ideia de como as políticas públicas refletem no



processo de emancipação e fortalecimento do trabalho coletivo de mulheres no campo.

Intencionalmente, a pesquisa apresentada traz à debate a reflexão sobre a importância econômica e social das políticas públicas de financiamento como promotor do trabalho feminino e do fortalecimento da coletividade. Pouco estudadas e muitas vezes invisibilizadas, as mulheres rurais estão nas feiras, nos lares, nas aldeias indígenas, nos quilombos, nos assentamentos, se destacando no aprimoramento de técnicas de plantio, na abordagem do meio ambiente, no comércio, estão na luta por melhores condições de trabalho e valorização.

É com base nesse cenário de mudanças sociais e econômicas que se inscreve a necessidade de se avaliar as políticas públicas a partir do olhar dos sujeitos, para que se possa pensar e fortalecer estratégias que abarcam as realidades enfrentadas, saindo do modelo de idealização para uma prática aplicável e efetiva.

Considerando o possível reflexo das políticas públicas de fomento para a mulher rural na construção e fortalecimento do trabalho coletivo feminino no campo, para tanto, aplica-se uma pesquisa exploratória acompanhada da análise de entrevistas com mulheres de comunidades rurais de Feira de Santana que integram os grupos de autogestão das cantinas solidárias do módulo I e módulo VII da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS, 2015), o estudo apresentado busca compreender o acesso às políticas de financiamento associado à desigualdade de gênero, fortalecimento de grupos de mulheres e apropriações diante dessa realidade.

A perspectiva deste estudo, a longo prazo, é construir bases empíricas para sustentar uma agenda de pesquisa mais estruturada. A questão norteadora da investigação consistiu, portanto, em capturar, por meio de entrevistas, a percepção de mulheres que já atuam em trabalhos coletivos femininos sobre as políticas de financiamento.

Dito isso, este estudo apresenta um breve debate teórico, seguido dos procedimentos metodológicos e análise dos dados sobre o caso das mulheres participantes do projeto da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia e, por fim, as considerações finais.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR

A análise de políticas públicas envolve uma complexidade de elementos que permeiam sua elaboração e operacionalização, de forma que, não se considera aqui a política pública como uma mera ação de governo, como discorre Boneti (2018), há que se considerar a individualidade dos governantes, como também o envolvimento da sociedade que também se reconfigura ao longo da história. Para Cortes e Lima (2012), a política pública pode ser entendida como a estrutura de atuação pública que por sua vez constroi um quadro normativo de ações que configura as possibilidades de imagens da realidade de acordo com as necessidades de diversos atores na sociedade.

Considerando a realidade das mulheres no meio rural, é necessário reafirmar que as desigualdades marcam a vida das mulheres, já que a economia rural se estrutura sob a divisão sexual do trabalho, onde os homens estão associados ao grupo que gera trabalho e renda (BUTTO, 2011). O trabalho coletivo é uma maneira de romper essa barreira que caracteriza o trabalho feminino no campo como “ajuda”, tratamos aqui não de uma ideia baseada nos moldes neoliberais de empreendimentos que responsabilizam o cidadão pela sua sobrevivência e sim na concepção de que o Estado deve garantir o mínimo para os cidadãos de acordo com a realidade e promover igualdade por meio de políticas, como pensam Boneti (2018) e Farah (2004).

As mudanças ocorridas no cenário que envolve as mulheres rurais podem ser observadas a partir da mobilização de grupos de mulheres, para Pavan (2012), a necessidade de organização do trabalho e da redefinição das relações normativa estabelecidas geram um novo modo de vida, as formas de organização feminina no meio rural vão se multiplicando e tomando diversos formatos, o associativismo, o cooperativismo, assentamentos, a economia solidária e as cozinhas comunitárias são alguns destes. O trabalho coletivo pode ter diversas definições e possuir mais de um objetivo dentro de um mesmo grupo, Yves Schwartz (2003) ressalta que os coletivos de trabalho se transformam acompanhando as mudanças sociais, culturais, econômicas, tecnológicas. Então o trabalho coletivo neste estudo considera a solidariedade e o cooperativismo

como fundamentais, baseado na reflexão de solidariedade popular (COELHO-NETO, 2023).

O aumento de investimentos públicos no campo, voltados para o trabalho feminino é um reflexo do aumento da participação social dessas mulheres, de maneira sucinta, é assim que as políticas públicas agem, gerindo os problemas e as demandas coletivas através do estabelecimento de prioridade, levando em consideração a racionalização e planejando a maneira mais eficaz de se atingir os objetivos e metas do Estado (DIAS E MATOS, 2005).

Entre as políticas de acesso à cidadania, destaca-se o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMP) que tem o objetivo de fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, viabilizar seu acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, promovendo a autonomia econômica e garantindo o protagonismo feminino na economia rural, o estímulo à organização feminina possibilita melhoria na renda da família, e como consequência estimula o desenvolvimento social e econômico da comunidade em que elas estão atuando. As políticas de financiamento mais acessadas por mulheres são através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e AGROAMIGO, ambas são linhas de crédito oferecidas pelo Banco do Nordeste do Brasil.

Os dados de 2021 do Banco do Nordeste apontam as mulheres como um nicho ativo nas carteiras de clientes que gerenciam os financiamentos à agricultura familiar. No programa PRONAF, elas representam 43% dos clientes e na linha de financiamento pelo programa Agroamigo, essa porcentagem chega aos 48,65% do total da carteira ativa. O Agroamigo possibilita o acesso ao financiamento de maneira grupal, ou seja, um grupo adquire o empréstimo, cada um recebe o devido valor para investir no negócio e todos têm responsabilidade pelo pagamento do outro. Vale salientar que o Estado da Bahia possui os números mais altos em valores de contratação nas duas linhas de crédito (BNB, 2021). O estímulo à organização feminina possibilita melhoria na renda da família, e, como consequência, estimula o desenvolvimento social e econômico da comunidade em que elas estão atuando, a mulher reconhece seu papel como agente de trabalho, sendo este um processo fundamental para tocar as estruturas de desigualdade.

2. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Do ponto de vista dos dados apresentados, os grupos comunitários de mulheres vêm ganhando força no mercado e assumem uma parcela importante da busca por financiamentos de crédito para apoiar a produção. Em 2019, o governo do Estado da Bahia divulgou uma estatística que define os beneficiários do projeto executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR/SDR) por gênero: dos 32.282 beneficiários, mais 17 mil são mulheres, o que representa quase 55% do público. Do total de 874 empreendimentos apoiados pelo projeto, 285 possuem mulheres como presidente, o que representa 32,61%. As mulheres são maioria também no programa Garantia-Safra, que, na Bahia, é coordenado pela SDR e já soma 300 mil inscrições, sendo 60% de mulheres (BAHIA, 2019).

Apesar de ainda serem vítimas de grande invisibilidade no trabalho rural, que muitas vezes é associado ao trabalho braçal do homem, elas estão emergindo nos movimentos sociais e políticos em busca do reconhecimento, de direitos e estão crescendo economicamente na agricultura familiar, muitas delas à frente de empreendimentos geridos em grupos, apenas por mulheres, como é o caso das cozinhas comunitárias.

A partir da última década do século XX, as mulheres rurais seguem conquistando legitimação no espaço público, na luta para garantir direitos, a participação social rural advém dos movimentos feministas e da sindicalização das mulheres rurais, ou seja, elas sempre estiveram presentes na luta política organizadas em grupos (FISCHER, 2004).

As mulheres rurais baianas foram matéria principal do Jornal Correio da Bahia em julho de 2018, onde deu-se ênfase às estatísticas, de acordo com os dados do IBGE, de participação das mulheres na agricultura familiar no interior da Bahia, sendo a zona rural de Feira de Santana a detentora da maior porcentagem feminina no campo em relação aos homens, com 55,7%. Em seguida vêm as cidades de Santo Estêvão (55,5%), Antônio Cardoso (51,0%) e Pedrão (50,9%) (BITTENCOURT, 2018).

Para aumentar sua participação na agricultura familiar, conseqüentemente as mulheres necessitam de poder econômico, o que requer um olhar mais profundo sobre as dificuldades que enfrentam para progredir economicamente e socialmente com a agricultura familiar. Por esse motivo, as organizações coletivas vêm ocupando espaços na produção rural nos últimos anos. A formação de cooperativas femininas, é um exemplo claro de um movimento que fez surgir um papel novo para as mulheres rurais, elas estão se tornando mulheres políticas na luta por direitos e acesso a políticas públicas para fortalecer os trabalhos coletivos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. (MARCONI E LAKATOS, 2001, p. 157). Sendo assim, ela busca sistematizar o conhecimento científico em base de uma realidade existente.

No caso dessa pesquisa em específico, ela pode ser classificada como exploratória, que tem como objetivo delinear a investigação e proporcionar a delimitação do tema, passando por um levantamento de dados de natureza qualitativa, correlacionados com o levantamento teórico realizado durante o período inicial da pesquisa. Como método optou-se pelo estudo de caso, que é caracterizado por ser uma pesquisa de natureza empírica que investiga uma determinada situação dentro da realidade em que ela ocorre, apresentando maior foco na compreensão dos fatos que na sua quantificação, através de pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada.

O instrumento de entrevista focalizada proporciona liberdade de discussão sobre o tema, porém mantendo o foco no assunto que deseja aprofundamento. Para (GIL, 2008, p. 112) a entrevista focalizada “Enfoca um tema bem específico. O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada.” Esse tipo de entrevista objetiva a exploração mais profunda de uma experiência vivida, dando liberdade para o entrevistado expressar-se sobre sua vivência.

Para viabilizar a realização das entrevistas foi definido que a aplicação seria com uma parcela de mulheres do campo participantes do projeto de economia popular e solidária da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS). A escolha foi pautada pela acessibilidade às entrevistadas e por se tratarem de mulheres do campo que já estão vivendo um processo de progressão econômica- produtiva grupal, formada apenas por mulheres na autogestão das cantinas da Universidade. Todas as entrevistas foram feitas individualmente e sem interferências externas, um total de dez mulheres de um universo de vinte e três fizeram parte da pesquisa.

A partir dos conceitos direcionadores há a junção com o campo teórico e o tema central da pesquisa para construir as abordagens da entrevista, onde se pretende obter as respostas para os questionamentos levantados, de acordo com os pontos levantados na entrevista, formam-se as categorias empíricas abordadas nesta pesquisa. (OLIVEIRA, 2007, p. 97) Define a categoria empírica como um processo facilitador da análise de dados “As categorias empíricas emergem da pesquisa de campo, onde para cada questão formulada ou para cada item do roteiro da entrevista estabelecemos a categoria empírica”.

A aplicação das entrevistas requer uma sintetização de dados, no sentido de facilitar a verificação do conteúdo obtido pelas falas dos atores, utilizando unidades de análise para inserir cada fala de acordo com a abordagem preterida.

Dito isso, o objeto de estudo deste trabalho, foi desenvolvido por meio da utilização de instrumento pedagógico e seus aspectos da pesquisa de campo, bem como a coleta de dados, observação dos fenômenos individuais e coletivos, da percepção de mulheres de comunidades rurais de Feira de Santana, interior da Bahia, sobre a contribuição e os desafios enfrentados pelas mesmas para acessar as políticas públicas no contexto do trabalho coletivo feminino.

4. A INCUBADORA E O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

As participantes desta pesquisa são de duas localidades na zona rural de Feira de Santana, Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, que fica situada no distrito de Maria Quitéria e Olhos D’água da Formiga. A Incubadora foi criada

formalmente em 2008 como um programa interdisciplinar de caráter permanente desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana, responsável pelo processo de incubação de grupos de autogestão para gerenciar as cantinas dos Módulos I e VII denominado “cantinas solidárias da UEFS” que possui duração de até cinco anos para cada grupo contemplado em edital. O objetivo da IEPS é promover a geração de trabalho e renda de iniciativas da economia popular e solidária visando à construção da emancipação dos sujeitos e sua inserção econômica e social (DADOS: BLOG INCUBADORA, 2022).

Os dois grupos mencionados são formados exclusivamente por mulheres e a organização de ambos se deram coletivamente, inicialmente através de cozinhas comunitárias para produzir alimentos e dividir as atividades de plantio, produção e venda, e a partir desse grupo ingressaram por meio de seleção de edital no projeto de Incubação da IEPS.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO AGENTE TRANSFORMADOR DA REALIDADE DO TRABALHO FEMININO: O CASO DAS MULHERES RURAIS PARTICIPANTES DO PROJETO DA INCUBADORA DE INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – BAHIA

A pergunta que norteou a coleta de dados da pesquisa buscou identificar como se caracterizava a experiência das mulheres rurais com o acesso a políticas públicas no processo de fortalecimento do trabalho coletivo, ressaltando a experiência em grupo. Os resultados apresentados a seguir contemplam duas categorias temáticas complementares que fornecem os elementos de resposta ao objeto da investigação: a experiência com políticas de financiamento e o papel da política pública no fortalecimento do trabalho feminino no campo.

5.1 Experiência com Políticas de Financiamento

A primeira pergunta da pesquisa é um desdobramento do questionamento central, que consiste em compreender o acesso às políticas públicas disponíveis para a mulher do campo: Qual a sua experiência como trabalhadora do campo com o acesso às políticas públicas?

As entrevistadas demonstraram certo descontentamento com a oferta de políticas públicas do ponto de vista das necessidades, bem como o desconhecimento de muitas delas. Nesse momento foi necessário citar as principais políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar, especificando as que são direcionadas ao público feminino.

Existem diversas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, em outubro de 2013, no Governo Dilma Rousseff, o MDA com o intuito de viabilizar as informações acerca dessas políticas disponíveis, publicou um caderno informativo disponível em PDF no próprio site com todas essas políticas e o enquadramento de cada uma. Esta apresentação se dá com uma linguagem bem acessível, e apresenta as políticas e a que tipo de produtor é direcionada cada uma delas, contendo imagens ilustrativas dessas aplicações. São doze políticas voltadas para o fomento e incentivo financeiro e oito voltadas para o acesso à cidadania (BRASIL, 2013).

Três verbalizações de participantes distintas são capazes de concentrar a ideia central das entrevistadas, que não apresentou grandes divergências nesse questionamento:

A que eu ouço falar muito e que eu até busquei em algum momento que ainda não era só para mulheres como tem hoje, foi o PRONAF¹, era aberto pra qualquer público, mas também tem o PAA² e o PNAE³ que hoje pelo governo do município, vinculado tanto com o governo do Estado quanto com o governo federal adquire alimentação escolar da Agricultura Familiar que eu participo, também conheço o Agroamigo, mas, empréstimo eu só peguei pelo PRONAF mesmo, Agroamigo tem as reuniões lá na comunidade e muitas pessoas pegam, é um programa bem ativo dentro da comunidade.

[...] Além disso, não tem nenhuma política de crédito para a gente produzir nossos alimentos, cozinhas comunitárias para mulheres, financiamento de equipamentos de cozinha...e até para a gente se profissionalizar na produção mesmo, seria bom se tivesse.

[...] sinto falta de tanto apoio pra mulheres rurais, eu por exemplo já tentei com um grupo de mulheres da família mesmo, a gente tentou um financiamento para montar um espaço para cozinha, porque a gente já estava fornecendo alimentos para o PAA e a gente queria alçar novos voos com a produção, tentamos junto ao Banco do Nordeste e não conseguimos, sem esse dinheiro

¹ Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

² Programa de Aquisição de Alimentos.

³ Programa Nacional de Alimentação Escolar.

deixamos o projeto da cozinha de lado e acabamos ficando no quintal da minha tia mesmo.

O Agroamigo foi a política de crédito mais citada, enfatizando a possibilidade de ser adquirido em grupo, bem como a preocupação com a falta de investimento em cozinhas comunitárias, feiras de mulheres e profissionalização para as mulheres do campo. Em geral, constatou-se uma satisfação com as possibilidades existentes e apresentação de necessidades grupais ainda não contempladas por políticas públicas.

As palavras das mulheres agricultoras nos permitem reforçar as colocações de (FISCHER, 2006, p. 43) sobre o papel da mulher na produção de alimentos “No cotidiano rural, as mulheres estão nas duas pontas da cadeia alimentar: na produção agrícola e na transformação desses produtos em alimentos.” A preocupação coletiva é observada durante os relatos de necessidades e de falta de ofertas de políticas públicas direcionadas para financiar as diversas atividades desenvolvidas em grupos por mulheres do campo.

O Governo Federal possui doze políticas de incentivo financeiro voltadas para a agricultura familiar e oito direcionadas para as mulheres do campo, a partir da análise das entrevistas foi possível observar que poucas foram citadas pelas entrevistadas. Foi possível identificar um ponto divergente nas falas sobre o acesso a políticas públicas que coloca o papel da associação de moradores rurais e a frequência dos trabalhadores rurais às reuniões como ponto-chave para combater a desinformação a respeito das políticas de financiamento, dos requisitos e processo de aquisição de crédito produtivo.

Eu não pego nenhum e conheço pouco desses empréstimos, ouço falar por cima do Pronaf, já ouvi uma vez sobre um só para a mulher, isso eu ouvi no rádio... Para mim que não frequento as reuniões da associação fica mais difícil conseguir saber melhor essas coisas[...]

Na minha comunidade acho que todo mundo conhece, porque a associação faz as reuniões todo mês e tem a visita dos técnicos do banco, e a gente vai atrás também. Lá na minha comunidade as mulheres tomaram a frente disso, elas lutam com garra mesmo. Em muitas comunidades eu vejo que já tem grupos de mulheres nas associações assim também, mas tem outras que já não tem tanta informação assim [...]

Esses dados nos permitem reforçar as colocações de (Dias e Matos, 2015, p. 4) “[...] parte fundamental das atividades do governo se refere ao projeto, gestão e avaliação das políticas públicas [...]” A gestão das políticas públicas deve estar alinhada com a participação social, com os interessados diretamente no programa social aplicado para sanar uma necessidade. Os pontos destacados nas falas acima trazem à tona a falta de informação direta da gestão pública com todo o público a quem uma política pública está direcionada considerando suas particularidades.

5.2 O Papel da Política Pública no Fortalecimento do Trabalho Coletivo Feminino

O trabalho feminino no campo tem sido pauta dos movimentos sociais nas últimas décadas, as mulheres construíram redes de apoio para desenvolver suas atividades e progredir em grupo, desde então o rompimento das relações de submissão vêm acontecendo de maneira gradual, à medida que surgem questionamentos dessas relações e movimentos de conscientização do papel feminino, mesmo com o fortalecimento dos movimentos feministas, os direitos não se concretizaram de maneira igualitária para todas, e quando se trata do meio rural, o acesso a políticas públicas para as mulheres preocupa de maneira peculiar, a representação social está mudando essa conjuntura a passos lentos, porém, não menos importantes, por meio da formação de consciência, elas estão minando a cultura patriarcal principalmente por meio da independência financeira e da coletividade.

O papel do trabalho na vida das mulheres rurais se configura em um contexto totalmente diferente do que é vivido por mulheres urbanas, geralmente o trabalho no campo não possui garantias trabalhistas, registros oficiais, benefícios e nem legislação clara para reger a atividade rural. Se dividindo entre o trabalho braçal no campo, a lida com os filhos e com a casa elas enfrentam a invisibilidade e o abandono do poder público, característica marcante se observarmos as diferenças entre o desenvolvimento no campo e o desenvolvimento urbano. A importância da promoção do trabalho feminino acaba por se tornar uma

reparação social que necessita ser garantida pelo Estado, essa preocupação é unânime entre as entrevistadas.

[...] quando foi para vir para cá para a cantina, a gente conseguiu um empréstimo do Banco do Nordeste, foi tudo mais calmo, a gente produziu mais e conseguiu trazer tudo para vender, para iniciar aqui e depois andar com nossas pernas, e quem pegou o empréstimo foi uma das meninas, a gente não pediu a homem nenhum [...]

[...] Com incentivo financeiro tira essa visão de que a gente tem que ficar debaixo do pé do marido pedindo dinheiro para tudo e que só eles que podem, uma mulher chegar em um banco e sair com o dinheiro dela, ali ela vai fazer o trabalho ir para a frente, porque o mais difícil é começar.

A necessidade das políticas de financiamento para as mulheres agricultoras foi relatada pelas experiências individuais e coletivas entre as entrevistadas, mesmo as experiências individuais se generalizam nas falas quando se trata da importância das políticas de crédito nesse processo de emancipação coletiva e o interesse delas em estar à frente das decisões na comunidade em que estão inseridas, remontam Fischer (2006).

Na situação concreta do Nordeste rural, as mudanças na legislação têm contribuído para reduzir a dependência feminina. Por sua vez, a contínua presença das mulheres na esfera pública tem potencializado a redefinição das relações sociais de gênero. (FISCHER, 2006, p.53)

Ao nos referirmos às condições de valorização do trabalho, as mulheres participantes desta pesquisa expressam com clareza e propriedade sobre a notoriedade da iniciativa pública nesse processo sem divergências. Isso configura uma abrangência em relação à centralização da independência financeira como objetivo das mulheres agricultoras, frisando a contribuição do crédito rural para a movimentação das estruturas de dominação estabelecidas pela desigualdade social que enfrentam no campo, bem como a necessidade de iniciativa participativa da administração no que se refere às políticas públicas para as mulheres rurais adequando-as ao ambiente em que estão inseridas.

As entrevistadas apresentam-se em processo de formação de consciência, para além disso, demonstram práticas que promovem as mudanças, reforçando a posição de Cisne (2015).

Sem essa tomada de consciência feminista, a mulher não se liberta pelo simples fato de não perceber a liberdade como uma possibilidade, dado o nível de naturalização do seu sexo. Isso não quer dizer que basta a consciência feminista para conquistarmos a liberdade, o que seria idealismo (CISNE, 2015, P. 155).

A partir do momento em que as mulheres rurais têm direitos concedidos, estes servem como propulsor para que elas busquem outros direitos, sociais, políticos, motivando o anseio por mudanças nas suas relações cotidianas (FISCHER, 2006).

[...] quando a gente encontra esse apoio financeiro faz toda diferença para a gente sentir que pode e assim a gente vai adiante, a mulher da zona rural acho que não para nunca, eu mesmo quando peguei o primeiro empréstimo, é bom demais você planejar algo e dizer assim, eu vou lá e vou ter o dinheiro para fazer o que eu quero para trabalhar e produzir, é maravilhoso, eu comecei a construir minha independência ali, depois foi só crescimento.

Na zona rural a divisão do trabalho se caracteriza de maneira mais abrupta em relação ao gênero, o trabalho braçal e a dependência da força esteve sempre associada ao homem, reforçando a estrutura patriarcal e a dependência da mulher a um provedor da família e o acesso a política pública ainda se caracteriza como um percalço para alguns grupos de mulheres.

[...] Lá na associação o nosso grupo de mulheres conseguiu fazer nossa cozinha mesmo, com o nosso dinheiro, com o nosso esforço, a gente não achou ajuda de ninguém, do lado da sede da associação a gente construiu nossa cozinha e compramos um forno industrial e fomos ajeitando as coisas, antes eram sete mulheres, hoje somos trinta e cinco mulheres produzindo nessa cozinha, beiju, biscoito... e entregando em vários lugares, tudo sem financiamento nenhum, pra gente é o maior orgulho, e são só mulheres, não tem homem.

A formulação de políticas públicas inicia a partir da identificação de um problema, então a agenda define a prioridade para cada necessidade constatada, uma preocupação imprescindível é sobre a adesão dessa política elaborada para

atingir o bem comum, cada solução deve ser adequada para a realidade do problema, são muitas amarras e adversidades envolvidas nessa interação entre políticas e sociedade.

Essa definição de prioridade para as políticas públicas pode ser compreendida pela diversidade da sociedade em termos de necessidades que permeiam a situação social, idade, gênero, etnia, renda, categorias de trabalho e outros. São poucos recursos para solucionar diversas demandas, por isso, para aumentar a possibilidade de obter uma ação voltada para uma necessidade específica formam-se os grupos de interesse, movimentos sociais, organizações não governamentais e associações.

Quando se fala no papel da política pública como ação para atingir o bem-estar social, estamos falando do objetivo principal do Estado. A definição de público deve estar clara, essa constatação parte da necessidade de uma intervenção governamental para a solução de um problema visando o bem comum, são ações que não pertencem a um particular, por exemplo, um presidente em exercício que aplica uma política pública de caráter social, essas ações são controladas pelos governos, porém com um propósito público.

Eu quando recebia o meu dinheiro dos empréstimos, eu me sentia assim, que eu tinha vontade, ideias e ali ia realizar meu sonho, já fiz para a cerca, melhorei as coisas da minha roça, assim eu passei a produzir meus sequilhos antes de me juntar ao grupo das mulheres lá da comunidade e tudo eu comecei assim, ajuda muito, parece que dá um rumo na vida da gente [...]

O trabalho é o instrumento principal de transformação na atuação feminina no campo, tanto para a progressão econômica quanto social. É possível identificar a preocupação com a falta de visibilidade do trabalho feminino no campo, a organização das mulheres se configurarem preferencialmente de maneira grupal, não é por acaso, faz parte do processo de conscientização da necessidade de unir forças para avançar na conquista de direitos e igualdade.

A política pública representa a concretização de direitos garantidos pela constituição, por meio dela acontece a efetivação desses direitos. No caso das mulheres rurais, o acesso a políticas de financiamento é também um caminho de reparação histórica de um conjunto de opressões e cerceamento de direitos enfrentados ao longo da história.

6. DISCUSSÃO

No conjunto, os resultados obtidos traçam um perfil das necessidades e dificuldades vivenciadas pelas mulheres no campo, quando se trata de acesso a políticas públicas para financiar o trabalho, especialmente em grupo, conforme as informações prestadas pelas participantes. No caso estudado, parece prevalecer uma satisfação com as políticas de financiamento de modo geral, neste mesmo contexto surgem algumas intercorrências relatadas tanto em dificuldades de acesso quanto de necessidades que ainda não estão contempladas com incentivos da iniciativa pública, há uma perspectiva comum em grande parte das respostas o que sugere a importância do fomento ao trabalho feminino no campo.

O primeiro fato que chama a atenção é a consciência sobre o impacto do acesso ao crédito na produção que sempre se direciona do individual para uma fala geral, isso é compreensível, pois mesmo entre os teóricos da área há consenso sobre o que vem a ser a formação coletiva de mulheres rurais, as relações de trabalho se mostram como uma das principais reivindicações de luta feminina.

Há, por exemplo, uma fundamentação que permeia essa discussão acerca da importância do trabalho na vida das mulheres do campo, se observarmos que a partir de 1980 surgem os primeiros registros de mulheres se organizando em partidos políticos e sindicatos rurais, as reuniões desde o início foram construídas em sua grande parte com as reivindicações na condição de trabalhadoras rurais. Desde então, as políticas públicas têm sido o modo mais concreto e acessível de promover o trabalho rural feminino considerando, de fato, a sua relevância no contexto social e econômico.

Entretanto, é fundamental que o processo de formulação das políticas públicas se apoie em bases teóricas para garantir que o ciclo seja concluído de maneira sólida. Nesse caso, a expectativa dos pesquisadores era que as entrevistadas demonstrassem a vivência com o acesso às políticas de crédito descrevendo tanto as conquistas quanto os percalços no caminho. A fase da avaliação de políticas públicas é um dos fatores críticos para o desenvolvimento eficaz de uma política, conforme enfatiza Minayo (2005). Uma análise das

tentativas de aplicar um programa de políticas públicas eficientes e que abrangem necessidades de um grupo coloca em evidência falhas de comunicação, bem como, avaliação imprecisa após a etapa de aplicação.

Merece destaque também as menções marcantes que expõem a desigualdade de gênero como um elemento chave para a compreensão da mudança de postura feminina no meio rural, há a percepção muito clara sobre as vantagens masculinas em relação ao reconhecimento do trabalho pela sociedade como um todo e do acesso às políticas públicas. O entendimento das mulheres rurais sobre as necessidades de reivindicar, exerce um papel fundamental no caminho percorrido em busca da garantia de direitos e espaço, autores citados no referencial teórico ressaltam esse processo como o início da fissura no modelo de dominação. As falas remontam a Cisne (2015).

O primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem. Processo esse que estamos denominando de apropriação de si, no sentido de as mulheres se perceberem como sujeitos e passarem a lutar por sua autonomia e liberdade... (CISNE, 2015, p. 136)

Os resultados que mais respondem à questão central da pesquisa dizem respeito aos reflexos do acesso ao crédito produtivo como fator indispensável à promoção do trabalho feminino no meio rural. Nesse caso, torna-se visível o que realmente se faz através dele, ou seja, quais são as atividades desenvolvidas após o recebimento do empréstimo. O cardápio de ações é diversificado, englobando plantio, melhorias na pastagem, investimento em cozinhas comunitárias e produção de alimentos em grupo. Tudo isso é feito, como afirmam algumas das entrevistadas, em nome da progressão do trabalho da mulher do campo com uma preocupação coletiva sobre a independência feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das respostas obtidas fica evidente a relevância das políticas de financiamento para as mulheres agricultoras, ponto que foi retratado em vários momentos com lágrimas, mãos trêmulas e orgulho, as entrevistas confirmam a

eclosão de uma consciência coletiva sobre a dominância nas relações de trabalho e de gênero enfrentada fortemente por essas mulheres.

O objetivo central do trabalho se apresenta nos resultados identificando a importância e a real contribuição do crédito produtivo para o trabalho coletivo de mulheres em cozinhas comunitárias, ao nos referimos ao processo de fortalecimento do trabalho feminino no campo, as mulheres participantes desta pesquisa expressam com clareza e propriedade sobre a notoriedade da iniciativa pública nesse processo, sem divergências, o que configura uma abrangência em relação a centralização da independência financeira como objetivo das mulheres agricultoras, resultados que retomam Fischer, ao concluir que no Nordeste rural, diversos quesitos têm contribuído para reduzir a dependência feminina, entre eles a continuada presença das mulheres na esfera pública, no trabalho associado e nos movimentos sociais que potencializam a redefinição das relações sociais de gênero.

As mulheres estabelecem uma intensa relação entre si, organizadas em grupos para plantar, produzir alimentos, vender, reivindicar por espaços e direitos. Esse laço firmado na coletividade torna-se o instrumento mais importante para garantir o progresso das mulheres do campo, fato que fica evidente nas declarações, destacando os grupos de cozinhas comunitárias, juntamente com o conhecimento da realidade e dificuldades enfrentadas, a comunidade de Formigas se destaca nesse processo através da presença em massa das agricultoras na associação de moradores rurais, as entrevistadas enfatizam que atualmente na associação, há mais mulheres associadas do que homens, esse estudo possibilitou a identificação do associativismo como um elemento imprescindível para o desenvolvimento da mulher rural, bem como, para auxiliar no acesso a políticas de crédito.

A discussão sobre o processo de conscientização da mulher rural a respeito do reconhecimento do seu trabalho como fator crucial para sua autonomia é ampla e requer do pesquisador um esforço direcionado para compreender que o ambiente da zona rural tem peculiaridades que se desdobram na lentidão da conquista dos direitos das mulheres rurais, os componentes sociais são de extrema relevância para que a administração pública possa oferecer soluções acessíveis e adaptáveis a realidade dessas mulheres.

Os resultados das entrevistas apontam que a formação de grupos de mulheres trouxe a elas um novo papel dentro da estrutura patriarcal que permeia o contexto rural, a autonomia financeira e o apoio entre mulheres se constitui como uma maneira eficaz de romper as estruturas de dominação. O coletivismo entre as mulheres para produzir alimentos desencadeia discussões sobre a busca da autonomia feminina desenvolvida em uma rede de apoio feminina que gera condições para que esse processo ocorra na prática, a venda da produção gera renda, independência e valorização do trabalho.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional**. 2019. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/noticias/mulheres-se-destacam-como-protagonistas-da-agricultura-familiar-na-bahia>. Acesso em: 22 abril de 2022.

BITENCOURT, M. **Bahia tem o segundo maior percentual de mulheres produtoras rurais no país**. Correio, 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-tem-o-segundo-maior-percentual-de-mulheres-produtoras-rurais-no-pais/>. Acesso em: 10 junho de 2022.

BLOG INCUBADORA. Feira de Santana, 2022. Disponível em: <http://incubadorauefs.blogspot.com/>. Acesso em 20 de julho de 2023.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil. **Relatório de Demonstrações Financeiras, 2021**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-financeiras>. Acesso em: 22 abril 2022.

BONETI, L. W. **POLÍTICAS PÚBLICAS POR DENTRO**. 4ª Edição. Editora Unijuí: Ijuí, 2018.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania In: BUTTO, A; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.p. 11 - 35.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COÊLHO – NETO, A. Experiências de Economia Solidária no Território do Sisal-Bahia, Brasil – 1990-2013: ambiguidades e contradições. **Geografia**, Londrina, v.32. n. 2. p. 87 – 106, 2023.

CORTES, S.; LIMA, L.; A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 87, p. 33-62, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67325208003>>. Acesso em: 20 abril 2022.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**: Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: ATLAS, 2012.

FARAH, M. F. S. GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v 12, n 1, p. 47-71, janeiro-abril/2004.

FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto de dominação**. Recife: Massangana, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6°. ed. São Paulo: ATLAS, 2008.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5°. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MINAYO, M. C.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos**. 20°. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

OLIVEIRA, M. M. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Octares editions; 2000.

PAVAN, D. O CAMINHO FEMININO PARA A REFORMA AGRÁRIA. **NERA**, n. 3, p. 28-44, 2012.

UEFS, I. D. I. D. E. P. E. S. D. **PROJETO CANTINA SOLIDÁRIA III – “Sabores do Quilombo”**. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. 2015.

UEFS, I. D. I. D. E. P. E. S. D. **PROJETO CANTINA SOLIDÁRIA IV**. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. 2016.

UM ENSAIO SOBRE O DISCURSO FILOSÓFICO DA PÓS-MODERNIDADE

AN ESSAY ON THE PHILOSOPHICAL DISCOURSE OF POSTMODERNITY

José Dantas Sousa Júnior*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

Procuramos neste trabalho levar aos leitores informações sobre o atual momento da sociedade contemporânea a partir da visão de pesquisadores do mundo social. Procuramos diferenciar pós-modernismo e modernismo, de pós-modernidade e modernidade, em uma discussão sobre o consumo e a internet na vida das pessoas.

Palavras-chave: modernidade; pós-modernidade; consumo; pós-modernismo; rede.

ABSTRACT

In this work we seek to provide readers with information about the current moment in contemporary society from the perspective of researchers from the social world. We seek to differentiate between postmodernism and modernism, from postmodernity and modernity, in a discussion about consumption and the internet in people's lives.

Keywords: modernity; postmodernity; consumption; postmodernism; network.

*Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), possui Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Bacharelado em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pesquisador nas áreas de pós-modernidade, consumo, violência e religiosidades. Contato: yjunior2013@yahoo.com.br

Artigo Recebido em: 10/05/2021. Aceito em 23/08/2023.

INTRODUÇÃO

Levantamos, neste artigo científico, os principais aspectos relativos ao que é definido por muitos autores da Sociologia como sendo a pós-modernidade. Começaremos falando deste termo “pós-moderno”, que varia de acordo com a perspectiva de cada um dos vários estudiosos deste tema. Dentre as formas em que é classificado, existem pesquisadores que preferem denominar de “modernidade tardia”, “capitalismo tardio”, “modernidade líquida” ou “pós-modernismo”. Faremos uma breve análise deste mundo pós-moderno com suas devidas características.

O termo citado já foi utilizado antes, desde a década de 30 do século passado, por especialistas em arquitetura, assim como também já deve ter sido dito também por outras pessoas ao tentarem classificar alguma coisa ou acontecimento. Para o estudo das Ciências Sociais, foi usado pela primeira vez pelo filósofo francês Jean-François Lyotard, em *A Condição Pós-Moderna* (2000). Depois foi sendo aprofundado e discutido por outros pesquisadores do universo social. Para Lyotard, a decadência das metanarrativas da modernidade causou uma série de transformações na sociedade atual, principalmente nas áreas da cultura, da ciência e das artes. A não aceitação de uma verdade absoluta, a desconstrução dos discursos rígidos da modernidade, causou uma busca por novas explicações e novas experiências. Entrou em cena a liberdade e a vontade de conhecer novos padrões, em uma realidade que é marcada pela incerteza das coisas.

Dos autores-pesquisadores da pós-modernidade, David Harvey (1992) vê a sociedade ou a condição pós-moderna decorrente de três grandes revoluções industriais: sendo uma primeira no século XVIII, uma segunda no final do século XIX, e por fim, uma que ocorre na segunda metade do século XX. Esta última é denominada por Harvey como a revolução da telemática. Todas estas levando a alterações na relação do tempo-espaço e na forma de produção e acumulação capitalista. Conseqüentemente, trazem uma nova forma de se perceber o mundo, tanto na parte filosófica, como na sua estética, além de influências nas culturas locais e nas relações de consumo, em um mundo globalizado.

A palavra pós-modernidade pode aparecer como uma negação, uma contraposição ou até mesmo como uma continuação do que se chamava de modernidade, mas com certeza representa uma mudança, um novo estágio da história humana, alguma coisa que seja mais do que uma continuação. Para Peter Burke (apud EVANGELISTA, 2007), “o conceito de modernidade é tão impalpável que melhor seria descartá-lo por completo” (p.41), e para Krishna Kumar (1996), os termos modernidade e pós-modernidade são colocados em sentidos tão contraditórios que, ao invés de ajudar na sua compreensão, acabam por atrapalhar a análise.

Fazemos aqui um breve ensaio sobre este presente momento, como uma forma de clarear informações sobre o atual contexto dinâmico e conturbado em que vivemos. Primeiro uma leve discussão e diferenciando a pós-modernidade e o pós-modernismo. Consequentemente, um debate sobre se passamos do estágio da modernidade para a pós-modernidade e como estamos inseridos na sociedade do consumo. Salientando no final que hoje em muitos momentos não vivemos mais em sociedades físicas e sim em redes.

PÓS-MODERNIDADE E PÓS-MODERNISMO

Além da visão desses autores recém vistos, existem também outras definições para a pós-modernidade, como a de Fredric Jameson, que a define como “capitalismo tardio” e vê neste um “pós-modernismo” e não uma pós-modernidade. Esse pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova, mas é apenas o reflexo e o aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo. Para Jameson (1996), “a pós-modernidade reproduz a lógica do capitalismo da sociedade de consumo, através da transformação da realidade em imagens e da fragmentação do tempo em uma série de presentes perpétuos” (p.139).

O termo pós-modernismo foi inicialmente utilizado para nomear uma série de novos discursos e práticas artísticas e culturais que surgiam no âmbito da música, do teatro, arquitetura, do paisagismo e das artes visuais a partir da década de 60 do século passado. Mas a variedade e amplitude destes fenômenos não foi cabível apenas à definição de pós-modernismo. O conceito

passou a abarcar não apenas uma via de abordagem ou mesmo somente um eixo central de questões. Mas uma série de acontecimentos e transformações no mundo artístico que geraria ou necessitaria mais à frente de uma definição de algo sobre o que seria pós-moderno.

Na visão de Jameson, a sociedade contemporânea passa por uma crise da capacidade intelectual de compreender objetivamente o mundo. Além disso, acha que na cultura pós-moderna toda a produção estética foi influenciada e ditada pelo capital. Consequentemente, lançada à produção de mercadorias em geral. Com uma situação esquizofrênica em que se encontra o indivíduo moderno, perde-se a capacidade de análise desses processos. Para Jameson, a pós-modernidade e a globalização fazem parte dos mesmos fenômenos, de uma forma em que uma possa ser a outra, devido às suas características e à capacidade de transformarem as coisas. Isto ocorrendo em vários setores da sociedade, como na arte, por exemplo. Desta forma, a arte perdeu a singularidade, não existe mais o talento do artista. Hoje a arte é voltada para a demonstração de algo necessário de ser demonstrado dentro de uma lógica de mercado.

Em outros campos, como o da economia, a visão principal não é mais do produto e do consumidor. A preocupação agora é com a especulação financeira, a forma como ela se apresenta e se expande além de fronteiras. Da mesma forma em que se expande, chegando às indústrias em novos países, não se preocupam com questões sociais, apenas econômicas. Resta a responsabilidade de resolver os problemas causados pelo desenvolvimento desigual de regiões e sob o efeito da globalização. Dentro desse contexto, muitas pessoas confundem o termo “modernidade” ao acharem que tem o mesmo significado de “modernismo”. Embora possa parecer que estamos falando da mesma coisa, existe uma diferença. Para Kumar (1996), a modernidade é um fator ligado à política e a questões ideológicas, enquanto que o modernismo é um tema voltado para a cultura e para a estética. Nessa mesma visão, poderia ocorrer que pós-modernidade e pós-modernismo tivessem também a mesma diferenciação. Porém, não possuem diferenças, já que a pós-modernidade e a globalização fizeram com que os campos econômico, político, social e cultural não fossem mais divididos no espaço social.

As pessoas podem escolher e o caminho escolhido vai estar inserido na economia, no social e cultural. Mas agindo sob pressões externas, já que, para Kumar...

A maioria dos teóricos afirma que as sociedades contemporâneas demonstram um novo ou reforçado grau de fragmentação, pluralismo e individualismo. Isso se relacionaria em parte com as mudanças ocorridas na organização do trabalho e na tecnologia, destacadas pelos teóricos pós-fordistas. Pode ser associado também ao declínio da nação-estado e das culturas nacionais dominantes. A vida política, econômica e cultural é agora muito influenciada por fatos que ocorrem no nível global. Esse fenômeno teve como um de seus efeitos, inesperadamente, a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas subnacionais e regionais. (KUMAR, 1996, p. 132)

JÁ ESTAMOS NA PÓS OU AINDA NÃO SAÍMOS DA MODERNIDADE?

Nem todos os estudiosos do mundo social aceitam o termo pós-modernidade, já que negam esta passagem para um novo estágio. Chegam em alguns termos a concordar com Habermas em que vivemos ainda um projeto inacabado da modernidade. Para estes, para este novo estágio, teríamos que antes vencer os problemas, os paradigmas que surgiram junto com a modernidade, com o advento do sistema de produção capitalista e de problemas sociais e econômicos emergentes da época. Como Rouanet (1993), que acusa os pós-modernistas de atribuírem à pós-modernidade idiosincrasias que na realidade são modernas. O autor nega essa ruptura, classifica como sendo nada mais do que uma intensificação da modernidade. As principais características vistas na pós-modernidade, tais como a predominância da informação, o avanço da tecnologia, o consumismo, entre outras, são na verdade elementos tipicamente modernos. Além disso, na visão de Rouanet, grande parte das críticas que os pós-modernos lançam sobre a modernidade constitui-se em críticas que os próprios modernos já faziam no início sobre si mesmos. Para Rouanet, ao tentar despedir-se da modernidade, o homem contemporâneo ilusoriamente fantasia uma pós-modernidade que na realidade não existe.

Levamos em conta também o conceito dado por Antony Giddens, que rejeita o termo “pós-modernidade” e prefere utilizar “Modernidade Tardia”, no qual para este autor ainda vivemos as consequências da modernidade. Nesse sistema

atual, a reflexividade é uma das principais características e a questão do self é fundamental para a análise do sociólogo que deve procurar superar a dicotomia indivíduo e sociedade, com suas abordagens subjetivas e objetivas. Nesse novo contexto...

Nenhuma quantidade de conhecimento acumulado sobre a vida social poderia abranger todas as circunstâncias de sua implementação, mesmo que tal conhecimento fosse inteiramente distinto do ambiente ao qual ele é aplicado. Se nosso conhecimento do mundo social simplesmente melhorasse cada vez mais, o escopo das consequências inesperadas poderia tornar-se cada vez mais confinado e as consequências indesejáveis cada vez mais raras. A reflexividade da vida social moderna, no entanto, impede esta possibilidade e é ela mesma a quarta influência envolvida. Embora menos discutida em relação aos limites da razão Iluminista, ela é certamente tão significativa quanto qualquer uma das outras. Não é uma questão de não existir um mundo social estável a ser conhecido, mas de que o conhecimento deste mundo contribui para seu caráter instável ou mutável. (GIDDENS, 2006, p.44)

Giddens vê a globalização como o maior fator de mudanças do mundo contemporâneo. A globalização corresponde a um termo bem abrangente e não é nossa finalidade aprofundarmo-nos nesse tema, mas levamos em consideração o que foi comprovado por esse autor, já que não é possível estudar consumo e pós-modernidade sem perceber o poder da globalização e da expansão do capitalismo invadindo culturas ao redor do mundo. Enquanto elemento fundamental do mundo pós-moderno, ou da modernidade tardia, Giddens diz que...

A globalização — que é um processo de desenvolvimento desigual que tanto fragmenta quanto coordena — introduz novas formas de interdependência mundial, nas quais, mais uma vez, não há "outros". Estas, por sua vez, criam formas de risco e perigo ao mesmo tempo em que promovem possibilidades de longo alcance de segurança global. (GIDDENS, 2006, p. 153).

Hoje com o mundo mais globalizado e globalizante, houve processos de aculturação dos povos, de misturas e da formação de novos grupos e relações sociais. No desenvolvimento da globalização, houve vários problemas de desigualdade social e econômica. De acordo com Bauman, com a desigual distribuição dos modos de produção, acarretou desde uma elite global, que

estava pronta para aceitar esse processo, até os “últimos da fila”, os que eram menos beneficiados por esse progresso e que assim pretendiam se amarrar com a sua cultura local. Dentro deste novo mundo existem as pessoas que são mais aptas a se adequar às novas regras do consumo moderno. Pessoas que possuem mais capitais, não somente financeiro, mas também cultural e social, tendem a fazer parte desta moda. Mas nem todos fazem parte das elites globais. Assim como Bauman, Giddens não vê a pós-modernidade como uma ruptura com a modernidade e sim uma continuidade, porém, de uma forma mais radicalizada. Uma maneira mais justa de definir e de pesquisar o mundo atual. Para Giddens...

A ruptura com as concepções providenciais de história, a dissolução da aceitação de fundamentos, junto com a emergência do pensamento contrafactual orientado para o futuro e o “esvaziamento” do progresso pela mudança contínua, são tão diferentes das perspectivas centrais do Iluminismo que chegam a justificar a concepção de que ocorreram transições de longo alcance. Referir-se a estas, no entanto, como pós-modernidade, é um equívoco que impede uma compreensão mais precisa de sua natureza e implicações. As disjunções que tomaram lugar devem, ao contrário, ser vistas como resultantes da auto-elucidação do pensamento moderno, conforme os remanescentes da tradição e das perspectivas providenciais são descartados. Nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém, estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização. (GIDDENS, 2006, p.57)

PÓS-MODERNIDADE E SOCIEDADE DO CONSUMO

Bauman (2009), dentre outros sociólogos, ao analisar a pós-modernidade, também leva em questão um dos seus maiores aspectos, que é a globalização, como vimos acima. Muito mais do que se imagina, ela reflete na vida cotidiana das pessoas dentro do espaço urbano. Sabemos que a globalização não é apenas um fenômeno econômico, pois atinge praticamente todas as esferas das sociedades e é responsável pela transformação do espaço e do tempo, uma mistura complexa de processos, mas que atuam de maneira contraditória, gerando conflitos e mudanças nas relações e nas posições sociais das pessoas. Reflete tanto na cidade como no campo. Nas relações e nos comportamentos. Nas decisões de vida. No mundo moderno, as pessoas em seu novo contexto passam a ter medo do que Bauman (2009) define como “miséria social”.

Bauman analisa que no mundo pós-moderno os ricos tendem a se tornarem mais ricos, enquanto os pobres cada vez mais pobres, já que os primeiros procuram individualmente e narcisicamente, manter e aumentar as suas riquezas, já que a falência e a pobreza não são algo tão distante como em tempos atrás. Existe um medo do que essa pobreza pode trazer, tanto em termos individuais, como sociais e passa-se a ter um sistema de controle de vigilância quanto ao que pode ser decorrente desta desigualdade social. A cidade contemporânea é marcada pela insegurança, pelo medo e decorre assim uma busca sem fim por tudo que possa, pelo menos e aparentemente, trazer segurança contra tudo que for “estranho” e perigoso.

Bauman (2011) apresenta como sintoma da modernidade líquida, assim como analisava este novo estágio da história humana, o consumismo, que não consiste no hábito de se consumir apenas aquilo de que se necessita, mas representa o excesso de aquisições desnecessárias, supérfluas. As pessoas consomem, muitas vezes, para ostentação. Desse modo, as compras não têm relação com necessidades, mas são realizadas. Trata-se de um desejo caprichoso de consumir cada vez mais. Nesse sentido, Bauman (2001) destaca que o consumismo é a manifestação da quebra dos sólidos em sua máxima potência, produzindo um mundo dos líquidos em que tudo é rapidamente desfeito e assume novas configurações. A vida, em tal perspectiva, é movida pelo consumo, pela sedução capitalista, pela ilusão do ter, do poder para inflar a própria autoestima e identidade pessoal. Predomina o vício das compras como “[...] manifestação aberta de instintos materialistas e hedonistas adormecidos” (BAUMAN, 2001, p. 95). Permeia essa visão consumista uma visão materialista da vida, já que não se busca a vida eterna, mas, sim, uma vida maximamente feliz pela posse dos bens terrestres, sendo o consumo essencial nesse processo.

Bauman (2008) destaca o quanto a sociedade de consumo atribui poder às pessoas para que se sintam bem enquanto compram, contribuindo, por outro lado, para o entendimento de que as pessoas, nesse processo, são, segundo o mercado, encaradas como mercadoria. A vida nas redes sociais também cria um ambiente artificial em que o ilusório parece real. Principalmente para os adolescentes, que vivem imersos em “confessionários eletrônicos portáteis” (BAUMAN, 2008, p. 9). Trata-se de uma nova sociedade que não tem limites para

a separação entre privado e público. Bauman (2008) trabalha a ideia de que o consumismo, com todos os seus fetiches, acaba se tornando a “[...] principal força propulsora e operativa da sociedade” (BAUMAN, 2008, p. 41). Ainda sobre o consumismo, Bauman (2008) afirma:

Além de ser um excesso e um desperdício econômico, o consumismo também é, por essa razão, uma economia do engano. Ele aposta na irracionalidade dos consumidores e não em suas estimativas sóbrias e bem informadas; estimula emoções consumistas e não cultiva a razão. Tal como ocorre com o excesso e o desperdício, o engano não é um sinal de problema na economia de consumo. Pelo contrário, é sintoma de sua boa saúde e de que está firme sobre os trilhos, é a marca distintiva do único regime sob o qual a sociedade de consumidores é capaz de assegurar sua sobrevivência. (BAUMAN, 2008, p. 65).

A dimensão do consumo na sociedade atual atingiu tais limites que o filósofo francês Gilles Lipovetsky denomina o atual estágio como sendo a sociedade do hiperconsumo. Está caracterizada pela busca da felicidade relacionada e justificada pelo consumo de objetos. Para tanto, os produtos e serviços à venda impregnam-se de sensações e mensagens para estimular sentimentos desta felicidade. Este é o que fazem as marcas, que impregnam as ofertas de alma, personalidade e de apelo sensorial. Desta forma...

Entramos no universo do hiperconsumo quando o gosto pela mudança se difundiu universalmente, quando o desejo de ‘moda’ ultrapassou a esfera da indumentária, quando a paixão pela renovação adquiriu uma espécie de autonomia que torna secundárias as lutas da concorrência pelo estatuto, as rivalidades miméticas e outras febres conformistas. (LIPOVETSKY, 2007. p. 38)

Maffesoli (1999), autor especialista em consumo e em pós-modernidade, não vê a economia como a responsável pela crise mundial existente. O que causou a crise existente foram vários aspectos da modernidade que se desenvolveram de uma forma mais perplexa na pós-modernidade. Aspectos como a individuação, o utilitarismo, a imagem do futuro como sendo o verdadeiro progresso e a racionalidade, esse último já previsto antes por Max Weber. Para Maffesoli, o conceito de Estado-nação antes existente, que uma sociedade dava poder ao governo, deu lugar para um mosaico de ideias e para um verdadeiro localismo. Não existe mais o poder do Estado sobre as pessoas e nem um senso

de solidariedade entre elas, como previa Durkheim. Desta forma, em um país ou região, nem os governos e nem a economia têm mais força como antes. Os sentimentos e atitudes individuais e a lógica do consumo e inovação ultrapassam todos os limites e fronteiras. Hoje, com o poder da internet e o dinamismo da sociedade pós-moderna, não existem mais indivíduos e sim pessoas múltiplas.

Segundo Maffesoli (1998), a sociedade vive dentro de um imaginário, que é diferente do que se entende por cultura. Esta última é constituída por elementos ponderáveis passíveis de descrição. Sejam obras de arte, música ou televisão. Pode manifestar-se mais visivelmente no modo das pessoas se vestirem, de se relacionarem e se comunicarem. De outra forma, o imaginário é o estado de espírito que está presente em um povo, em uma comunidade. O imaginário é como se fosse uma matriz, algo construído de forma social e espiritual, não quantitativo, cabendo ao sociólogo identificá-lo, pois é ele o que move as ações da sociedade em uma cultura marcada pelo consumo e pelo consumismo. De acordo com Maffesoli, não é a imagem que produz o imaginário e sim o imaginário que produz a imagem, de forma que a imagem não é o suporte ou a causa, e sim o resultado.

A SOCIEDADE E A VIDA EM REDE

Ao analisarmos o mundo pós-moderno, também podemos vê-lo dentro de um ambiente virtual cada vez mais informatizado, entrelaçado e sofisticado pelo avanço da tecnologia. Temos a internet como um elemento motor dessa nova forma de relação social. Para analisarmos o atual momento em que atravessamos, levamos em conta Manuel Castells (2002) que denomina este contexto como sendo uma “Sociedade em rede”. Dentro dessa rede, conversamos com pessoas, resolvemos problemas, lemos jornal, expomos nossa privacidade, fazemos praticamente tudo o que faríamos há três décadas atrás em outro ambiente de interação, inclusive procurando bens de salvação nesse contexto. As pessoas necessitam fazer parte e, para isso, necessitam consumir todos os seus produtos – telefones celulares, tablets, notebooks – aumentando cada vez mais a procura por eles, além de serem cadastrados em redes sociais, sendo essa uma forma de não se sentirem excluídas na sociedade do consumo.

Podemos dizer que vivemos em uma sociedade da informação. Segundo Castells (2003) essa sociedade é a representação de um período histórico caracterizado por uma revolução tecnológica, movida pelas tecnologias digitais, tanto de informação como de comunicação. O seu funcionamento advém de uma estrutura social que está formada em uma rede, que envolve todos os âmbitos da atividade humana, numa relação de interdependência multidimensional, que depende dos valores e dos interesses subjacentes em cada país e organização. Existe um processo de interação que é exterior aos indivíduos e age muitas vezes de forma despercebida. As pessoas vivem vigiadas em um sistema panótico ou sinótico sem perceberem. As pessoas estão incluídas na rede com ou sem a sua própria permissão. Da mesma forma que na sociedade e cultura do consumo, como já vimos nos pressupostos de Bauman.

Desta forma surge a sociedade em rede, uma estrutura social, que pauta relações de produção, consumo e experiência, para além das variáveis já existentes. Dentro deste contexto, as redes sociais são transportadas para essas plataformas, sendo já seculares evidenciadas na história política, social, econômica e cultural da humanidade. As novas tecnologias permitem uma coordenação diferenciada, que ultrapassa a importância do conceito do tempo e espaço. Quanto mais relevante é a informação, e mais capacitada está a capacidade de ser retida, de a transportar e de a usar, mais pertinente se torna a sua inclusão na rede. Assim, entram em cena as redes sociais que são programadas pelos seus protagonistas e pelas instituições que as norteiam e, de um modo ou de outro, as controlam. As suas lógicas são impostas nos componentes humanos dessas redes, com as alterações a gerarem elevadas despesas econômicas e sociais, tanto pelas transformações de valores, culturais e educacionais que acarretam, como também pelos custos subjacentes às tecnologias exigidas pelos contextos vividos.

No mundo pós-moderno – como preferimos chamar –, é muito difícil uma pessoa não fazer parte de alguma rede de relações socio-virtuais, tais como Facebook, MySpace, WhatsApp ou Twitter, por exemplo. Bauman (2013) vê a dependência dessas pessoas a estas redes, especialmente os jovens. Dentro dessa perspectiva, a internet serve como produtora de desejos pessoais e de

indústrias culturais que aceleram o universo de consumo. Sobre o mundo líquido moderno, esse sociólogo pesquisador das relações sociais afirma:

Tudo somado, a internet facilita demais, incentiva e inclusive impõe o exercício incessante da reinvenção numa extensão inalcançável da vida off line. Esta é, sem dúvida, uma das mais importantes explicações para o tempo que a “geração eletrônica” gasta no universo virtual: o tempo gradual e crescentemente utilizado no mundo virtual em detrimento do passado no mundo “real” (off-line). (BAUMAN, 2013, p. 25)

Podemos concordar com estes autores que estamos dentro de uma rede sócio-virtual também que a rede abrange diversas esferas da sociedade, tanto política, como cultural, midiática e outras mais. Nela as relações não são mais pessoais, mas muitas delas virtuais. Dentro dessa rede as relações surgem mais rápidas, da mesma forma em que acabam. Existem mais trocas de mensagens e de imagens. As relações sociais deixaram de ser “face a face” para se tornarem “tela a tela”. Dentro deste contexto, Manuel Castells avalia que...

A cultura da internet é uma cultura feita de uma crença tecnocrática no progresso dos seres humanos através da tecnologia, levado a cabo por comunidades de hackers que prosperam na criatividade tecnológica livre e aberta, incrustada em redes virtuais que pretendem reinventar a sociedade, e materializada por empresários movidos a dinheiro nas engrenagens da nova economia. (CASTELLS, 2003, p.53)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, podemos concluir concordando com Bauman (2008) quando o autor estabelece uma distinção clara entre consumo e consumismo: o consumo em si não é negativo, é uma necessidade vital humana; já o consumismo é característica de uma sociedade cujos valores são demasiadamente materialistas e o consumir está associado à concepção de identidade dos sujeitos de uma determinada sociedade. Um dos sintomas desta sociedade que se caracteriza como modernidade líquida é o hábito consumista, diante do qual se abandonam os ideais transcendentais; apela-se para o consumo acentuado de bens materiais. Não se trata de possuir bens por uma questão de necessidade, mas de ostentar uma identidade virtual possibilitada pela posse de bens, ilusória, fugaz.

Os teóricos acima discutidos possuem uma clara visão do mundo pós- ou ainda moderno. Cada um com suas teorias, umas diferentes das outras, mas nos enriquecem de informações. Quanto ao paradigma de que se estamos ou não na pós-modernidade, podemos dizer que sim, que estamos em um estágio de hipermodernidade, como afirma Lipovetsky. Os problemas da modernidade continuam, talvez nunca sejam resolvidos, mas estamos em um estágio mais avançado na tecnologia, na sociedade de rede, no consumo, na internet, de reações sociais. Em um mundo mais veloz e mais fluido. Como afirma Bauman, em um mundo líquido pós-moderno.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Tempos Líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BURKE, Peter. **As Máscaras Seculares do 'Moderno'**. Folha de São Paulo, Caderno Mais. 14 de julho de 1996.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **A Sociedade em Rede**. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

KRISHAN, K. Modernidade. In OUTHWAITE, Willian e BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**: Jorge Zahar, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

LYOTARD, J. F. **A Condição Pós-Moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Lisboa: Edições 70, 2007.

MAFFESOLI, M. **O Tempo das Tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

DIÁLOGOS ESTRUTURAIS: o conceito de estrutura em Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss

STRUCTURAL DIALOGUES: the concept of structure in Radcliffe-Brown and Lévi-Strauss

*João Gabriel Ramos Mendes da Cunha**
Universidade Federal Fluminense (UFF)

*Diego da Silva Tavares***
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

O conceito de estrutura é vital para o pensamento filosófico e científico do ocidente. Assim, nosso objetivo é iniciar uma reflexão a respeito do conceito de estrutura na Antropologia, estabelecendo suas relações e influências. Do ponto de vista de nossa análise, entendemos que o conceito de estrutura é polissêmico, possuindo uma variedade de noções e interpretações de acordo com correntes conceituais ou áreas científicas. Desta forma, o conceito é melhor desenvolvido e compreendido nas relações de diferença que estabelece em um campo de saber. Este artigo surge a partir da nossa percepção pessoal de que muitas vezes nossos colegas de graduação enfrentam dificuldades em compreender as diferenças teóricas entre os autores do estruturalismo. Queremos abordar esse assunto de forma mais pessoal, voltada especificamente para estudantes universitários, a fim de ajudá-los a conceituar e definir de maneira mais clara o conceito de estrutura. Nesse artigo usaremos como foco de análise o debate que se deu entre Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss, onde o que estava em disputa era o que, na Antropologia, é o conceito de estrutura.

Palavras-Chave: estrutura; Lévi-Strauss; Radcliffe-Brown; teoria antropológica.

ABSTRACT

The concept of structure is vital to Western philosophical and scientific thought. Therefore, our goal is to initiate a reflection on the concept of structure in Anthropology, establishing its relationships and influences. From our analysis standpoint, we understand that the concept of structure is polysemic, encompassing a variety of notions and interpretations according to conceptual frameworks or scientific fields. Thus, the concept is best developed and understood within the differential relationships it establishes within a field of knowledge. This article arises from our personal perception that many times our undergraduate colleagues face difficulties in comprehending the theoretical differences among structuralist authors. We aim to address this subject in a more personal manner, specifically targeting university students, in order to assist them in conceptualizing and defining the concept of structure more clearly. In this article, we will focus our analysis on the debate between Radcliffe-Brown and Lévi-Strauss, where the dispute revolved around what the concept of structure represents within Anthropology.

Keywords: structure; Levi-Strauss; Radcliffe-Brown; anthropological theory.

* Bacharel (2016) e mestre (2018) em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); estudante de licenciatura em história pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Pesquisador do Cosmopolíticas - Núcleo de Antropologia/UFF. Os principais interesses de pesquisa são: teoria social, ensino e aprendizagem, movimentos sociais, memória e sociedade, cultura, arte e política. Contato: joagabrielramos@hotmail.com

** Possui graduação e mestrado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), onde atuou como pesquisador, vinculado ao Núcleo de Antropologia das Artes, Rituais e Sociabilidades Urbanas (NARUA/UFF), ao Cosmopolíticas e ao Laboratório do Filme Etnográfico (ICHF/UFF). Além disso, é especialista em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e possui graduação em Cinema pela Universidade Estácio de Sá (2010). Contato: diegotav88@gmail.com

Artigo Recebido em: 23/10/2019. Aceito em 14/06/2023.

Revista Idealogando, Recife, v. 6, n. 1, p. 75-93, 2022, Universidade Federal de Pernambuco. E-ISSN:2526-3552



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 1940, o conceito de estrutura começou a desempenhar um papel de destaque no pensamento teórico-científico do Ocidente. Diversas disciplinas, como a linguística de Saussure e Jakobson, o método de análise histórica de Vernant, a categoria de longa duração de Braudel e a psicanálise de Lacan, foram profundamente influenciadas por essa noção, gerando debates intensos no meio científico da época. Na área da antropologia, especificamente, essa disputa se deu entre Alfred Radcliffe-Brown, representante do estrutural-funcionalismo britânico, e Claude Lévi-Strauss, que carregava consigo uma síntese criativa da tradição da Escola Sociológica Francesa e do culturalismo boasiano. Para ambos, o conceito de estrutura desempenhou um papel vital no desenvolvimento de suas pesquisas. É fato que Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss trouxeram abordagens distintas ao conceito de estrutura. O primeiro enfatizava a importância da estrutura social na organização e funcionamento das sociedades humanas. Para ele, as estruturas sociais eram como sistemas integrados, nos quais os elementos se relacionam de maneira interdependente para manter a ordem e a estabilidade. Por sua vez, Lévi-Strauss, influenciado pela linguística estrutural, ampliou o escopo do conceito de estrutura para além do domínio social. Ele propôs uma visão mais abrangente, em que as estruturas eram entendidas como padrões universais subjacentes às normas conscientes. Para Lévi-Strauss, a estrutura era uma forma de pensamento que se manifestava nas estruturas linguísticas, mitológicas e parentais, revelando regularidades e relações subjacentes.

Revista Idealogando, Recife, v. 6, n. 1, p. 75-93, 2022, Universidade Federal de Pernambuco. E-ISSN: 2526-35



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Ambos os antropólogos reconheceram a importância do conceito de estrutura em suas pesquisas. Suas abordagens influenciaram significativamente o campo da antropologia e abriram novas perspectivas para o estudo das sociedades e culturas humanas, além de proporcionar insights importantes para análises comparativas e compreensão das diferenças e semelhanças entre as sociedades humanas¹. Antes de entrarmos nas particularidades entre esses importantes antropólogos é necessário, mesmo que de maneira breve e direta, oferecer ao leitor o objetivo central do nosso trabalho exposto aqui neste artigo. A reflexão aqui apresentada busca, em última instância, contribuir com o ensino de antropologia no nível superior, principalmente em curso cuja matriz curricular não contempla, de maneira ampla, a história dos debates teóricos circunscritos à antropologia. Em razão disso, não é difícil encontrar graduandos e pós-graduandos da pedagogia, psicologia, história e filosofia que se enganam e/ou, com frequência, confundem as diferentes perspectivas teóricas sobre a noção de estrutura em antropologia. Assim sendo, temos consciência de que este artigo cumpre a função pedagógica de tornar o ensino dessa importante noção teórica em antropologia melhor, ajudando a conceitualizar e a definir a noção de estrutura de forma didática.

Dito isso, quando se fala do conceito de estrutura na grande área das ciências sociais, é comum associá-lo, de forma direta, a Lévi-Strauss, considerado o expoente máximo do Estruturalismo na Antropologia. Lévi-Strauss desenvolveu seu conceito de estrutura nos artigos de sua famosa obra "Antropologia Estrutural", publicada em 1958, que compila artigos que, segundo o autor, "parecem apropriados para esclarecer o método estrutural em antropologia" (LÉVI-STRAUSS, 2014, p. 14). No entanto, é importante destacar que a noção de estrutura não é nova na história da disciplina. Antes mesmo de Lévi-Strauss publicar sua obra, havia outra corrente de pensamento na qual o conceito de estrutura também desempenhava um papel central: o

¹ Assim, o contexto nos quais os conceitos são criados pode servir para entender seus usos políticos. É de conhecimento geral, a relação entre a antropologia e o colonialismo. Isso nos leva a pensar em que medida o conceito de estrutura tal qual defendido por Radcliffe-Brown serviu aos ditames coloniais sobre os povos de África, embora ele tenha afirmado, até o fim da vida, que "a missão do antropólogo era simplesmente a de fornecer uma avaliação científica da situação que o administrador enfrentava, ele não deveria tentar defender esta ou aquela política em particular." (KUPER, 1973, p. 62-63).

Estrutural-Funcionalismo. Em 1953, no livro intitulado "Estrutura e Função na Sociedade Primitiva", lançado três anos antes de sua morte, Radcliffe-Brown apresenta sua própria noção desse conceito. Portanto, o objetivo deste artigo é iniciar uma reflexão sobre o conceito de estrutura na antropologia, estabelecendo suas relações e influências. Entendemos que o conceito de estrutura é polissêmico, possuindo uma variedade de noções e interpretações de acordo com correntes conceituais ou áreas científicas. Assim, a compreensão aprofundada deste conceito está intrinsecamente ligada às diferenças que ele estabelece em um campo de saber. Neste artigo, concentramos nossa análise no debate entre Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss, que se deu em torno do conceito de estrutura na antropologia. Não temos a intenção de julgar ou defender uma corrente de pensamento específica, mas sim de examinar a noção de estrutura conforme defendida por ambos os autores. Agora, é fato que nos apropriamos das críticas de Lévi-Strauss ao Radcliffe-Brown, mas isso não quer dizer que incorporamos tal crítica. O que fizemos se justifica por uma razão de exposição didática sobre o tema, pois, em parte, o método de exposição do antropólogo francês sobre a sua noção de estrutura, passa por uma leitura crítica do entendimento de estrutura presente na obra de Radcliffe-Brown. O que queremos, em última análise, é fornecer aos leitores uma análise honesta e esclarecedora desse debate significativo, explorando as diferentes perspectivas e contribuições de Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss para o entendimento do conceito de estrutura na antropologia. Ao fazer isso, esperamos estimular a reflexão crítica e aprofundada sobre a evolução e as nuances desse importante conceito nas ciências sociais.

A QUESTÃO DOS MODELOS EXPLICATIVOS

A questão dos modelos explicativos percorre o pensamento científico das décadas de 1930 e 1940 nas ciências humanas e sociais, defendendo a construção de modelos como meio principal de produção de conhecimento. Conforme apontado por Bastiste (1971), antes mesmo do estruturalismo ganhar destaque no meio científico, a ideia de estrutura já estava associada à construção de modelos: "Essas 'estruturas sociais' devem ser compreendidas como

‘imagens ideais’ que representam organizações empíricas. Diante dos debates sobre a representação do real nas ciências, no contexto dos estudos antropológicos, uma estrutura pode ser percebida de duas formas distintas: primeiro como sistema das relações ou interações sociais observáveis e outro como estrutura subjacente às normas mentais conscientes. Em suma, para citar diretamente os teóricos que são tema deste artigo, de um lado a estrutura é uma “(...) rede de relações realmente existentes” (RADCLIFFE-BROWN, 2013, p. 170) e, de outro “o conjunto dessas estruturas formaria o que chamamos de inconsciente” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 289)².

Radcliffe Brown faz parte do primeiro tipo. Era influenciado pela filosofia do organismo de Whitehead³ e, principalmente, pela sociologia de Durkheim. Este último, de modo geral, assentava seu modelo explicativo no paradigma da biologia de George Cuvier⁴. Isso porque, há em Durkheim a lógica de que a sociedade se estrutura em partes que só podem formar um número limitado de combinações. Assim, para Durkheim existem espécies sociais, isto é, sociedades ou sujeitos, tal qual existem espécies de seres vivos. Tal afirmação ressoa forte em Radcliffe Brown, que propõe em seus estudos uma classificação taxonômica das sociedades, vistas por ele como entidades auto-centradas compostas por elementos que as constituem.⁵ Desta forma, sua abordagem baseia-se na estrutura social e, principalmente, nas relações de parentesco.

Nesse contexto, “um ensaio preliminar de Durkheim que pronunciava o argumento de *Les Formes Elementaires de la Vie Religieuse*, causou um impacto

² Lévi-Strauss busca as realidades mais profundas, mas não no sentido psicanalítico de sub estruturas psíquicas. Sobre isso disse Lévi-Strauss: “O inconsciente (...) é sempre vazio. Ou mais precisamente, é tão alheio às imagens quanto o estômago aos alimentos que o atravessam. Órgão de função específica, limita-se a impor leis estruturais...” (Lévi-Strauss, 2008, p. 289).

³ Aqui no referimos ao filósofo e matemático britânico Alfred North Whitehead (1861-1947) que impactou diversas áreas do conhecimento, incluindo a filosofia, a lógica e a teoria dos processos. Suas ideias sobre a filosofia do organismo enfatizavam a importância do holismo e da interconexão de todos os eventos na criação da realidade, argumentando que todas as coisas estão interligadas e que as partes só podem ser compreendidas em relação ao todo.

⁴ George Cuvier (1769-1832) teve uma influência indireta nas ciências sociais e na antropologia por meio de suas contribuições para a biologia e a paleontologia. Seu trabalho na anatomia comparada e na classificação das espécies animais estabeleceu uma abordagem científica para entender as estruturas e as relações entre os organismos vivos. Essa abordagem taxonômica teve impacto no desenvolvimento de metodologias de análise e classificação também na antropologia. No contexto da antropologia, as ideias de Cuvier foram incorporadas e adaptadas por estudiosos posteriores. Sua visão de que os organismos são compostos por partes interdependentes e que a estrutura está adaptada à função influenciou as noções de estrutura e função na antropologia social e cultural.

⁵ INGOLD, p.10 e mais especificamente a nota 4.

considerável na Inglaterra desse tempo.” (RADCLIFFE-BROWN 2013, p. 53). Ao ter contato com o pensamento emergente de Durkheim e de Mauss na Inglaterra, Radcliffe-Brown adere ao pensamento, fundamentalmente, de Durkheim: “a conversão oferecia método científico, a convicção de que a vida social era ordenada de forma sistemática, um certo desprendimento das paixões individuais, e um *panche* francês muito em voga na época” (Ibidem, p. 54). No ano de 1913, Radcliffe-Brown profere uma série de conferências que são admiradas por Durkheim. Após ler o programa dessas conferências, Durkheim escreveu à Radcliffe-Brown: “[Esta leitura] propiciou-me nova prova da compreensão que reina entre nós sobre a concepção geral da nossa ciência” (Ibidem, 54).

Antes de ingressar na antropologia, Radcliffe-Brown nutria o interesse de se dedicar aos estudos das ciências naturais, contudo em 1904, por influência de W. H. R. Rivers, influente antropólogo da época que estabeleceu o programa da Escola Social Britânica, Radcliffe-Brown volta o seu interesse para a antropologia se tornando o primeiro aluno de Rivers. Sobre isso comenta o historiador da disciplina Adam Kuper:

O desejo de Brown era fazer os exames de ciências naturais em Cambridge, mas seu diretor de estudos insistiu em que era preferível apresentar-se em Ciências Mentais e Morais. Entre seus professores estavam Myers e Rivers, ambos psicólogos e médicos e veteranos da Expedição do Estreito de Torres, o empreendimento pioneiro de Cambridge na área de pesquisa antropológica de campo. (...) (KUPER, 1978, p. 52)

No que diz respeito ao que chamamos de escola britânica, podemos dizer que, de fato, se Malinowski ficou conhecido por inaugurar o realismo nas pesquisas antropológicas por conta da sistematização do método etnográfico, foi por ter trazido o aparato conceitual da escola sociológica francesa para o interior da escola britânica, que Radcliffe-Brown é mais festejado. Sua abordagem teórica e sua ênfase nas estruturas sociais trouxeram contribuições significativas para a antropologia britânica.

Já Lévi-Strauss, e o movimento estruturalista por ele iniciado, dá importância às realidades infra-atômica, infra-fonema, às formas de pensamento e aos sistemas simbólicos. Na biologia, as influências de Lévi-Strauss se afastam consideravelmente da escola estrutural-funcionalista representada por

Radcliffe-Brown e que se inspirava em George Cuvier cujas teorias naturalistas não admitiam a mutabilidade dos seres e os pensava enquanto permanência⁶. O antropólogo francês deu destaque a obra do morfologista D'Arcy Thompson, que defendeu um programa que visava dar conta da diversidade das formas naturais a partir das transformações que as conectam⁷ (ALMEIDA, 1999). Nessa direção, os seres e as coisas não são formas imutáveis, mas são constituídas pelas relações que estabelecem⁸. Com Lévi-Strauss, conceito de estrutura ganha outras interpretações vindas, principalmente da matemática e da linguística. Quando se fala no estruturalismo de Lévi-Strauss, se evoca de pronto a influência do linguista Saussure através dos seminários de Roman Jakobson, tal encontro teria fornecido os elementos básicos para o nascimento da antropologia estrutural. No entanto, por muito tempo tem sido negligenciado as influências das ciências naturais, assim como da matemática na obra do antropólogo francês⁹.

Da matemática, as influências vêm da Cibernética, do livro de Norbert Wiener¹⁰, de onde Lévi-Strauss tirou sua importante caracterização da diferença entre modelos mecânicos e modelos estatísticos. Wiener desenvolveu a teoria cibernética, que se ocupava do estudo dos sistemas de controle e comunicação em seres vivos e máquinas. Lévi-Strauss, ao estudar as estruturas sociais e culturais, encontrou inspiração na obra de Wiener para formular uma importante caracterização da diferença entre modelos mecânicos e modelos estatísticos. Essa distinção foi fundamental para a compreensão das estruturas simbólicas e das relações entre os elementos culturais nas sociedades humanas.

⁶ Daí o fato de que para Radcliffe-Brown a forma estrutural tende à continuidade pensada enquanto uma "(...) estrutura orgânica do corpo vivo" (RADCLIFFE-BROWN, 2013, p. 172).

⁷ Aliás, a influência do naturalista Darcy Thompson é primordial, mais do que a linguística e a matemática, para a elaboração do conceito de transformação, noção fundamental na obra do autor quando se trata dos mitos: "(...) o ponto é reafirmado pelo autor a noção não lhe veio nem da lógica nem da linguística mas do grande naturalista D'arcy Thompson (...) A transformação torna-se então uma operação estética e dinâmica, não mais lógica e estética". (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 235). Além disso, temos entendimento de que, na formação da imagem do pensamento, Lévi-Strauss encontrou influências no marxismo, psicanálise e geologia. Sobre a relação entre marxismo e antropologia procurar pelos trabalhos de Louis Althusser, Nauro Almeida e Lucas Álveres.

⁸ "Um organismo é uma coisa tão complexa e um fenómeno de crescimento tão complexo que, para que o crescimento seja tão uniforme e constante em todas as partes que mantenha toda a forma inalterada, seria de facto uma circunstância improvável e incomum. As taxas variam, as proporções mudam e toda a configuração se altera de acordo" (CAMERON, 2012, p. 7).

⁹ Para uma discussão sobre isso ver Almeida (2009).

¹⁰ Trata-se do importante *Cybernetics: Or Control and Communication in the Animal and the Machine* (1948).

Lévi-Strauss, em seu trabalho antropológico, utilizou a distinção entre modelos mecânicos e modelos estatísticos, baseada nas ideias de Wiener, para compreender as regularidades e variações nas práticas culturais e nas relações sociais.

A teoria dos jogos, desenvolvida pelo matemático John Von Neumann e pelo economista Oskar Morgenstern na década de 1940, trouxe contribuições significativas para a compreensão das interações sociais e tomadas de decisão. Essa teoria, que envolve a análise estratégica de situações de conflito e cooperação, baseia-se na análise matemática dos jogos disputados por dois ou mais jogadores. Essa abordagem, que se originou nos estudos matemáticos, encontra uma semelhança interessante na distinção proposta por Lévi-Strauss entre a troca restrita (envolvendo apenas duas partes) e a troca generalizada (envolvendo múltiplas partes), conceitos fundamentais para a compreensão das Estruturas Elementares do Parentesco. Lévi-Strauss utilizou esses conceitos para analisar as formas de reciprocidade e alianças presentes nas relações sociais e nos sistemas de parentesco em diferentes sociedades.

Ao restabelecer o quadro conceitual do pensamento científico da época, fica mais claro compreender de onde derivam os modelos pelos quais a generalização antropológica pode ser feita para ambos os autores. No entanto não é sem ironia que, ao descrever o impacto da obra destes dois pensadores, Leach conclui que ao passo que Lévi-Strauss foi alçado a figura de um grande matemático, ao Radcliffe-Brown restou apenas a singela figura de “caçador de borboletas” (LEACH, 1973).

O CONCEITO DE ESTRUTURA:

Em 1935, ao realizar comentários sobre uma conferência que havia participado, Radcliffe-Brown se dedica a elucidar o que pensava a respeito do conceito de função:

O conceito de função aplicado a sociedades humanas baseia-se na analogia entre vida social e vida orgânica. O reconhecimento da analogia e de algumas de suas implicações não é novo. No século XIX, analogia, conceito de função e a própria palavra aparecem frequentemente na filosofia social e na sociologia. Tanto quanto sei, a primeira formulação sistemática aplicada ao

estudo estritamente científico da sociedade foi a de Émile Durkheim, em 1895 (*Règles de la méthode sociologique*) que toda tentativa de aplicar o conceito de função em ciências sociais implica a suposição de que há condições necessárias de existência para as sociedades humanas, do mesmo modo que as há para organismo animais, e que elas podem ser descobertas pela pesquisa científica adequada. (RADCLIFFE-BROWN, 2013, p. 161)

Pensando a sociedade com certas analogias¹¹ entre a vida social e a vida orgânica, em sua antropologia, Radcliffe-Brown caracterizava-se pela busca de princípios comuns entre as estruturas sociais, objetivando a compreensão da função exercida por determinada instituição na manutenção da harmonia social. Segundo o autor: “como a palavra está sendo empregada aqui, a vida do organismo é concebida como funcionamento de sua estrutura. É mediante a continuidade do funcionamento que a continuidade da estrutura se mantém” (Ibidem, 162), Seguindo nessa lógica, entende-se que as instituições sociais promovem a ação do sujeito social sempre em conformidade com as necessidades da sociedade. Tais ações são oferecidas ao indivíduo a partir de uma construção social, ou seja, o sujeito social é expressão da estrutura social, à medida que reproduz e segue as leis e normas morais que contribuem para que a sociedade permaneça em equilíbrio.

Radcliffe-Brown, podemos argumentar, está interessado em identificar e compreender as estruturas sociais empíricas que compõem a sociedade em um todo ordenado e em equilíbrio. Sendo que os indivíduos possuem importância fundamental na expressão dessas estruturas sociais, pois ocupam uma determinada função na reprodução da estrutura. Seguindo nessa lógica, argumenta o autor:

Os seres humanos individuais, unidades essenciais neste caso, estão relacionados por uma série definida de relações sociais num todo integrado. (...) A continuidade da estrutura social é mantida pelo processo da vida social, que consiste de atividades e interações dos seres humanos como indivíduos, e dos grupos organizados nos quais estão unidos. A vida social da comunidade é definida como o *funcionamento* da estrutura social. A *função* de qualquer atividade periódica, tal como a punição de um crime, ou uma cerimônia fúnebre, é a parte que ela desempenha na vida social como um todo e, portanto, a contribuição que faz para a

¹¹ Sobre essas analogias afirma: “como todas as analogias isto deve ser feito com cautela” (RADCLIFFE-BROWN, 2013, p. 161).

manutenção da continuidade estrutural. O conceito de função tal como é aqui definido implica, pois, a noção de uma *estrutura* constituída de uma *série de relações* entre *entidades*, sendo mantida a *continuidade* da estrutura por um *processo vital constituído* das *atividades* das unidades integrantes. (Ibidem, p. 163 grifos do autor).

Apoiado em sua teoria, Radcliffe-Brown estava interessado em estudar as instituições sociais que mantêm a sociedade em harmonia. Sendo que a sociedade é formada por estruturas sociais e pelas instituições. Nesse sentido, a estrutura é o que existe na realidade empírica, são elas que fazem os indivíduos agirem de uma determinada maneira o que, por sua vez, é determinada pelas instituições. Radcliffe-Brown concebia a sociedade como um conjunto de instituições sociais, compostas por indivíduos, e as relações entre eles e as instituições são cruciais para identificar as estruturas sociais que constituem uma determinada sociedade. A função desempenha um papel essencial na manutenção e continuidade das estruturas sociais na realidade empírica, sendo um conceito igualmente importante para Radcliffe-Brown. A relação entre estrutura e função foi um dos pontos centrais do pensamento de Radcliffe-Brown. Essa abordagem antropológica ficou conhecida como "estrutural-funcionalismo", refletindo a ênfase na interdependência entre os elementos sociais e a função que desempenham na sociedade.

Em 1940, Radcliffe-Brown realizou um discurso na *Royal Anthropological Institute* intitulada "Sobre a estrutura social". É principalmente nesse discurso que Radcliffe-Brown vai enunciar de maneira clara o sentido teórico elaborado por ele e ao fazer isso explicita também o que ele pensa sobre a antropologia enquanto ciência: "Concebo a antropologia social como a ciência teórico-natural da sociedade humana, isto é, a investigação dos fenômenos por métodos essencialmente semelhantes aos empregados nas ciências físicas e biológicas." (*Ibid.*, p. 170).

Há na antropologia de Radcliffe-Brown o profundo desejo de instituí-la enquanto disciplina exata e para isso, seria necessário criar um campo de problemas que lhe seja próprio. Neste discurso de 1940, o autor empreende um impulso na tentativa de determinar, de um modo generalizante, o sentido que a antropologia deveria adotar para o conceito de estrutura com o intuito de que a antropologia avance enquanto ciência. Diz ele:

Estou ciente, com efeito, que o termo “estrutura social” é empregado em muitos sentidos diferentes, alguns deles muito vagos. Isto é infelizmente verdade quanto a muitos outros termos em geral usados pelos antropólogos. (...) Tem-se, portanto, que escolher para si mesma, para certos termos, definições que pareçam as mais convenientes para fins de análise científica. (*Ibid.*, p. 171).

Assim, para Radcliffe-Brown a estrutura social diz respeito a relações sociais realmente existentes na realidade empírica de determinada sociedade, sendo relações sociais definidas como: (...) relação social entre dois ou mais organismos individualmente quando há certo ajuste de seus respectivos interesses, pela convergência de interesse, (*Ibid.*, p. 178). É pelas relações entre indivíduos, que a estrutura social é exposta e se abre para possibilidade de compreender a maneira pela qual tal estrutura mantém a existência, continuidade e equilíbrio de uma determinada sociedade. As próprias pessoas, enquanto organismos vivos em uma rede de relações, produzem efeitos na realidade que demonstram e expõem a estrutura social. Deste modo, “no estudo da estrutura social a realidade concreta de que estamos tratando é uma série de relações realmente existentes, em dado lapso de tempo, que agrupa certos seres humanos. É nisto que podemos fazer observações diretas” (*Ibid.*, p. 172).

A estrutura social, para esse autor, corresponde, fundamentalmente, a fenômenos de relações sociais concretas, isto é, “são todos, de um modo ou de outro, relacionados com a existência de estruturas sociais, neles implicados ou resultantes deles. As estruturas sociais são tão reais quanto os organismos individuais”. (*Ibid.*, p. 172). A estrutura social é aquilo que se extrai ao observar as dinâmicas de laços e redes de relações das pessoas de uma determinada sociedade. Ao empreender essa observação o pesquisador será capaz de compreender a forma estrutural que sustenta o equilíbrio, continuidade e dinâmica da sociedade, pensada esta, enquanto uma “(...) estrutura orgânica do corpo vivo” (*Ibid.*, p. 172). Com o intuito de estabelecer uma nova lógica a respeito do conceito de estrutura na antropologia, Lévi-Strauss conduziu uma série de críticas ao conceito tal como tecido por Radcliffe-Brown. O capítulo XV do Antropologia Estrutural chamado “A noção de estrutura em etnologia” de 1952 é um dos principais artigos onde Lévi-Strauss vai apresentar e explicar a sua noção de estrutura. Logo em suas primeiras páginas, Lévi-Strauss diz que: “esse

texto trata diretamente da suposta ‘estrutura da personalidade de base’, mas implica uma crítica radical que põe em causa a própria utilização da noção de estrutura em antropologia” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 399).

Assim, como dito pelo antropólogo francês “o termo ‘estrutura’ evoca de imediato o nome de A.R. Radcliffe-Brown” (Ibidem, p. 434). No entanto, de forma diferente de Radcliffe-Brown, a estrutura não diz respeito a uma realidade empírica e sim a modelos constituídos a partir dessa mesma realidade. Para Lévi-Strauss “(...) as coisas raramente são tão simples quanto parecem (*Ibid.*, 419)”, em última instância, o principal ponto de distanciamento do conceito de estrutura de Lévi-Strauss para o conceito de estrutura de Radcliffe-Brown é de que, para o antropólogo francês estrutura diz respeito a modelos inconsciente enquanto, para o antropólogo britânico estrutura diz respeito a relações sociais observáveis. Essa diferença é fundamental. Ao propor como princípio fundamental que estrutura não diz respeito à realidade empírica e sim aos modelos construídos a partir dela, Lévi-Strauss amplia o horizonte analítico do conceito de estrutura. A partir desse pensamento, o conceito de estrutura levistraussiano não diz respeito somente a relações sociais e sim a algo que deriva dele, que é subjacente a essas relações. Isto é, as relações sociais são o ponto de partida para uma reflexão profunda a respeito de determinada sociedade e não, ela mesma, a reflexão. Para Lévi-Strauss as relações sociais, quando observadas e descritas por um etnólogo, é o ponto inicial de onde devem ser extraídos os modelos que possibilitam o entendimento da estrutura. Nesse sentido, as estruturas não se reduzem a relações sociais empíricas de uma sociedade, uma vez que é dessas relações sociais que se extrai a verdadeira estrutura social, em forma de modelo inconsciente.

Seguindo nessa lógica de pensamento defendida por Lévi-Strauss, o plano das relações empíricas, de certa forma, diz respeito a expressões de fenômenos conscientes. Nesse ponto argumenta o autor: os modelos consciente – geralmente chamados de ‘normas’ – estão entre os mais pobres de todos, em razão da sua função, que é perpetuar crenças e costumes em vez de expor os mecanismos deste (Lévi-Strauss, 2008) e complementa:

A análise estrutural se depara, por isso, com uma situação paradoxal, bem conhecida pelos linguistas: quanto mais clara for

a estrutura aparente, mais difícil será captar a estrutura profunda, devido aos modelos conscientes e deformados que se interpõem como obstáculos entre o observador e seu objeto (*Ibid.*, p. 403-404).

Dentro dessa lógica, Lévi-Strauss aponta que o pensamento teórico de Radcliffe-Brown tenta dar conta de explicar as relações aparentes, suas normas, sua função, mas é incapaz de pensar e de identificar o modelo que há por trás dessas relações sociais. Em perspectiva com o pensamento de Lévi-Strauss, a noção de estrutura de Radcliffe-Brown se encerra na metade do caminho, “determinada relação social (...) só existe como parte de ampla rede de relações sociais, implicando muitas outras pessoas, e é esta rede que considero objeto de investigações”. (RADCLIFFE-BROWN, 2013, 171). Ao dar ênfase na função e nas relações sociais, o antropólogo britânico perde de vista a questão: “o que há por trás das relações sociais empíricas?” Questão que, de certa forma, Lévi-Strauss tentou responder durante quase toda a sua trajetória de pensamento. Talvez nesse pequeno trecho de Radcliffe-Brown ajude-nos a demonstrar esse fato:

No estudo da estrutura social a realidade concreta que estamos tratando é uma série de relações realmente existentes, em dado lapso de tempo, que agrupa certos seres humanos. É nisto que podemos fazer observações diretas. Mas não é isto que pretendo descrever em sua particularidade. A ciência (diferentemente da história ou da biografia) não se interessa pelo particular, peculiar, mas apenas pelo geral, pelas espécies, pelos fatos que se repetem (*Ibidem*, p. 172).

Na perspectiva de Lévi-Strauss esse interesse de descrição dos fatos que se repetem por Radcliffe-Brown é uma descrição limitada, pois não compara modelos inconscientes. Em última instância, podemos dizer que Radcliffe-Brown extrai o modelo, mas não os analisa. Nesse sentido, para Lévi-Strauss “a tarefa do estruturalista é identificar e isolar os níveis de realidade que possuem um valor estratégico a partir da perspectiva em que ele se coloca, isto é, que podem ser representados na forma de modelos, qualquer que seja a natureza destes últimos” (LÉVI-STRAUSS, p. 407), dentro desse argumento, continua o autor: (...) nossas investigações têm apenas um interesse: construir modelos cujas propriedades formais sejam, do ponto de vista da comparação e da explicação,

redutíveis às propriedades de outros modelos, ligados, por sua vez, a níveis estratégicos diferentes (*Ibidem*, p. 409).

Lévi-Strauss postula que uma sociedade é composta por indivíduos que se comunicam entre si, e esse processo de comunicação ocorre por meio de três modos fundamentais: a comunicação de mulheres, a comunicação de bens e a comunicação de mensagens (*Ibid.*, p. 426). Dessa maneira, é nos estudos de parentesco que a noção de estrutura se destaca como o principal contexto em que ambos os autores colocam à prova a capacidade analítica de suas teorias estruturais (*Ibid.*, p. 399). Portanto, é nesse campo específico que a compreensão e análise da estrutura se evidenciam. Diante disso, mapeamos como o conceito de estrutura aparece nos estudos sobre os parentes.

ESTUDO DE CASO: OS SISTEMAS DE PARENTESCO

Radcliffe-Brown, em um de seus textos dedicados ao parentesco afirma que um sistema de parentesco é “(...) em primeiro lugar um sistema de relações díades entre pessoa e pessoa numa comunidade, sendo a conduta de duas pessoas em qualquer dessas relações regulada de algum modo, e, em maior ou menor grau, pelo costume social” (RADCLIFFE-BROWN, 2013, p. 52). Assim, o foco de análise nos estudos do parentesco em Radcliffe-Brown parte da unidade familiar que ele chama de “família elementar”: “(...) que consiste de um homem e sua esposa, e seu filho ou filhos, vivam eles juntos ou não. Um casal sem filhos, no presente caso, não constitui uma família” (*Ibidem*, p. 51). Prossegue expondo seu entendimento sobre “família elementar”: “A existência da família elementar cria três tipos especiais de relacionamento social: entre pais e filhos, entre filhos e os mesmos pais (*siblings*), e entre marido e mulher como pais do mesmo filho ou filhos” (*Ibid.*, p. 51). A família elementar é a primeira de três ordens de relação que juntas compõem o sistema de parentesco, nesse sentido a segunda ordem: “(...) são aquelas que dependem da conexão de duas famílias elementares através de um membro em comum (...)”, já a terceira ordem “(...) estão filho do irmão da mãe, irmã da esposa e assim por diante” (*Ibid.*, p. 51).

Radcliffe-Brown identificou padrões complexos de relações e interações entre os membros de uma comunidade. Ele argumentava que o parentesco não

era apenas uma questão de laços sanguíneos, mas também envolvia uma rede intrincada de obrigações e direitos entre os indivíduos. Desta forma, Radcliffe-Brown, acredita que ao observar esse agregado de relações será possível identificar uma determinada estrutura social imutável, que define as regras e a conduta dos indivíduos de uma determinada sociedade. Isto é, ao observar, descrever e compreender o sistema de parentesco nos termos das relações empíricas será possível identificar uma estrutura social. Isso mesmo em uma análise retroativa e genealógica do parentesco. Dentro dessa lógica, Radcliffe-Brown pensa o sistema de parentesco como relações sociais definidas em termos de continuidade e imutabilidade de uma estrutura social empírica.

Radcliffe-Brown sempre foi fiel às suas inspirações naturalistas. Ao investigar as regras e normas que governam o parentesco, buscava entender como essas relações se organizam e contribuem para a coesão social de uma determinada sociedade. Ele argumentava que era nesse contexto que as estruturas sociais se tornavam evidentes, uma vez que as relações de parentesco eram fundamentais para a organização e reprodução da vida social. A partir da sua análise estrutural-funcionalista, aponta para uma conexão entre a vida biológica e a vida social. Sobre isso, disse Lévi-Strauss: “[Para Radcliffe-Brown] A noção de estrutura se lhe apresenta como um conceito intermediário entre antropologia e biologia: Existe uma analogia verdadeira entre estrutura orgânica e estrutura social” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 436). Nesta perspectiva, o antropólogo britânico não se afastaria de uma visão do parentesco pensado como relações sociais de unidade biológicas consanguíneas: “pai, mãe e filho”.

Lévi-Strauss, no entanto, se afasta da noção de estrutura como dimensão biológica tal como mobilizada por Radcliffe-Brown e se aproxima da teoria da comunicação. Nesse sentido, argumenta o antropólogo francês:

(...) longe de elevar o nível dos estudos de parentesco à teoria da comunicação, como propus, Radcliffe-Brown o reduz ao da morfologia e da fisiologia descritiva. Permanece, desse modo, fiel à inspiração naturalista da escola inglesa (Ibidem, p. 436).

Desta forma, Lévi-Strauss promove uma desnaturalização da ideia de família como unidade biológica, deslocando o foco da família para o próprio sistema de parentesco em si. Para o antropólogo, que considerava

Radcliffe-Brown um “observador, analista e classificador incomparável”, mas decepcionante “quando se apresenta como teórico” (Lévi-Strauss, 2008, p. 438) as análises estrutural-funcionalista não faziam avançar na compreensão profunda sobre o que é o Homem. Para avançar como ciência, a antropologia deveria olhar para as ciências vizinhas. Isso foi possível através da revolução do método fonológico mobilizado por Lévi-Strauss A linguística estrutural, adaptada de forma criativa por Lévi-Strauss na antropologia, representou uma quebra do paradigma da representação utilizado até então nas análises do parentesco. O paradigma clássico da representação se baseia na lógica da identidade, onde os termos se adequam às coisas. Desta forma, $A = A$ e $B = B$ sendo $A \neq B$. Desta forma, de acordo com Lévi-Strauss:

Para Radcliffe-Brown, uma correspondência termo a termo se verifica entre o que poderíamos chamar de sistema de atitudes e de sistema terminológico. Cada termo de parentesco corresponderia a um comportamento prescrito, positivo ou negativo, e cada comportamento diferencial seria conotado por um termo (Ibidem, p. 447).

O método estrutural de Lévi-Strauss, porém, se baseia no paradigma da relação, assim as coisas não tem uma essência que se adequaria a uma forma, elas se compõem das relações que estabelecem. “O erro da sociologia tradicional, ou da linguística tradicional é de ter considerado os termos, e não as relações entre os termos” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 64). Desta forma, a postura não é de definir os elementos mas relacioná-los, fazendo surgir uma definição relacional do parentesco: “Assim, o que é de fato elementar, não são as famílias, estes termos isolados, mas sim as relações entre esses termos (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 85). Nesse sentido, (...) na formulação de Lévi-Strauss não há um sistema triangular de relações, mas quadrangular: entre marido e mulher, pai e filho, irmão e irmã e tio materno e sobrinho” (SARTI, 1999, p. 36-37). Lévi-Strauss percebeu que a estrutura do parentesco revela estruturas subjacentes que vão além das relações familiares imediatas. Ele argumentava que os sistemas de parentesco não eram apenas arranjos aleatórios de laços familiares, mas sim modelos simbólicos que refletem princípios profundos de organização social.

Radcliffe-Brown, por dar total ênfase às relações empíricas, deixa de lado o que se passa subjacente às normas conscientes. Lévi-Strauss, por ter total interesse nas realidades lógicas dos elementos diferenciais, que atravessam a ordem social, apreende a relação de parentesco em termos relacionais. Ao invés de pensar a unidade familiar como unidades triangulares (mãe, pai e filho) como pensa Radcliffe-Brown, o antropólogo francês introduz uma outra lógica nos estudos de parentesco. Lévi-Strauss analisou os modelos inconscientes das relações familiares, dando um passo a mais que Radcliffe-Brown, ao mostrar que a família elementar não se fecha em uma relação de consanguinidade. Assim sendo, em Lévi-Strauss é unidade quadricular (pai mãe, filho e tio materno) a forma mais elementar, poderia-se dizer atômica de todo o sistema de parentesco. Em suma, Radcliffe-Brown não pensou e nem analisou o parentesco e o tabu do incesto como uma lei social, mas como uma lei natural. Neste sentido, para o antropólogo britânico, o parentesco é uma das instituições que compõem uma estrutura social ordenada e em continuidade. Para Lévi-Strauss, o parentesco é ponto de fundação da sociedade, isto é, o parentesco como teoria social geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da história da formação da antropologia moderna, Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss são figuras de extrema relevância quando se trata do estruturalismo nas ciências sociais. Ambos são considerados fundadores de escolas de pensamento e protagonistas de um intenso debate conceitual no campo da antropologia. Ao longo do tempo desse importante debate crítico entre os autores e seus discípulos, o conceito de estrutura adquiriu diferentes formas e significados. Cada um desses pensadores buscou abordar a estrutura de maneiras distintas: Radcliffe-Brown focou nas semelhanças anatômicas das estruturas sociais, como um colecionador de borboletas que comparava diferentes sociedades. Por outro lado, Lévi-Strauss foi considerado o “matemático” interessado na lógica subjacente dos elementos, buscando compreender os elementos que formam a essência do ser humano.

Defendemos também a ideia de que foi nos estudos de parentesco que a compreensão e análise do conceito de estrutura se deu de forma mais clara. Ao

investigar as regras e normas que governam o parentesco, Radcliffe-Brown buscava entender como essas relações se organizam e contribuem para a coesão social de uma determinada sociedade. Ele argumentava que era nesse contexto que as estruturas sociais se tornavam evidentes, uma vez que as relações de parentesco eram fundamentais para a organização e reprodução da vida social. Os estudos de parentesco ofereciam uma oportunidade de observar como as estruturas se manifestavam e se adaptavam às transformações sociais, revelando assim os mecanismos pelos quais a sociedade se mantinha em harmonia. Lévi-Strauss percebeu que eles revelam estruturas subjacentes que vão além das relações familiares imediatas. Ele argumentava que os sistemas de parentesco não eram apenas arranjos aleatórios de laços familiares, mas sim modelos simbólicos que refletem princípios profundos de organização social. Lévi-Strauss identificou elementos estruturais, como a troca de mulheres, as alianças matrimoniais e as regras de filiação, que se repetem em diferentes sociedades e têm implicações significativas para a compreensão da estrutura social como um todo. Ele propôs a análise desses elementos como parte de um sistema simbólico mais amplo, que revela a lógica subjacente das relações sociais.

“No longo prazo, todo pensador celebre pode estar certo de duas coisas – de morrer e de ser considerado superado” teria dito Marshall Sahlins a respeito da durabilidade dos conceitos e de seus pensadores. Diferentes autores recuperaram, reinterpretam ou refizeram o trabalho seminal de Radcliffe-Brown e de Lévi-Strauss enfrentando a tarefa de apontar para novas formas de fazer antropologia e de pensar o mundo. Assim, a obra destes dois pensadores continua viva para quem souber lê-las, produzindo novos conceitos e modelos analíticos. Afinal, como conclui Sahlins em seu raciocínio apresentado acima, “o bom é quando a primeira acontece antes da segunda”. Porém, se há alguma espécie de céu para os pensadores, o mesmo não se deve esperar dos conceitos, pois, como nos lembram Deleuze e Guattari: “Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados, ou antes, criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criaram” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 11).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro William. **Simetria e entropia**: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss. *Revista de Antropologia*, 42(1-2), 163-197, 1999.

BASTIDE, Roger. **Usos e sentidos do termos "estrutura" nas ciências humanas e sociais**. Editora da USP, São Paulo, 1971.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Introdução: Assim pois a questão..., **O Que é a Filosofia?**, Editora 34, São Paulo, 2010.

DOSSE, François. Introdução, **História do Estruturalismo: O campo do signo**. Editora Ensaio, São Paulo, 1993.

INGOLD, Tim. *Antropologia não é etnografia*, **Estar Vivo**. Editora Vozes, Petrópolis, 2015.

KUPER, Adam. Radcliffe-Brown. **Antropólogos e Antropologias**, Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1978.

LEACH, Edmund. **As idéias de Lévi-Strauss**. Editora da USP, São Paulo, 1970.

LÉVI-STRAUSS. Noção de Estrutura em Etnologia. **Antropologia Estrutural**, Cosac Naify, São Paulo, 2008.

_____. Análise estrutural em linguística e antropologia, **Antropologia Estrutural**, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1975.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estudos dos sistemas de parentesco, **Estrutura e função na sociedade primitiva**, Vozes, Petrópolis, 2013.

_____. Sobre o conceito de função, **Estrutura e função na sociedade primitiva**, Vozes, Petrópolis, 2013.

_____. Sobre estrutura social, **Estrutura e função na sociedade primitiva**, Vozes, Petrópolis, 2013.

SARTI, A. Cynthia. **"Deixarás o teu pai e a tua mãe"**: notas para uma discussão sobre Lévi-Strauss e a família, ANPOCS, 1999. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/23-encontro-anual-da-anpocs/gt-21/gt05-19/4917-csarti-deixaras/file>>.

COMUNIDADE CATU/RN: o diálogo político e etnicidade

CATU/RN COMMUNITY: the political dialogue and ethnicity

José Alberto da Silva*

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Karlla Christine Araújo Souza**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar as convergências em torno de elementos do “Diálogo Político e Etnicidade” presentes na comunidade indígena Catu, a partir de um processo histórico chamado antropologicamente de “etnogênese” que consiste na dinâmica cultural e política de grupos étnicos. A construção de um processo étnico aparece então articulada em ações individuais e coletivas, envolvidas no processo de legitimação das reivindicações indígenas. Procuramos identificar menções de interdependência entre liderança e comunidade, produzindo assim um estudo dos processos políticos gestados pelo fluxo de relações culturais, deste modo, a etnicidade é vista como uma construção dialógica presente na comunidade. A partir da interpretação etnográfica buscamos mapear as teias de relacionamentos entre os diversos agentes envolvidos no que denominamos “campo político”. Assim, mesclando elementos observados no campo, e aproximações teóricas sobre a organização política da comunidade, pretende-se levantar um discurso dialogado sobre a emergência étnica, apresentando no desenvolvimento as observações traçadas neste contexto e as ações dos nativos.

Palavras-chave: etnicidade; etnogênese; identidade; política.

ABSTRACT

The article aims to analyze the convergences around elements of the ‘Political Dialogue and Ethnicity’ present in the Catu indigenous community, based on a historical process anthropologically called ‘Ethnogenesis’, which consists of the cultural and political dynamics of ethnic groups. The construction of an ethnic process then appears articulated in individual and collective actions, involved in the process of legitimizing indigenous claims. We seek to identify mentions of interdependence between leadership and community, thus producing a study of the political processes generated by the flow of cultural relations. In this way, ethnicity is seen as a dialogical construction present in the community. From the ethnographic interpretation, we seek to map the webs of relationships between the various agents involved in what we call the ‘political field.’ Thus, mixing elements observed in the field and theoretical approaches to the political organization of the community, it is intended to raise a dialogued discourse on ethnic emergence, presenting in the development the observations outlined in this context and the actions of the natives.

Keywords: ethnicity; ethnogenesis; identity; policy.

* Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UERN). Contato: josebetojs@hotmail.com

** Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Contato: karlla_chris@yahoo.com.br

Artigo Recebido em: 18/12/2018. Aceito em 24/03/2024.



INTRODUÇÃO

A nova visibilidade obtida pelos povos indígenas nas últimas décadas faz com que os processos pelos quais eles passam sejam objeto de reflexão. Neste campo os estudos atuais valorizam a compreensão do campo político e etnicidade como produtos históricos que se alteram, conforme as interações dos povos indígenas entre si e com as sociedades envolventes, tal como se a verifica na comunidade Catu/RN, onde há existência de grupos e sujeitos específicos que se auto identificam indígenas. É pertinente considerar as especificidades e as complexas relações entre as diferentes instâncias de poder.

Como parte de estudo em tela, teremos trabalhado com o conceito “etnogênese” para além de todos os elementos expostos durante a pesquisa, destacamos o dinamismo inerente às estruturas sociais, uma vez que tais estruturas não atuam sobre agentes passivos, mas sobre sujeitos ativos, capazes de modificá-las de acordo com seus interesses políticos. Na medida em que a comunidade Catu supõe uma confrontação que envolve, ao mesmo tempo, a busca pelo fortalecimento de sua configuração política para torná-la viável e projetá-la no embate de novas lutas com ideais antigos aos povos indígenas, cada dia são mais complexas as formas de resistir e lutar, pois os confrontos se ampliaram, ao se sustentarem no imaginário social reforçado por projetos antagônicos de Estado.

Tais confrontos são muito mais difíceis de serem visibilizados do que a cruz e a espada já enfrentadas com tantas vidas. Mas neste movimento novas estratégias são criadas e atualizadas a fim de se fortalecerem contra a invasão de suas terras e suas vidas. Além de influir nas decisões que afetam seu próprio processo de afirmação étnica. A metodologia visa trabalhar com técnicas de pesquisa como entrevistas abertas e, observação participante, que são de natureza qualitativa e, portanto, mais adequadas para reconstituir o universo de participação política e o sistema de representação identitária dos informantes



desta comunidade e perceber como se interligam as diversas abordagens dos sujeitos que interagem no interior da comunidade Catu.

Nos interstícios desse movimento estratégico de política explícita, colocam-se os sujeitos silenciosos que agem segundo padrões rotineiros de comportamento, fazendo emergir, quando o olhar do etnógrafo sobre eles se volta, um universo de representações que autoriza falar em diferenças, em fronteiras étnicas. Esses fragmentos apontam para dimensões políticas e culturais futuras, que talvez guardem possibilidades de serem utilizadas pelos índios como elementos simbólicos de etnicidade nas suas próximas elaborações, em um movimento com vistas à renovação dessa mesma etnicidade.

ETNOGÊNESES, UM DEBATE POLÍTICO ATUAL

Ao pensarmos em traduzir etnograficamente um campo político precisamos estar cômnicos sobre que tipo de ações e situações podem servir de suporte a análise do campo em apreço. As formulações teóricas indicam um bom caminho para definirmos a postura que devemos assumir. Política é sempre um exercício social cujo sentido é a consecução de determinados objetivos. Portanto, estamos interessados em processos que envolvem objetivos coletivos, no âmbito da construção da etnicidade como temos procurado desvelar, implica necessariamente o reconhecimento de uma comunidade de significados culturais.

Parece-nos instigante pensar que no caso da comunidade Catu, para compreender suas dinâmicas de resistências e ressignificação, predominantemente simbólicas e políticas, sua mobilização, assim como os realinhamentos que tiveram lugar e a sua repercussão sobre a estrutura política tradicional, os fatores que ensejaram a ascensão de líderes questionadores da ordem estabelecida, a exemplo de Luiz Catu, se, e como, a mobilização afetou a força política de líderes tradicionais e, finalmente, as motivações que presidiram a formação de um movimento estratégico de caráter étnico.

Neste caso, à política apresenta-se um caráter simbólico fundamental, os sujeitos envolvidos no campo político procuram construir representações acerca do "ser índio". Somos levados então a considerar os discursos e representações que eles veiculam como constituintes dos processos de organização política. O

campo político de que tratamos, no qual se trava uma luta pelo reconhecimento das categorias sociais, através da trama de fazer ressurgir sujeitos sociais concretos em representações grupais, no caso, envolve um movimento de alianças e compromissos dos próprios sujeitos com a luta política da qual fazem parte.

Contudo, a abordagem que se faz da política como universo por excelência das práticas discursivas, parece-nos adequada ao tratamento do nosso objeto de investigação. O processo de organização política da comunidade Catu constrói-se, sobretudo, a partir dos discursos que tentam construir uma unidade. A especificidade do caso da comunidade Catu conduz exatamente a pensar a etnicidade em suas significações e ressignificações. É importante a substância cultural definidora do caráter coletivo, mas um processo no qual os sujeitos edificam as teias da história e da prática social para edificar representações legítimas.

Em face deste contexto, nos últimos vinte anos vem se impondo como característico dos indígenas da região Nordeste o chamado processo de Etnogênese. No campo antropológico abrange tanto a emergência de novas identidades como a ressignificação de etnias já reconhecidas. Do ponto de vista teórico passou a ser o debate sobre a problemática das emergências étnicas e da reconstrução cultural, fortalecendo o embate político de grupos étnicos.

O termo etnogênese representa para a antropologia o desenvolvimento em um determinado momento histórico dos grupos étnicos ao se perceberem e serem percebidos como diferentes dos outros grupos por possuírem características linguísticas, sociais ou culturais que consideram ou é considerado exclusivo (BARTOLOMÉ, 2006, p. 42).

Entretanto, podemos qualificar como Etnogênese o “ressurgimento” de grupos étnicos considerados “extintos” ou em “via de extinção”, que se reconfiguram, lutando pelo seu reconhecimento e em consequência, por seus direitos. As dimensões que envolvem o tema das identidades étnicas são latentes e constam para os procedimentos de compreensão histórica da identidade em comunidades indígenas. Para isso, baseiam-se na reinterpretação do seu passado e memórias, cujas metas são a preservação cultural, de seus territórios

étnicos e a viabilização de suas condições de reprodução social e cultural diferenciada.

Os códigos simbólicos e de conduta dinamizados nas etnogêneses só podem ser efetivos caso coincidam com a experiência cultural da coletividade de participantes. Os próprios sistemas simbólicos demonstram, através desses processos, sua capacidade não só de refletir a realidade, mas também de construí-la, uma vez que a identidade étnica, como estrutura ideológica, opera como um fator que informa a realidade ao determinar o desenvolvimento de tipos específicos de organizações sociais.

Em nossos dias, vários povos indígenas em processo de luta por direitos e reafirmação identitária demarcam suas origens nos territórios potiguares. A articulação contínua entre presente e passado, em processos de significações e ressignificações desde os tempos coloniais, os índios se fundamentam em suas reivindicações. Com base em trajetórias passadas, reconstruindo memórias a partir de referenciais do presente, grosso modo, enfatizando suas atividades e alianças com agentes de diferentes instâncias do poder. Apresentada em estudos pelos trabalhos, dos antropólogos Claudia Silva (2007), Juarez Moises Junior (2008), da turismóloga Tatiana Moritz (2010) e o mais recente Gildy-Cler Ferreira da Silva (2016).

No início do século XXI, no Rio Grande do Norte, várias comunidades têm se autodeclarado indígenas e passaram a cobrar a garantia de seus direitos enquanto cidadãos perante o Estado brasileiro. Segundo os dados do IBGE/RN (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Rio grande do Norte). (SILVA, 2016, p. 8).

O campo político e etnicidade indígena, principalmente do Nordeste, aponta para uma rede de interdependências ampla, que envolve questões jurídicas e práticas de definição pela sociedade brasileira. Iniciou-se com projetos alternativos à política oficial e com os movimentos indígenas na década de 1970, esse novo modelo teve seu reconhecimento legal e jurídico assegurado a partir da Constituição de 1988, e com a legislação específica que a segue, passando a se configurar uma política de Estado. Em frentes diferentes, antropólogos e estudiosos acabam convergindo para interesses comuns, ou seja, dos de criarem

condições para a efetiva sobrevivência das populações indígenas sejam elas no campo acadêmico ou de povos tradicionais.

O fato é que estamos lidando, neste contexto, com um processo histórico, que ainda está em curso. Ao perceber as dificuldades organizativas que são vivenciadas pela comunidade Catu, particularmente em seu território, e percebemos também da influência que o trabalho de lideranças exerce sobre as possibilidades dessa comunidade atingir um patamar de mínima organização para poder gerir seus próprios destinos.

Aos poucos, às especificidades dos contextos locais começa a ganhar expressão. A comunidade aparece como a comunidade ideal, politizada e autônoma. Na sociedade, ao contrário, se passam a ideia que as comunidade indígenas esperam uma atitude paternalista e assistencial por parte do Estado. As pesquisas mencionadas anteriormente nos descrevem que a comunidade desempenha um papel muito importante em suas políticas afirmativas.

Advindo da antropologia, o conceito de etnogênese facilita o entendimento da questão da emergência de movimentos políticos de reivindicação dos direitos indígenas e dos processos de identidade étnica, no Brasil. O conceito de etnogênese opera dando visibilidade ao sentimento de pertencimento e aos processos históricos diferenciados de cada unidade étnica. Percebe-se então que, os valores culturais podem ser significados e ressignificados, de acordo com a compreensão individual e grupal atribuída por meio de hábitos e tradições, evidenciadas em processos históricos delimitadas pelo seu espaço e tempo.

Concebe-se na antropologia que a cultura é dinâmica em relação à ação de tempo e espaço, mantendo redes de significados, (GEERTZ, 1989), e está sempre em movimento constante de ressignificação (re-elaboração) de valores e signos (tradição). Seria a cultura resultado de uma relação política de escolhas individuais e coletivas presente na comunidade. Sendo assim, as identidades étnicas são particulares e circunscritas historicamente, bem como são, os traços culturais que definem uma unidade social.

Partimos desses pressupostos conceituais, para tentar compreender a perpetuação de uma identidade indígena na comunidade Catu e os desdobramentos étnicos a que essa identidade implica. Assim, os signos da cultura e suas interpretações são particulares e coletivas, e tomam como

referencial as tradições e contextualizações históricas vivenciadas no cotidiano, no fazer, imaginar, ritualizar, e mesmo no silenciar, definindo uma identidade étnica, um sentimento de pertencimento, uma unidade.

Pode-se então perceber que os valores tidos como referentes da identidade de um grupo social são definidos pelo: tempo, espaço e principalmente pelas relações políticas, envolvidas em um processo de mudanças constantes. Se podemos pensar então a etnicidade como uma linguagem que se dirige para fora, tal qual coloca a análise em projeto, permitindo uma comunicação contrastiva, é lícito supor, tendo em conta as reelaborações produzidas pelos Catu, que o processo de construção da etnicidade também propicie um auto-entendimento coletivo, capaz de proceder à seleção dos sinais necessários à comunicação da diferença, com base na crença compartilhada pelos membros do grupo.

Em se tratando de etnicidade, estamos, portanto, tratando de um processo de ordenação política, cujo desenrolar é uma construção relacional: “A análise dessa teia de interdependências, ou do trançado, que nos parece sugestivo como possibilidade de realizar um exercício singular de resgatar a tessitura de relações sociais” (Oliveira Filho, 1988). Os processos políticos apontam para a riqueza das percepções que se inter cruzam. As situações sociais que acompanhamos e registramos no diário de campo, oferecem representações discursivas sobre as ações e posições dos agentes na cena política local.

Ao pensar a etnicidade neste sentido construtivo e politicamente orientado, parece-nos ser instigante percebê-la em referências mais diluídas presentes no cotidiano, nas representações e práticas cotidianas. Esta identidade pode estar hoje diluída em meio aos embates propriamente políticos, mas definem limites entre concepções de mundo, entre índios e brancos. Também não é incomum que aqueles que se assumem enquanto comunidade indígena atualmente utilizem estes estereótipos para definir o ser índio. Mas a depender da posição dos sujeitos, obviamente os estereótipos assumem valores diferentes. Para os índios é uma definição de atributos que passa a se conjugar com outras para construir o reconhecimento de si próprio, em processos de significação e ressignificação de identidade étnica.

UMA CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA IDENTIDADE

O caminho para a viabilização de uma formação identitária diferenciada, consiste na capacidade de reformulação de estratégias de resistência, na promoção de suas culturas, em como se manter unidos em comunidade. Entre outras formas de preservação, a memória pode-se traduzida como as reminiscências do passado, que afloram no pensamento de cada um, no momento entre integrantes de um grupo, doravante memória coletiva, ou ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes a fatos vividos no passado.

Dessa maneira, a memória coletiva engloba a memória do grupo e cada componente desse grupo com ela se identifica. O grupo é portador da memória e esta é consensualizada mediante as relações que se estabelecem dentro do próprio grupo. É no contexto dessas relações que construímos as nossas lembranças e elas estão impregnadas das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências (HALBWACHS, 1990).

A duração de uma memória está limitada à duração da memória do grupo. Isso significa dizer que há necessidade de preservação de elos entre os integrantes de um grupo para que a sua memória permaneça. O envolvimento coletivo é importante esforço levando às análises, por meio de memórias, reconhecendo a diversidade indígena expressa em seus modos diferentes de compreender a realidade vivida e partilhada com outros povos. Na aquisição de novos conhecimentos úteis para melhoria de suas condições de vida, estas são algumas das pautas relativas aos indígenas na configuração do campo político de uma organização política de identidade.

O desenvolvimento das lideranças é priorizado por ser a base de sustentação e articulação da organização política. Mais ainda, a formação de lideranças cria as condições para que interlocutores autorizados falem em nome da coletividade. Uma característica da comunidade, um líder começa a se formar na medida mesmo em que passa a frequentar tipos de atividades, que de fato propicia experiências que exige uma participação efetiva na luta política no

momento de sua realização mais empírica. Deve-se considerar também as trajetórias dos líderes e seus atributos, definidos coletivamente, que os fazem autoridade para falar em nome de um conjunto.

Dada a importância aqui para o entendimento dos discursos políticos que se inter cruzam na construção de relações étnicas. Podemos reconhecer em dois níveis indissociáveis no trabalho de conscientização presente na comunidade Catu: o primeiro é o nível da luta de classes que permeia a ordem social capitalista; o segundo é a organização do povo de que segundo os princípios éticos dos direitos humanos para obter a valorização das diversidades.

A produção de um sentido de afirmação particularmente relevante na constituição da etnicidade, está na posição do líder, como estratégica para a legitimação dos valores e direitos indígenas. É importante demarcar um campo ideológico favorável, é perceptível em relação a leitura realizada pela liderança no processo de embates políticos no qual a comunidade está inserida. Para resistir à ação violenta a comunidade encontra-se nos processos afirmativos. Sem dúvida, nesses momentos a coesão grupal configura a única possibilidade de resistência às pressões arbitrárias. O trabalho de liderança orienta a solução dos conflitos no campo político, que se conjuga com a organização política indígena. A luta indígena vai exigindo modalidades de organização mais amplas e, portanto, mais complexas.

À medida que se consolidou como comunidade politicamente organizada, a comunidade foi ganhando autonomia interna. Todas as decisões políticas são tomadas em reuniões com a participação de membros da maioria de grupos. O líder, na pessoa de José Luiz Soares, considerado o mais destacado, foi indicado pelas suas qualidades pessoais, como tranquilidade, boa oratória e capacidade de movimentação externa. Um dos líderes da comunidade é chamado de "cacique", e desempenha a função de um analista das ações de grupos ou indivíduos que interagem com a comunidade. Todas essas características, além do engajamento na luta indígena, dão um perfil político muito particular à comunidade, em relação à população da região em geral, e mesmo em relação às outras populações indígenas no Nordeste.

A realização de reuniões é uma constante no trabalho de conscientização. As reuniões são os espaços por excelência da articulação política interna.

Segundo as lideranças, chegam a falar em uma pedagogia da organização política. O componente pedagógico está disseminado em vários tipos de atividades, é notório os assuntos pertinentes sobre renda da terra, educação política, reforma agrária e outros. É de conhecimento para as comunidades indígenas, tentativas inúmeras de eliminação de seus territórios, que perpassam pela questão da reforma agrária, só que uma solução que encerra nos seus limites o controle da administração estatal e seus métodos de gestão e distribuição da terra.

É neste sentido que se realizam as diversas reuniões, para seu principal líder:

A importância fundamental das reuniões consiste na efetiva articulação das diversas comunidades envolvidas em conflito com a terra. A troca de experiências possibilita o reforço das atitudes tomadas a nível local, além de conduzir a uma apreensão da luta em termos mais abrangentes e, principalmente, permite perceber o conjunto de grupos envolvidos, o que lhes dá mais segurança para agirem coletivamente (Luiz Catu, 2018).

O diálogo, observado em visita a comunidade, onde fomos recepcionados pelo líder cacique e professor José Luiz Soares, mais conhecido como Luiz Catu, morador e representante da população local indígena junto a FUNAI, iniciou advertindo que os visitantes estavam pisando em território indígena do Rio Grande do Norte. Em seguida falou sobre a história de seus antepassados, a perseguição que seu povo sofreu e como teve que viver durante muitos anos em um lugar escondido, que no passado não muito distante, negar a origem era questão de sobrevivência. Luiz, 2018 [...] “agora, para manter viva o que sobrou da cultura ancestral é preciso afirmar sua existência no presente”.

O trabalho político é, segundo seu líder, para a comunidade o despertar de uma consciência adormecida. O ressurgimento da memória indígena foi sendo trabalhado em diversos níveis. Nas observações realizadas ficou perceptível a procura em encorajar arranjos organizacionais coletivos para as atividades produtivas, orientar o trabalho de outros segmentos da comunidade. A missão política dada a seu líder tem procurado dar consistência, concretude, à etnicidade através da constituição de grupos. Um dos grupos mais importantes da comunidade é o grupo de mulheres, principalmente de mulheres que trabalham na confecção de peças artesanais. Elas confeccionam peças artesanais para participação em feiras nas proximidades da região.

A produção de artesanato pelos Catu tem sido importante para o sustento de muitas famílias, que dele sobrevivem, além do valor simbólico que o acompanha nas relações que os Catu estabelecem com os não indígenas. O artesanato, pensado como práticas culturais e, portanto, compreendido com um produto social, passa a ser usado como afirmação de sua autonomia, em um processo de “autoconsciência cultural” e de “uso auto reflexivo da cultura”. Produzir certos tipos de artesanatos implica em saber manejar conhecimentos específicos sobre plantas, sementes, fibras, que são valorizados pela comunidade, como conhecimentos que fazem parte da tradição.

Tais grupos têm cumprido importante papel no engajamento das mulheres na luta política, pois as articulam em atividades produtivas associadas a um projeto étnico e lhes rendem um certo dinheiro. Além disso, o fato de trabalharem em conjunto coloca-as em constante interação, e as mantêm informadas do desenrolar das lutas mais propriamente políticas.

Atentemos que o reforço a práticas coletivistas se dá ao nível das práticas cotidianas como é o caso da própria “Escola Indígena” da comunidade, que tem como objetivo incentivar a prática cultural em seu ambiente interno. Em uma das conversas informais com o Luiz Catu, há uma caracterização da comunidade que enfatiza a comunidade interna, e reforça seus traços culturais ao qualificarem tais práticas como tradicionalmente indígenas. Neste sentido, para comunidade indígena, em suas palavras o líder Luiz Catu nos deixar claro os objetivos da educação indígena:

A educação escolar se constitui em aspectos de sobrevivência, desencadeia formas para interagir e reagir em defesa de sua identidade e dignidade. Luiz [...] Há escola também é um local de resgate, vista e sentida pela liderança e pela comunidade, como uma possibilidade real para desenvolver um elo entre às formas tradicionais de vida e às formas contemporâneas (2018).

Outro fator importante a ser analisado são os contatos com outros grupos indígenas do Nordeste, que propiciam uma referência organizativa. Eles estão segurando a tradição, segurar a tradição (uso do termo “segurar a tradição”, seria em seus entendimentos comunitários algo no sentido de protegido, cuidadoso) é procurar internamente garantir a reprodução coletiva, através, da prática de reuniões regulares e manutenção de costumes tidos como tradicionais. Assim, a

formação de um calendários existente de ritual do Toré¹ foi recebida como uma iniciativa importante, para reforçar a identidade grupal. A importância da frequência na realização do ritual é enfatizada também por isso e por proporcionar a comunicação interna. Por isto, também que a valorização da história e da cultura são elementos fundamentais na orientação do trabalho político.

Muitos povos conseguiram salvaguardar uma cultura que os identificam como indígenas na relação com outros indígenas, já outros grupos e famílias que sobraram na luta contra o invasor, tiveram que “camuflar” a identidade coletiva por longo tempo como estratégia de sobrevivência até que estivessem em segurança.

Mas deixa claro que:

Luiz Catu, em concordar de pesar de parecerem agricultores, são "profundamente índios". A perspectiva política está referenciada por uma concepção de identidade indígena, esta substância vive em uma espécie de consciente coletivo que deve ser reencontrado em constantes ressignificações do seu cotidiano (2018).

Outro aspecto importante nas articulações, foi a vinda de índios de outros grupos para visitar a comunidade. A partir de relatos, que colhemos, os colaboradores dão conta da importância desses encontros para o reforço da identidade étnica, principalmente entre as comunidades emergentes, que têm sua identidade questionada por uma parcela da sociedade. Na prática de suas interações as comunidades realizam acordos, firmam compromissos para o desenvolvimento de ações no sentido de garantir os direitos dos grupos sociais apoiados. À diversidade organizacional dos Catu vai se justapondo, paulatinamente, uma unidade, percebida, em certa medida, pelos próprios nativos, mas configurada também pelas ações dos próprios aliados da comunidade.

A propósito de construção de relações, Oliveira (1996) chama atenção para o caráter processual da identidade coletiva (ou social). Ela seria formada a partir das relações sociais, que por sua vez são determinadas pela estrutura

¹ Um ritual sagrado, comum aos povos indígenas. No ritual do Toré, os participantes entoam cânticos tradicionais e ancestrais para buscarem integração com as forças da natureza, entendido como uma tradição dos índios do Nordeste que se identificam nesse ritual, articulando em seus discursos e memórias, um grau de parentesco entre eles.

social. O caráter relacional da identidade é sublinhado por Oliveira, que utiliza a noção de “relações de identidade”, formulada para explicar o fenômeno. Nessa noção está imbricada a ideia de complementaridade, que seria expressa a partir do fato de somente ser compreensível numa dada identidade em oposição complementar a outra (índio potiguaras-índio tapuias) e não (índio-colonizador). Esse contraste é que garante a gramaticalidade do sistema de relações de identidade, isto é, fará com que o mesmo seja inteligível, dentro do sistema cultural.

A peculiaridade do conceito antropológico de identidade estaria, segundo o autor:

No fato de que ela emerge a partir de um dado sistema de relações sociais, o que significa dizer que, qualquer estudo antropológico de identidade étnica deve levar em consideração o sistema de relações interétnicas que propicia as condições de existência que geram essa identidade (Oliveira, p. 52, 1996).

É a construção de vínculos de pertinência a uma história coletiva que dá sustentação a um projeto comum de futuro étnico. Daí a importância dos detentores da tradição ancestral, aqueles que controlam a memória possuem o poder grupal, legitimado por uma comunidade de interesses e valores. É bem este traço relacional que define os grupos étnicos como "tipos organizacionais".

Essa possibilidade de intermediação, de virem a ser ouvidos, é o que os sustenta no enfrentamento das situações conflituosas concretas. A prática, de reuniões regulares, cria uma espécie de cultura política que implica na própria elaboração de um padrão de interação, que produz um significado específico da prática política e define um perfil para as lideranças.

A emergência desse líder foi se dando a partir de vários fatores. Com sua visibilidade, Luiz passou a ser ponto de referência para os que chegavam à comunidade. À medida que a luta política na comunidade se intensificou, acentuaram-se as divergências com alguns setores políticos da região. Acompanhando o líder da comunidade ao falar de benefícios por parte do poder público, a exemplo de posto de saúde e escola, na qual foram motivos de vários debates e conflitos, foi possível identificar elementos significativos para entender o que eles consideram importante no processo de organização política da coletividade.

Para afirmar qual a orientação a ser seguida, é relevante em trechos de suas falas anotadas no caderno de campo, durante sua companhia na comunidade:

Luiz pareceu indicar que só uma valorização cultural interna poderá trazer a união necessária ao enfrentamento coletivo da opressão. Neste sentido, ele próprio lembrou a comunidade como uma comunidade organizada. A luta define mais uma vez o sentido de propriedade da identidade étnica para aqueles que são os "guardiões" e estão sendo envolvidos pelo processo de organização política cujo modelo ideal é a defesa de sua identidade. Luiz assim definiu: [...] a maior autoridade é os nossos costumes. Se as pessoas valorizassem o seu patrimônio levariam à frente a tradição (2018).

Nesse sentido, os jovens têm sido orientados pelos mais velhos para cada vez mais se apropriarem das formas de pensar e agir, para protegerem-se e garantirem na luta histórica contra a eliminação de seus saberes, suas línguas, suas identidades, suas culturas e seus territórios, especialmente na atualidade em que ampliam as investidas sobre a terra. Como em qualquer outra cultura, permanentes ao mesmo tempo que se transformam diferenciando-se das práticas sociais tradicionais, mas mantendo com elas o vínculo de identificação que os identifica e garante o vínculo de pertença do grupo com os seus ancestrais, ao mesmo tempo que os diferencia dos demais grupos humanos

O conhecimento da própria identidade define o significado de seus antepassados. Construída e afirmada a consciência de "ser índio", o passado é reinterpretado e os costumes de forma a sustentar um projeto coletivo. Passam a se reconhecer, internamente, como índios. O reconhecimento de uma subjetividade compartilhada retira o conteúdo estático das organizações sociais de caráter étnico, conduzindo a análise para os processos mais dinâmicos de formação dos grupos sociais e de suas possibilidades de condução de uma política concertada, ou seja, a realização de ações comunitárias.

As situações sociais que acompanhamos e registramos oferecem representações discursivas sobre as ações e posições dos sujeitos na cena política interna e externa. Assim, o que se apresenta ao observador externo são discursos, mediante os quais é possível reconstruir a trajetória de relações, no sentido de estabelecer a posição dos sujeitos, que organizam, por um processo de identificação, a definição de aliados e forças naquele momento. A

configuração de alianças pode ser alterada atendendo a contingências do próprio relacionamento.

As diversas pressões externas e internas, dentro do formato político nacional atentaram o Estado brasileiro, para a importância da cultura indígena. O papel da comunidade Catu na construção de mecanismos para pensar o sujeito indígena no Rio Grande do Norte, alerta para a necessidade que sejam incluídos nos projetos políticos, sociais e culturais, na valorização dos processos históricos da emergência étnica e da valorização da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação suscitada por um texto de Geertz (1989) abre caminho para uma reflexão sobre as possibilidades dialógicas ensejadas pelos sujeitos presentes no campo político da etnicidade. Para o mundo dividido dos antropólogos, entre o "estar lá" e o "escrever aqui", importa encontrar uma maneira de se posicionar ante a realidade investigada, construindo uma representação coerente e organizada dos acontecimentos e seus significados. Tal perspectiva implica um certo grau de distanciamento, requisito indispensável à execução do trabalho científico.

Começamos com essa inquietação porque ela é particularmente importante ao nosso caso. Estamos diante de um quadro diversificado que se alterou enquanto tentávamos reconstituí-lo etnograficamente. A primeiro contato com a comunidade Catu decorreu de uma aula de campo em julho de 2016, o retorno ao campo de estudo se deu praticamente em dois anos depois, em junho de 2018, foram perceptíveis os modos de organização neste espaço de tempo no âmbito político, como elemento de aliança e união da comunidade e representam uma ferramenta de empoderamento diante de um mundo que por vezes os ignoram.

O respeito pelo legado deixado pelos ancestrais orienta a vida da comunidade Catu sem coibir a expressão de novas relações com o mundo, mas com objetivos delineados que requerem ainda mais a compreensão de que os povos indígenas, com seus saberes tradicionais preservados, estejam também em conexão com os saberes universais, pois os impactos deste mundo

“globalizado” atingem em todas as dimensões as comunidades indígenas, transformando-se num desafio ainda maior. Eis aí o dilema mais cruel de nosso ofício, representar sem congelar a realidade, reificando-a em modelos de interpretação, sempre parciais, e necessariamente comprometidos com os limites ordinários dos constrangimentos internos à prática antropológica.

As teias de relações que ligam os diversos agentes podem ser vislumbradas como um circuito de tensões, tendentes aos conflitos e alianças. O campo político associa os sujeitos mediante fluxos de troca que procuram ordenar o sentido das suas ações com vistas à construção de seus projetos, projetos estes elaborados segundo os esquemas de percepção tecidos pelos valores e interesses coletivos e individuais. Vimos que não podemos falar de etnicidade em um sentido unívoco.

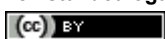
Dissemos que o nosso propósito nessas "considerações finais" é apontar possibilidades para esse diálogo em respeito à diversidade. A interpretação mais adequada ao universo da etnicidade constrói-se sob o prisma teórico das relações políticas. A política dos discursos que qualificam e desqualificam, autorizam e reprimem, enfim, ensejam o embate de categorias de exclusão e inclusão. Um movimento de estratégias sociais que procura estabelecer a legitimidade dos projetos propostos pelos sujeitos em luta é o caráter de nosso propósito em momento. O campo é, assim, uma rede comunicativa cujo principal móvel de troca são as informações. Neste sentido, as alianças configuram a capacidade dos sujeitos exercitarem seus sentidos da política sempre no campo de diálogo à etnicidade. Trata-se de referências presentes nos esquemas culturais locais e que só reforçam a diversidade do mundo.

REFERÊNCIAS

BARTOLOME, Miguel Alberto. **As etnogêneses**: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Maná, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, abr. 2006.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa**: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Presses Universitaires de France, 1990.



OLIVEIRA, João Pacheco. **"O nosso governo": os Ticuna e o regime tutelar.** São Paulo, Brasília: Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Uma Etnologia dos "Índios Misturados"?** Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. Mana Estudos de Antropologia Social – Rio de Janeiro 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco. **A Viagem da Volta:** Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo, Editora Livraria Pioneira, 1976.

LIMULJA, HANNA. **UMA ETNOGRAFIA DOS SONHOS YANOMAMI: O DESEJO DOS OUTROS**. SÃO PAULO: UBU EDITORA, 2022, 192 PP.

Lunara Caroline Nascimento Gomes*

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Publicada em 2022 pela editora Ubu, a obra *Uma etnografia dos sonhos yanomami: o desejo dos outros* foi baseada na tese escrita por Hanna Limulja, além disso, foi defendida em 2019, sob a orientação do professor José Antonio Kelly Luciani da Universidade Federal de Santa Catarina. O livro, dividido em cinco capítulos, é resultado do trabalho de campo realizado no período entre novembro de 2015 e fevereiro de 2017 entre os Yanomami da comunidade do Pya ú, na região Toototopi (Região próxima da fronteira de Roraima com a Venezuela).

A etnografia baseada na transcrição de mais de cem relatos de sonhos tem como objetivo principal a apresentação do lugar fundamental que o ato de sonhar e o próprio sonho desempenham na sociedade yanomami. No primeiro capítulo, nomeado *A gesta de Kopenawa*, a autora que estabelece um interessante diálogo com Davi Kopenawa, autor de *A queda do céu: palavra de um xamã yanomami* vai explanando aos leitores a importância do sonho para o grupo indígena em questão. O primeiro ponto a ser levado em consideração é que o sonho é o caminho de aprendizagem para o povo, sobretudo para os xamãs: “É a porta que os Yanomami abrem para a alteridade, o desconhecido, o distante. É através dessa abertura que eles conhecem o mundo ao redor, e dessa forma seu pensamento consegue se expandir. Enquanto os *napë pë* têm lápis e papel, os Yanomami têm seus sonhos”, (LIMULJA, 2022, p.51), afirma Kopenawa.

* Doutoranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPE); mestra em Estudos Literários (PPGL/UFPE); graduada em Ciências sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisou no projeto Inventário Nacional de Referências Culturais do Maracatu Nação de Pernambuco (IPHAN) e no projeto Movimento Negro Unificado de Pernambuco: Redes e estratégias na luta contra o racismo (1980-2000) como bolsista de pesquisa do Laboratório de História oral e da imagem da Universidade Federal de Pernambuco. Contato: lunaracnascimento@gmail.com

Artigo Recebido em: 02/11/2022. Aceito em 25/05/2024

O meio de aprendizado proporcionado pela atividade do sonhar está permeado de elementos sociais fundamentais da cultura Yanomami como as narrativas mitológicas, os rituais xamânicos, as festividades e atividades cotidianas como as caçadas, além disso, o sonho também atrelado à dimensão política. Um ponto alto do capítulo e que merece destaque está relacionado à contraposição que Davi Kopenawa estabelece entre os sonhos indígenas e os sonhos dos brancos:

Como ele diz, os *napê pë* não sabem sonhar, ou melhor, sonham apenas consigo mesmos, o que, em última análise, são equivalentes no pensamento yanomami, pois o sonho que realmente importa é aquele motivado pelos outros – ou, como veremos, são os outros que motivam os sonhos yanomami. Quem sonha apenas consigo nunca sai de si; e, nesse caso, o mundo se torna pequeno demais. Por não sonharem longe, os *napê pë* ignoram os pensamentos de outros povos e lugares e, portanto, não concebem outra forma de pensar capaz de ir além daquela que experimentam. É por essa mesma razão que eles não conseguem ver a imagem das coisas e tampouco sonhar a floresta (LIMULJA, 2022, p.51).

A partir desse trecho, é possível perceber outra dimensão relevante que constitui o mundo dos sonhos yanomami, a coletiva. Através do sonho, é reconhecida uma relação entre a pessoa que sonha e a pessoa que pode aparecer no sonho, por exemplo. Além disso, é garantido o espaço para a narração dos sonhos à comunidade, uma vez que diz respeito ao grupo indígena como um todo. O tema é discutido no segundo capítulo *A origem da noite e o desabrochar das flores dos sonhos*:

O sonho yanomami, longe de se constituir como uma profecia irremediável, diz respeito a temas e a circunstâncias que podem ser contornados, mas para tanto ele precisa ser socializado. Contar um sonho no centro da casa teria um efeito profilático, já que as pessoas orientariam suas condutas levando em conta o que o sonho pressagia. Se alguém sonha com os inimigos próximos da casa coletiva, as pessoas ficam alertas e não se afastam da casa nem andam desacompanhadas pela floresta. Não significa, contudo, que os sonhos determinem a vida das pessoas: eles servem como orientações e são levados em consideração sobretudo quando se referem a alguma ameaça nefasta (LIMULJA, 2022, p.74).

Além dos sonhos com inimigos, sonhos com animais como cobras e onças constituem o que a autora chama de ameaça nefasta. Esses e outros tipos de sonhos são amplamente debatidos no terceiro capítulo denominado *Os sonhos yanomami*. No capítulo seguinte, *Réquiem para um sonho*, Hanna Limulja nos conta a respeito do *hutu mosi* (Destino e casa dos Yanomami mortos) além de narrar extensivamente o ritual denominado *reahu*. É de grande valor a descrição que a autora faz acerca da relação entre os sonhos dos vivos e os sentimentos dos mortos. Ainda que os mortos exerçam grande poder no referido povo, há um limite imposto pelos indígenas vivos como explicitado no trecho abaixo:

Se, por um lado, o sonho é sempre desencadeado pela vontade de um outro, e o sonhador aparece como uma “presa”, uma vítima, alguém à mercê de um sentimento que lhe é alheio, por outro, o sonhador não está de forma alguma inteiramente subjugado aos sentimentos desse outro. Os vivos resistem aos apelos incessantes desses outros, e é porque resistem que eles podem continuar existindo como Yanomami. Assim, embora a morte seja sempre um desejo que vem de fora, os vivos se negam veementemente a sucumbir a ele. Aos apelos incessantes desses outros, os Yanomami simplesmente respondem: “*Ya nomaimi!, ya temi xoa!*” (Eu não morro, ainda estou vivo) (LIMULJA, 2022, p.145).

No último capítulo *O mito reencontrado: do sonho ao mito e vice-versa*, a autora contempla o leitor com alguns dos episódios míticos yanomami, começando com o mito de origem da noite, o qual está intimamente relacionado ao surgimento dos sonhos. Além disso, Hanna Limulja também nos descreve o entrelaçamento entre sonho, mito e xamanismo:

Em seus sonhos, os xamãs não só veem os mitos se desenrolarem como também podem reelaborar sua própria versão deles, daí uma faz razões da existência de tantas variantes. E mais: pode-se inferir que dificilmente haverá um mito que não tenha sido sonhado. Nesse sentido, todo mito é um sonho (LIMULJA, 2022, p.163).

Por fim, a autora encerra o livro apresentando alguns mitos onde o sonho é parte basilar, como por exemplo, o da jovem indisposta, o qual narra a história de uma moça que está reclusa devido à chegada da primeira menstruação e que sai para dançar com outras mulheres.

É dessa maneira que a obra se insere como uma elogiável etnografia sobre o valor dos sonhos para a comunidade Yanomami. Além de significar o percurso necessário para o conhecimento (o indígena que sonha em demasia é reconhecido como uma pessoa sábia), o ato de sonhar e narrar para o restante da população, os torna um grupo sábio, sobretudo, por salvaguardar a todos diante de todas as ameaças, tanto do plano dos vivos, quanto dos mortos. Em vista disso, o livro apresenta-se também como uma relevante ponte para possíveis diálogos dentro e fora da antropologia, especialmente para a área da psicanálise e seus estudos acerca do funcionamento do inconsciente.